



DIÁLOGOS

AMAZÔNICO



**RELATÓRIO FINAL**  
DOS DIÁLOGOS AMAZÔNICOS

BRASÍLIA – OUTUBRO DE 2023



OUTUBRO DE 2023



# RELATÓRIO FINAL

## DOS DIÁLOGOS AMAZÔNICOS

BRASÍLIA – OUTUBRO DE 2023

**Luiz Inácio Lula da Silva**

Presidente da República

**Geraldo Alckmin**

Vice-Presidente da República

**Márcio Macêdo**

Ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

**Embaixador Mauro Vieira**

Ministro de Relações Exteriores

## EXPEDIENTE

### Comissão organizadora:

Secretaria-Geral da Presidência da República  
Secretaria de Comunicação da Presidência da República  
Governo do Estado do Pará  
Prefeitura Municipal de Belém

### Comitê executivo:

Secretaria-Geral da Presidência da República/Secretaria-Executiva  
Secretaria-Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Diálogos Sociais  
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI  
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA  
Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional – MIDR  
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MA  
Ministério dos Povos Indígenas – MPI  
Ministério das Relações Exteriores – MRE  
Governo do Pará  
Prefeitura Municipal de Belém  
Asamblea Mundial por la Amazonía – AMA  
Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB  
Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará – Fetagri  
Foro Social Pan Amazônico – Fospa  
Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – FBOMS  
Fundação Perseu Abramo  
Rede Eclesial Pan-Amazônica – Repam-Brasil  
Via Campesina

### Consultores FAO/ONU para os Diálogos Amazônicos:

Professor Dr. Flávio Bezerra Barros  
Professor Dr. Willian Santos de Assis  
Me. Sueyla Malcher Bezerra

### Coordenação da relatoria:

Michela Calaça – Assessora da Secretaria-Geral da Presidência da República  
Professora Dra. Maria Ataíde Malcher – UFPA  
Natalia Mori – Assessoria de Participação Social e Diversidade – MIDR  
Elizabeth Cardoso – Assessoria de Participação Social e Diversidade – MDA  
Maria Paula Fernandes Adinolfi – Assessora da Secretaria-Geral da Presidência da República

### Relatores:

Professor Dr. Antonio Gomes Moreira Maués – UFPA  
Professora Dra. Edna Maria Ramos de Castro – UFPA  
Professora Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos – UFPA  
Professor Dr. Flávio Bezerra Barros – UFPA  
Professora Dra. Monique Medeiros – UFPA  
Professora Dra. Rosani de Fátima Fernandes – UFPA  
Professor Dr. Willian Santos de Assis – UFPA  
Professora Dra. Zélia Amador de Deus – UFPA  
Me. Sueyla Malcher Bezerra – Discente do PPGAA/UFPA  
Tel Guajajara – Discente do PPGD/UFPA

# Sumário

**Apresentação** 07

---

**Diálogos Amazônicos:  
um percurso político** 08

---

**Diálogos Amazônicos  
em números** 11

---

**Programação do evento** 14

---

**Metodologia das plenárias** 18

---

**Relatoria das plenárias** 19

---

**Feira da Sociobiodiversidade:  
intercâmbio de saberes,  
participação social e geração de  
renda nos Diálogos Amazônicos** 99

---

**Vozes da sociedade na Cúpula  
da Amazônia** 108

---

**Registros fotográficos** 114



# Apresentação

---

Reconstruir e consolidar os canais de diálogo entre o governo e a sociedade civil. Foi essa a missão dada pelo presidente Lula à Secretaria-Geral da Presidência da República desde o início deste mandato. A participação social é ferramenta fundamental de ampliação da democracia. O governo federal está ampliando a participação da sociedade civil organizada nas ações de governo. E, no que se refere à política externa, a determinação é a mesma: uma oportunidade de ouvir a diversidade de vozes das sociedades. Os “Diálogos Amazônicos” foram organizados pela Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores – MRE e com várias organizações da sociedade civil. Foi concebido com um evento único, conjunto à Cúpula da Amazônia, que ocorreu de 04 a 08 de agosto de 2023, no Hangar Centro de Convenções, em Belém/PA.

Os Diálogos reuniram 27.740 pessoas. Foi um evento gigante, do tamanho da importância da Amazônia. Dias em que as mais diversas vozes da gente que habita os países da área da Amazônia Legal discutiram centenas de assuntos com o objetivo de pautar a formulação de novas estratégias de convívio, resistência e um modelo diferente de desenvolvimento para a região. Envolveram, desde a sua organização, representantes de entidades, movimentos sociais, universidades, centros de pesquisa e agências governamentais, do Brasil e demais países amazônicos, entendendo a participação do povo como elemento central para a promoção do desenvolvimento sustentável e integrado das diversas Amazônias, com inclusão social, responsabilidade e justiça climática.

As atividades foram divididas em cinco plenárias-síntese, três plenárias transversais e 379 plenárias auto-organizadas por entidades da sociedade civil, instituições de pesquisa e também do governo. E o que saiu de mais relevante desse encontro de distintos saberes e propostas concretas de mudanças foi apresentado por representantes da sociedade na Cúpula da Amazônia. Seis representantes dos movimentos sociais: Manuela Salomé Villafuerte Meri no (Equador); Pablo Neri (Brasil); Pablo Solón (Bolívia); Ruth Consuelo Chaparro (Colômbia); Toya Manchineri (Brasil) e Eslin Landaeta (Venezuela) entregaram, no dia 8 de agosto de 2023, os relatórios produzidos durante os Diálogos para os oito chefes de Estado presentes na Cúpula. Este documento expressa uma parte dos ricos debates gerados nos Diálogos Amazônicos e refletem as posições das entidades e organizações que conduziram cada uma das atividades.

Os Diálogos são históricos não apenas pelo público, mas pelo processo de construção, pelo altíssimo nível dos debates e por sua possibilidade de apontar caminhos em defesa da floresta amazônica e dos seus povos. A sociedade apresentou ao governo propostas de novos modelos de desenvolvimento sustentável e saídas para problemas da região. Um acervo valioso que deve ajudar a guiar nossas políticas públicas.

Mais resultados só virão se continuarmos em estado de permanente diálogo para a construção coletiva de um projeto de Amazônia que expresse a mensagem-síntese desse processo: “nada para nós, sem nós!”.

**Márcio Costa Macêdo**

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

# Diálogos Amazônicos: um percurso político

Tânia Oliveira<sup>1</sup> e Michela Calaça<sup>2</sup>

## Antecedentes

O surgimento do processo chamado Diálogos Amazônicos teve como motivação a necessidade de ampliar a participação social também nas relações que o Brasil constrói com outras nações. A Cúpula da Amazônia – reunião dos chefes de Estado – teria um papel estratégico na construção de acordos comuns para a região amazônica, que somente podem ser construídos com participação das pessoas que lá vivem e conhecem a região.

O Ministério de Relações Exteriores realizou, nos dias 16, 17 e 18 de maio, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, o Seminário sobre Desenvolvimento Sustentável na Amazônia, com participação da sociedade civil, cientistas e especialistas nos temas ligados à Amazônia junto com órgãos do governo federal, com atuação na região. O Seminário foi um momento importante de troca de conhecimentos e que teve como síntese da participação social dos amazônidas a frase: “Nada sobre nós sem nós”.

Os Diálogos Amazônicos foram construídos levando em consideração que os povos que vivem na região, os cientistas da região e sua sociedade civil organizada têm projeto para a região e precisavam ser protagonistas desse processo, o que não excluiu a contribuição de outros atores e atrizes, mas fortaleceu uma perspectiva de construção com base no conhecimento que acontece na vivência amazônica.

Para a Secretaria-Geral da Presidência da República, os Diálogos Amazônicos tiveram o papel de mostrar a potência da inclusão da participação social na construção de relações exteriores, como também construir um método para sua efetivação, a partir dos seus erros e acertos.

## A construção

No processo de construção dos Diálogos Amazônicos, a Secretaria-Geral da Presidência da República ouviu mais de 40 organizações da sociedade civil com atuação na região e, entre elas, montou um comitê paritário com o governo federal e a sociedade civil, participação do governo do estado do Pará e da prefeitura de Belém.

### Participam desse comitê, pelo governo federal:

1. Secretaria-Geral da Presidência da República
2. Ministério das Relações Exteriores
3. Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional
4. Ministério dos Povos Indígenas
5. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
6. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
7. Ministério das Mulheres

### Pela sociedade civil:

1. Assembleia Mundial por la Amazonía – AMA
2. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – Apib
3. Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará – Fetagri
4. Foro Social Pan Amazônico – Fospa
5. Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – FBOMS
6. Fundação Perseu Abramo

<sup>1</sup> Secretária-Executiva Adjunta da Secretaria-Geral da Presidência da República.

<sup>2</sup> Assessora da Secretaria-Geral da Presidência da República.



7. Rede Eclesial Pan-Amazônica – Repam-Brasil
8. Via Campesina

Essas organizações e ministérios identificaram mais de 40 temas que são sensíveis para pensar o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Entre eles: participação social e defesa da vida dos defensores da Amazônia, combate e prevenção do desmatamento e o manejo e conservação sustentáveis da floresta; a Amazônia e mudança do clima; cooperação para a prevenção e o combate aos crimes ambientais na Amazônia; como evitar o ponto de não retorno; as sociobioeconomias e bioeconomia da Amazônia; novos modelos de produção para o desenvolvimento sustentável; manejo e restauração da bacia hidrográfica amazônica; ciência para o desenvolvimento sustentável: perspectivas de cooperação entre os países amazônicos; o papel da sociedade civil no desenvolvimento sustentável da Amazônia; saúde e soberania e segurança alimentar e nutricional: ações emergenciais e políticas estruturantes; combate à pobreza amazônica; racismo ambiental, a redução das desigualdades regionais, com ênfase nas questões de gênero e das juventudes; crime organizado na Amazônia e a desintração das terras indígenas; em defesa dos corpos e territórios das mulheres amazônicas em sua diversidade; desastres climáticos e populações amazônicas; os desafios dos projetos de gás, mineração e petróleo; infraestrutura sustentável e os grandes projetos na Amazônia; financiamento climático-ambiental e entorno favorável para bionegócios na Amazônia; financiamento direto, transparente e participativo, regularização fundiária e questão agrária, entre outros.

Dos temas elencados, foram escolhidos cinco macrotemas que, na avaliação da SG/PR e do Comitê Executivo, poderiam colocar os temas mais urgentes em debate. Assim, surgiram as plenárias-sínteses e as quatro plenárias transversais: Mulheres, Juventudes, Amazônias Negras e Amazônias Urbanas.

Tendo em vista a impossibilidade de tratar todos os temas necessários e a demanda por maior participação social, escolhemos a metodologia das atividades auto-organizadas, que resultaram em

405 eventos inscritos, dos quais 389 ocorreram simultaneamente com divisões de duas em duas horas em 10 salas no Hangar e espaços disponibilizados por órgãos federais fora do Hangar: Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, Universidade Federal do Pará – UFPA e diversos outros espaços pela cidade de Belém, articulados pelas próprias organizações, como: Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Câmara de Vereadores de Belém, Banco da Amazônia – Basa, Embrapa, Universidade Estadual do Pará – Uepa etc.

A parceria entre todos os órgãos federais e ministérios com atuação na região amazônica foi um marco importante da construção dos Diálogos Amazônicos.

A parceria com governo do estado e prefeitura possibilitaram um maior conhecimento da região, como também melhoraram a capacidade organizativa do evento.

Realizamos uma parceria com a Universidade Federal do Pará para que disponibilizasse especialistas nos temas das plenárias-sínteses e transversais para fazer a relatoria. Foram indicados nove relatoras e relatores, que contaram com o apoio de três pós-graduandos cada para elaboração da versão bruta do relatório.

A cidade contou com várias atividades culturais distribuídas por toda Belém com o tema da Amazônia.

## Durante os Diálogos

Todas as plenárias contaram com a participação de pelo menos um ministro ou ministra do Brasil junto com autoridades dos demais países amazônicos e quatro representantes da sociedade civil dos 4 países. Um total de doze ministros de Estado do Brasil participaram das plenárias.

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO participou de duas plenárias-sínteses como palestrante, nos temas que dialogam diretamente com sua atuação na região pan-amazônica.

148 atividades auto-organizadas enviaram relatórios sintéticos cujos elementos buscamos resumir no presente relatório.

Os proponentes das atividades auto-organizadas foram majoritariamente movimentos sociais, organizações não governamentais e ministérios, mas também houve proposições de empresas, conselhos empresariais e organismos internacionais, como a FAO. Houve também atividade auto-organizada da Agência Brasileira de Cooperação – ABC e da OTCA.

## Pós-diálogos

No dia 7 de agosto, foi feita uma escuta dos relatores das plenárias-sínteses e das transversais para elaboração dos relatórios orientadores dos porta-vozes. Os membros de governo da comissão de metodologia e relatoria escreveram a partir desses relatos.

Seis representantes da sociedade civil entregaram os seis relatórios produzidos aos chefes de Estado durante a Cúpula a Amazônia, no dia 8 de agosto. Um ponto importante de marcação da participação social, complementando o processo de escuta e construção de todo o evento dos Diálogos Amazônicos.

Já a participação do mais alto escalão do governo brasileiro em todas as plenárias e em várias atividades auto-organizadas demonstrou como a participação social se consolida como método de governo no Brasil.

## Novos passos

Os Diálogos Amazônicos foram construídos não como um evento, mas como um processo que se propôs a ajudar no fortalecimento da organização da sociedade civil (movimentos, ONGs, cientistas, ativistas ambientais, indígenas, quilombolas etc.) da região, para também discutir um projeto comum de desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

Seus desdobramentos são vários e irão além dos dias 4 a 9 de agosto de 2023. São muitas e de várias ordens as demandas de políticas públicas para a região amazônica. Os movimentos têm buscado pautar a construção de uma Organização do Tratado Pan-amazônico Social, e este relatório busca dar um passo importante de socialização dos debates com os ministérios, com os estados da região, com a OTCA e com a sociedade em geral.



Entrada do evento

# 3

## Diálogos Amazônicos em números

Este item apresenta uma consolidação dos dados quantitativos dos Diálogos Amazônicos, realizados de 4 a 6/8/2023, no Hangar Centro de Convenções, em Belém do Pará.

### 3.1. Credenciamento

As inscrições on-line, pelo site da Secretaria-Geral da Presidência da República, foram iniciadas em 3/7/2023 e encerradas em 31/7/2023. Nesse período, foram feitas 6.021 inscrições, que, durante o evento, chegaram a 27.740 pessoas.

Dia	Número de credenciamentos
4/08	7.915
5/08	8.296
6/08	11.259
Total	27.740

### 3.2. Alimentação

Ao longo dos três dias dos Diálogos Amazônicos, foram servidas, gratuitamente, 9.963 marmitas aos movimentos populares e indígenas, conforme tabela a seguir.

Dia	Número de credenciamentos
4/08	1.984
5/08	3.391
6/08	4.408
Total	9.963

Também foram feitas doações, não contabilizadas, a outras organizações e atividades fora do Hangar Centro de Convenções. A estimativa é de aproximadamente 11 mil refeições servidas gratuitamente nos 3 dias de Diálogos Amazônicos.

### 3.3. Atividades

#### Plenárias-síntese e Plenárias Transversais

Foram realizadas cinco plenárias-síntese (temas principais: Participação social e a defesa dos defensores e defensoras da Amazônia; Saúde, soberania e segurança alimentar e nutricional; Ciência, tecnologia e inovação; Mudança do clima, agroecologia e as sociobioeconomias da Amazônia: manejo sustentável e os novos modelos de produção para o desenvolvimento regional; Os povos indígenas das Amazônias: um novo projeto inclusivo para a região) e três plenárias transversais (de Mulheres, Juventudes e Amazônias Negras). Essas plenárias foram organizadas conjuntamente pelo governo federal e sociedade civil, no Espaço Chico Mendes, com capacidade para 3.000 pessoas.

#### Atividades Auto-organizadas

Foram realizadas inscrições de 405 atividades auto-organizadas, com a efetiva realização de 380 atividades, tendo em vista que alguns proponentes comunicaram desistência e/ou junção de atividades — esses casos foram readequados na programação. As atividades foram realizadas em espaços dentro e fora do Hangar Centro de Convenções, em espaços cedidos por órgãos públicos em parceria com a coordenação do evento, e ainda em locais próprios escolhidos pelos proponentes das atividades, conforme tabela e figura abaixo.

### Atividades Auto-organizadas

Dia	No Hangar	Fora do Hangar	Em locais próprios
4/08	64	36	23
5/08	61	49	23
6/08	60	46	17

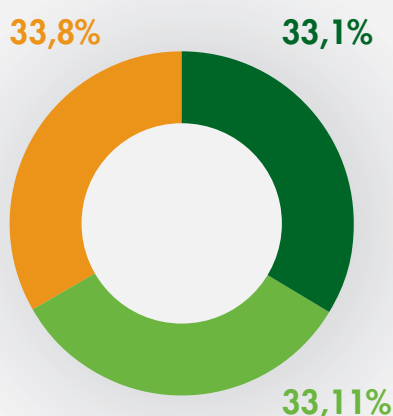
### Atividades Auto-organizadas

Para subsidiar a sistematização dos relatórios dessas atividades, foi disponibilizado um formulário (Google Forms), via link, para os proponentes de cada atividade auto-organizada. Foram recebidas 145 respostas ao formulário disponibilizado, além de um relatório recebido por e-mail.

As figuras a seguir indicam a identificação da atividade auto-organizada com as temáticas das plenárias-síntese e transversais, respectivamente.

### Data de realização

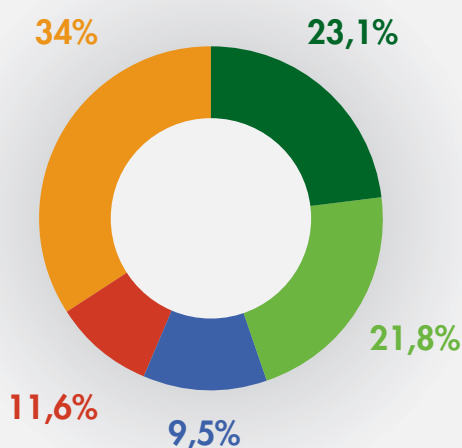
148 respostas



- Dia 4 de agosto de 2023
- Dia 5 de agosto de 2023
- Dia 6 de agosto de 2023

### Com qual das plenárias-síntese dos Diálogos Amazônicos esta atividade auto-organizada tem maior identificação

147 respostas



- Plenária I
- Plenária II
- Plenária III
- Plenária IV
- Plenária V

## 3.4. Relatórios

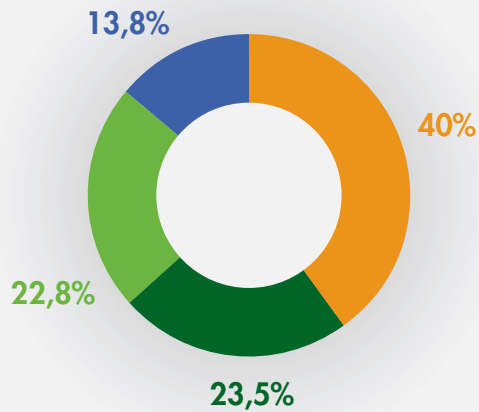
### Plenárias-síntese e Transversais

Após a realização dos Diálogos Amazônicos, foram elaborados seis relatórios-síntese para entrega aos chefes de Estado na Cúpula da Amazônia, por seis representantes da sociedade civil:

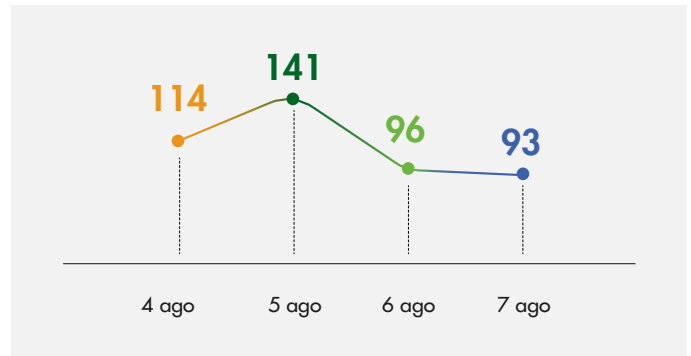
- **Manuela Salomé Villafuerte** – Equador;
- **Pablo Neri** – Brasil;
- **Pablo Solón** – Bolívia;
- **Ruth Consuelo Chaparro** – Colômbia;
- **Toya Manchineri** – Brasil; e
- **Eslin Landaeta** – Venezuela.

## Com qual das plenárias transversais dos Diálogos Amazônicos esta atividade auto-organizada tem maior identificação

145 respostas



- Mulheres da Pan-Amazônia – Direitos, corpos e territórios por justiça socioambiental e climática
- Amazônias Negras: Racismo ambiental, povos e comunidades tradicionais
- Amazônias Urbanas



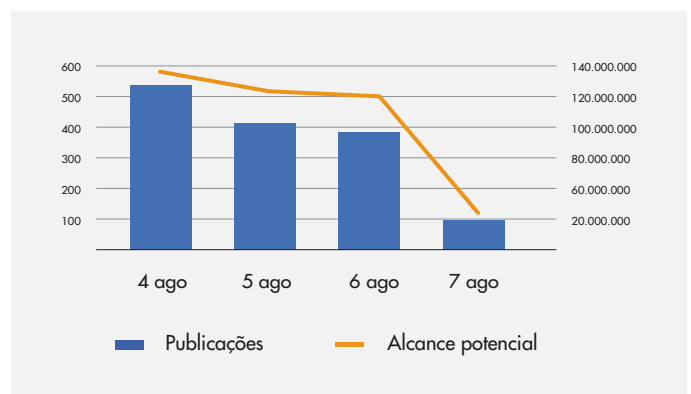
## NAS REDES

Nas redes, foram capturadas **1.389 menções** sobre o evento, com um **alcance potencial de 76,7 milhões de usuários**. O **Twitter** centralizou a maior parte das discussões, com **795 publicações (58%)** que atingem potencialmente **25,1 milhões de usuários**.

Já o **Facebook** contabilizou **402 posts (29%)** sobre o tema, com um alcance potencial de **27,6 milhões de usuários**.

Enquanto que o **Instagram** obteve **158 posts (11%)**, com um alcance potencial de **10,7 milhões de usuários**.

No **Youtube**, foram capturadas **34 publicações (2%)** sobre o encontro Diálogos Amazônicos, que **impactam potencialmente 13,3 milhões de usuários da rede**.



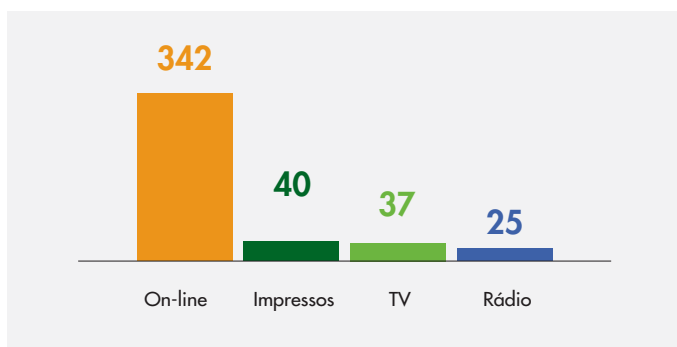
## Relatório de repercussão na mídia - SECOM

### NA MÍDIA

Durante o período analisado, a cobertura midiática abordou intensamente os Diálogos Amazônicos, evento que precede a Cúpula da Amazônia, em Belém (PA).

Um total de **444 reportagens** foram registradas sobre o assunto, sendo divulgadas em **127 fontes distintas**, principalmente na **mídia on-line (77%)**.

A atenção da mídia também se estendeu ao âmbito internacional, com **veículos estrangeiros contribuindo em 12% dos conteúdos publicados**



# Programação do evento

04/08/2023 

## 13h **PLENÁRIA TRANSVERSAL — Mulheres da Pan-Amazônia – Direitos, corpos e territórios por justiça socioambiental e climática**

### MESA:

#### Sociedade civil:

- Sociedade civil: Manuela Salomé Villafuerte Merino. Coletivo Luna Creciente, Equador.
- Gahella. Indígena. Líder da Federación de Mujeres Fenmucarinap, Peru / Iniciativa de Mulheres Andino-amazônidas Corpo e Território, Peru.
- Lúcia Barbosa Diaz – Comitê Local Direitos das Mulheres e Defesa da Água, Mocoa, Colômbia.
- Maria Eunice Guedes – Fospa / Iniciativa de Mulheres Pan-amazônicas, Brasil.

#### Governamental:

- Ministra do Ministério das Mulheres, Cida Gonçalves.
- Secretária Estadual de Políticas para as Mulheres do Governo do Pará, Paula Gomes.

#### Moderadoras:

- Marinete Almeida Tukano – Coletivo Feminista As Amazonas, Brasil.
- Cláudia Regina Sala de Pinho, diretora de Gestão Socioambiental e Povos e Comunidades Tradicionais.

## 16h **PLENÁRIA I — A participação e a proteção dos territórios, dos ativistas, da sociedade civil e dos povos das florestas e das águas no desenvolvimento sustentável da Amazônia — Erradicação do trabalho escravo no território**

### MESA:

#### Sociedade civil:

- Gahella. Indígena. Líderes da Federación de Mujeres Fenmucarinap, Peru / Iniciativa de Mulheres Andino-amazônidas Corpo e Território, Peru.
- Isaac Marín Lizarazo, Coordenador Nacional Agrária – CNA, Colômbia.
- Manuela Salomé Villafuerte Merino, Coletivo Luna Creciente, Equador.
- Júlio Barbosa, Conselho Nacional de Seringueiros, Brasil.

#### Governamental:

- Ministro Silvio Almeida – MDHC, Brasil.
- Shatishkumar Bhagwandin, Chefe de Gestão Costeira, Fluvial e de Natureza do Min. de Obras Públicas, Suriname.

#### Moderadoras:

- Maria Eunice Guedes – Fospa / Iniciativa de Mulheres Pan-amazônicas, Brasil.
- Carmen Foro – Secretária Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política, MMulheres, Brasil.

## 19h **ABERTURA OFICIAL**

09h **PLENÁRIA II – Saúde, soberania e segurança alimentar e nutricional na região amazônica: ações emergenciais e políticas estruturantes**

**MESA:**

**Sociedade civil:**

- Ruth Consuelo Caparro, Tríplice Fronteira Fucai, Colômbia.
- Pablo Neri, dirigente nacional do MST/Via Campesina, Brasil.
- Anitalia Pijachi, liderança indígena na Colômbia, referência no debate sobre soberania alimentar e saúde, Colômbia.
- Lourdes Huanca – Femucarinap, Cloc/Via Campesina, Peru.
- Mario Lubtlkin – FAO.

**Governamental:**

- Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, Brasil.
- Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, Brasil.
- Bruno José Bocchio Nieves, Diretor de Políticas e Normativa Agrária do Midagri, Peru.

**Moderadoras:**

- Elisabetta Recine, Presidente do Consea Nacional, Brasil.
- Leila Denise, dirigente do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)/Via Campesina, Brasil.

13h **PLENÁRIA TRANSVERSAL – Juventudes**

**MESA:**

**Sociedade civil:**

- Darlly Tupinambá, Conjuve, Brasil.
- Veronica Inmunda – Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonía Ecuatoriana, Equador.
- Gahella – Indígena da FENMUCARINAP – Peru.
- Allán Sánchez Osorio – Especialista em juventud para América Latina y el Caribe del Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA).
- Aulaguea, Vice-presidente da Foag, Guiana Francesa.

**Governamental:**

- Gabriela Posso Restapo, Conselheira Presidencial de Juventude, Colômbia.
- Manfred Lopez Velarde, Diretor de Juventudes, Bolívia.

**Moderadoras:**

- Emanuelle Araújo Borges da Juventude Sem Terra (MST).
- Ronald Sorriso, Secretário Nacional de Juventude na Secretaria-Geral da Presidência da República, Brasil.

17h **PLENÁRIA III – Como pensar a Amazônia para o futuro a partir da ciência, tecnologia, inovação e pesquisa acadêmica e transição energética**

**MESA:**

**Sociedade civil:**

- Charles Trocate – MAM/Via Campesina, Brasil.
- Lucia Barbosa, Colectivo Guardianes de la Andino Amazonia/Fospa, Colômbia.
- Pablo Solón, AMA, Bolívia.
- Esperanza Martínez, Accion Ecológica, Equador.

**Governmental:**

- Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, Brasil.

**Moderadoras:**

- Thiago Vasconcellos Barral Ferreira, Secretário Nacional de Transição Energética e Planejamento – SNTEP/MME, Brasil.
- Sonia Magalhães, Ineaf/UFPA, Brasil.

09/08/2023 

09h **PLENÁRIA IV – Mudança do clima, agroecologia e as sociobioeconomias da Amazônia: manejo sustentável e os novos modelos de produção para o desenvolvimento regional**

**MESA:****Sociedade civil:**

- Ima Célia Guimarães Vieira, pesquisadora titular do Museu Paraense Emílio Goeldi, Brasil.
- Osver Polo Carrasco, Movimento de Cidadãos para as Alterações Climáticas – Moicc e Iniciativa sobre Alterações Climáticas, Biodiversidade e Amazônia, e Fospa, Peru.
- Germán Niño – coordenador da área de Economias Transformativas da Latinidad e Fospa, Colômbia.
- Ruth Consuelo Chaparro – Diretora Executiva da Fundação Caminhos de Identidade – Fucai, agricultora etnoeducativa, Colômbia/Tríplice Fronteira.

**Governmental:**

- Ministra de Estado do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, Brasil.
- Susana Muhammad, Ministra de Meio Ambiente, Colômbia.
- Albina Ruiz, Ministra de Meio Ambiente, Peru.
- Maria Helena Semedo, Vice-diretora Geral da FAO, Cabo Verde.
- Ministro de Estado da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, Brasil.

**Moderadoras:**

- Carina Vitral, assessora da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda, Brasil.
- Francisco Kelvin Nobre, MAB/RO, Brasil.

13h **PLENÁRIA TRANSVERSAL – Amazônias Negras: racismo ambiental, povos e comunidades tradicionais**

**MESA:****Sociedade civil:**

- Nilma Bentes, Movimento Negro da Amazônia – Cedenpa, Brasil.
- Eslin Enrique Mata Landaeta, Cumbe Nacional Afrovenezolano, Venezuela.
- Luz Estella Cortés Churta, liderança negra da Colômbia amazônica, da Organização Distrital Oswaldo Guayasamin Comuneros – Usme, Colômbia.
- David Quiñónez Ayoví, Congreso Unitario del Pueblo Afroecuatoriano – Union/Unidad del Pueblo Afroecuatoriano – Cupa/UPA, Equador.



**Governamental:**

- Ministra de Estado da Igualdade Racial, Anielle Franco, Brasil.

**Moderadoras:**

- Mãe Ghys de Nánà, Fonsanpotma, Brasil.
- Edel Moraes, Secretária Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Brasil.

17h

**PLENÁRIA V – Os povos indígenas das Amazônia: um novo projeto inclusivo para a região****MESA:****Sociedade civil:**

- Toya Manchineri, Coordenador Executivo da Coiab, Brasil.
- Verônica Inmunda, liderança indígena, Equador.
- Patrícia, parlamentar jovem indígena, Suriname.
- Roland Sjabere, liderança indígena, Guiana Francesa.
- Cacique Raoni, convidado especial, Brasil.

**Governamental:**

- Ministra de Estado dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, Brasil.
- Ministra dos Povos Indígenas, Clara Vidal, Venezuela.

**Moderadoras:**

- Brulina Baniwa, Articulação Nacional das Mulheres Indígenas, Guerreiras das Ancestralidades – Anmiga, Brasil.
- Cristiano Ramalho, Secretário Nacional de Pesca Artesanal no Ministério da Pesca e Aquicultura, Brasil.

# Metodologia das plenárias

---

As cinco plenárias-síntese e as três plenárias transversais foram construídas por comissões formadas por representantes de diversos ministérios, juntamente com membros da sociedade civil organizada da Amazônia, que definiram o formato e a composição das mesas das plenárias, constituídas por sete expositores em cada uma, sendo quatro representantes da sociedade civil e três governamentais. Buscou-se que cada país presente no evento (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) tivesse apenas um representante em cada segmento, de forma a assegurar o caráter pan-amazônico desse momento de diálogo.

As exposições foram seguidas de intervenções da plenária, mediante inscrição. Em face do grande número de participantes, a organização procurou garantir a diversidade e pluralidade dos inscritos, permitindo que as falas fossem amplamente representativas do público presente, de forma que a diversidade étnica, de gênero, geracional, de nacionalidade e de movimentos sociais fosse efetivamente escutada.

As plenárias-síntese trataram de grandes temas que dialogam de maneira estreita com os que seriam tratados na Cúpula da Amazônia pelos chefes de Estado, buscando assim contribuir com os debates da Cúpula, levando àquele espaço as vozes da sociedade civil, representadas por seis dos participantes das plenárias, que fizeram um pronunciamento no evento dos chefes de Estado com base na síntese dos relatórios produzidos nessas plenárias. A participação social propiciada pelos Diálogos Amazônicos tornou-se, assim, a marca dessa Cúpula.

As plenárias transversais abordaram temáticas que perpassam os grandes temas tratados nas plenárias-síntese e que foram amplamente ecoados nas centenas de atividades auto-organizadas, que ocorreram paralelamente às plenárias-síntese e transversais: Amazônia Negra, Mulheres e Juventude. Muitas das atividades auto-organizadas abordaram, ainda, a temática das Amazônias Urbanas, que, por esta razão, ganhou espaço de destaque nesta publicação.

Os 148 relatórios das atividades auto-organizadas, que foram voluntariamente produzidos e enviados por seus proponentes, a partir de um roteiro fornecido pela organização do evento, apresentaram de maneira sumária um diagnóstico do estado da arte do tema que trataram, proposições de políticas públicas ou de ações coletivas a serem traçadas. Essa estrutura foi seguida também na relatoria das plenárias-síntese e transversais.

Na apresentação das plenárias na seção seguinte, os leitores encontrarão um relato sintético das plenárias transversais e das plenárias-síntese, cada uma delas seguida pelo resumo dos relatos das atividades auto-organizadas a elas relacionadas.

# Relatório de plenárias

## Plenária Transversal

### *Mulheres da Pan-Amazônia – Direitos, corpos e territórios por justiça socioambiental e climática*

O objetivo principal da plenária foi apresentar a perspectiva das mulheres para pensar a Pan-Amazônia.

### Diagnóstico e discussão

As falas iniciais deixaram nítido que as mulheres da Pan-Amazônia estão sujeitas a diferentes tipos de violências. A violência política invisibiliza as mulheres, principalmente as lideranças, que são cerceadas nos espaços de poder. A violência psicológica se manifesta nos diferentes tipos de ameaças e em diferentes ambientes profissionais e domésticos. A violência física, uma das mais graves, não se restringe a agressões e torturas dos corpos, mas chega ao extremo da eliminação da vida, traduzida em assassinatos cruéis. As mulheres também estão sofrendo violência de gênero em todos os espaços onde se verificam posturas misóginas, transfóbicas e lesbofóbicas. Essas violências são agravadas nas situações em que o racismo dissimulado ou explícito se manifesta.

Atividades econômicas degradantes, como o extrativismo predatório, a mineração ilegal e grandes obras de infraestrutura, afetam as mulheres na medida em que geram empobrecimento e contaminações. Algumas dessas atividades afetam o ambiente de tal maneira que comprometem a disponibilidade de recursos importantes para a reprodução da vida das mulheres e suas famílias. Essas atividades degradantes, do ponto de vista ambiental e social, favorecem a exploração sexual de meninas e adolescentes.

A plenária cobrou responsabilidade e ação concreta dos estados da Pan-Amazônia em relação às mulheres. Corroborando o que foi visto em

outras plenárias, as mulheres e seus corpos estão na linha de frente da defesa dos territórios. Estão expostas a diferentes tipos de violência sem o devido apoio do Estado. Quando há ausência de políticas públicas no nível pan-amazônico, nacional e local, favorece a persistência do quadro grave descrito na plenária. Não chegam as políticas públicas das mulheres de forma adequada às demandas da região. Essa situação se agrava ainda mais nos municípios menores e com economias fragilizadas.

### Proposições de políticas públicas

1. Proteção à vida das mulheres;
2. Combate efetivo às violências (de gênero, religiosa, política);
3. Punição da violência contra os corpos das mulheres;
4. Combate ostensivo à exploração sexual de meninas e adolescentes, com rede de apoio às vítimas e suas famílias;
5. Abordagem de gênero na distribuição e titulação de terras;
6. Demarcação das terras indígenas e titulação dos territórios quilombolas;
7. Combate ao racismo estrutural e ambiental;
8. Punição contra os responsáveis pelo deslocamento e desapropriação de terras na bacia amazônica;
9. Que os empreendimentos que possam impactar a vida das comunidades da Amazônia não sejam implementados/realizados sem considerar a Convenção 169 da OIT;

10. Combate às monoculturas que degradam o ambiente e se contrapõem à agricultura familiar;
11. Garantia de creches e escolas em tempo integral e de transporte coletivo de qualidade;
12. Oferta de capacitação e formação às mulheres com Bolsa Família;
13. Que as propostas e ações da Carta de Belém, elaborada no X Fórum Social Pan-amazônico, sejam consideradas no planejamento dos governos da Pan-Amazônia.

## Proposições de ações coletivas

1. União de todas as mulheres considerando as especificidades de gênero, quais sejam: heterossexuais, bissexuais, lésbicas, transexuais e outras;
2. Fiscalização à Lei 14.611/2023, de igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens;
3. Exigir que os governantes reconheçam, considerem e enfrentem as condições de vulnerabilidade das mulheres dos diversos contextos amazônicos;
4. Eleger representantes de mulheres considerando a diversidade de gênero, de raça e etnia.

## Atividades auto-organizadas relacionadas

**Dia:** 4 de agosto de 2023.

**Local:** Auditório SPU.

**Público:** 22 pessoas.

**Organização proponente:** Comissão da Mulher e Advogada / OAB-PA.

**Nome:** O combate à exploração sexual de meninas e mulheres ribeirinhas, negras, periféricas, indígenas, quilombolas e em situação de vulnerabilidade na Amazônia e sua participação na elaboração de políticas de enfrentamento e amparo às vítimas.

**Síntese:** Não há como se falar em desenvolvimento sustentável equilibrado se metade da população brasileira, que é composta por mulheres, sofre violência em todas as formas, sendo as mulheres negras, ribeirinhas, pobres e de regiões perifé-

ricas as mais impactadas. Os problemas vivenciados pelas meninas e mulheres na Amazônia são diversos: impactos dos grandes projetos na Amazônia; falta de escuta das populações para elaboração de políticas públicas; construção machista, sexista e racista da sociedade; ausência do Estado em regiões mais afastadas; ausência de debates nas escolas sobre exploração sexual e abusos e a ausência de uma educação com perspectiva de gênero para meninas e meninos.

### Propostas:

1. Criação de um protocolo para a construção de grandes obras na Amazônia, que estude e apresente os impactos nas vidas das meninas e mulheres, a fim de impedir que sejam realizados a qualquer custo.
2. Fomentar a educação interseccional de gênero, raça e classe nas escolas.
3. Campanhas de prevenção junto à sociedade civil contra o abuso infantil, a exploração sexual, o tráfico de mulheres.
4. Investimentos nas redes Cras e Creas.
5. Fortalecimento dos agentes fiscalizadores e disponibilidade de estrutura para que atuem junto à sociedade civil.

**Dia:** 4 de agosto de 2023.

**Local:** Auditório Sudam.

**Público:** 25 pessoas.

**Organização proponente:** Instituto Marajó de Cultura e Cidadania.

**Nome:** Lançamento do Comitê Popular COP-30 Marajó.

**Síntese:** Problemas e desafios: pouca escuta das populações locais sobre os problemas do Marajó e a exclusão de grupos socialmente vulneráveis. Queremos um futuro no qual os municípios da Ilha do Marajó não estejam entre ao grupo de menor IDH do Brasil; um Marajó inclusivo e participativo; um Marajó que possa passar suas experiências de não agressão ao meio ambiente e ao clima.

### Propostas:

1. Criação de Câmaras Setoriais para apresentar soluções aos problemas.
2. Câmaras Setoriais de mulheres, mães solteiras, LGBTQIA+, entre outros.

3. Uma Amazônia que possa passar suas experiências de não agressão ao meio ambiente e ao clima.

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Auditório Basa.**

**Público: 52 pessoas.**

**Organização proponente: Fórum Paraense de Economia Popular Solidária.**

**Nome: Comunicação como garantia e sustentabilidade da mulher dentro da economia solidária na Amazônia.**

**Síntese:** As dificuldades enfrentadas por mulheres ribeirinhas na Amazônia para o acesso aos meios de comunicação, a inacessibilidade de sinais transmissores de redes, o custo em acessar os meios de comunicação fora dos padrões de vida dessas pessoas, bem como a ausência de tecnologias avançadas são alguns dos desafios a serem superados pelas mulheres. Para a Amazônia, queremos um futuro com:

1. Equidade de possibilidades.
2. Políticas públicas de comunicação regionalizadas.
3. Igualdade de direitos de acesso às informações.
4. Formações e canais de comunicação; projetos que apresentem estratégias de comunicação/informação.
5. Uma Amazônia com internet para todas e todos; bike som, barco som, rabeta som, jornalzinho, rodas de conversas comunitárias etc.

Queremos uma Amazônia limpa e conectada.

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar - Sala 10.**

**Público: 100 pessoas.**

**Organização proponente: Casa Amazônia.**

**Nome: Mulheres da Pan-Amazônia na resistência ao capital e na construção de alternativas sustentáveis.**

**Síntese:** Como diagnósticos, temos uma agenda da bioeconomia na qual os principais atores não são as populações tradicionais, são as grandes corporações. Desafios de cumprimento da repartição de benefícios, de que não esta-

mos tratando apenas de "coisas", mas de pessoas e conhecimentos, envolve demarcação e reconhecimento do território.

**Desafios e problemáticas:** a Amazônia não precisa ser explorada; neste lugar, existem povos; os defensores são ameaçados e correm risco de vida; a natureza não é uma propriedade; aumento do calor; faltam mecanismos de punição. O futuro que queremos é:

- a) Recuperação da utopia.
- b) Natureza como direito humano.
- c) Soberania, sustentabilidade e saúde.
- d) Cuidado e conservação.
- e) Autonomia, arte e autopoieses.
- f) Gerenciamento de informações dos territórios e direitos humanos coletivos.
- g) Valorização das práticas ancestrais.

**Proposta:** criação de um programa de estímulo e proteção dos saberes ancestrais. Debate pela ciência e racismo ambiental. Se não passar por isso, não teremos alternativas para a sociedade.

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar - Sala 12.**

**Público: 60 pessoas.**

**Organização proponente: Departamento de Gestão Socioambiental, Povos e Comunidades Tradicionais – SNPCT – MMA.**

**Nome: Olhares das mulheres sobre o uso e manejo, conservação e proteção dos territórios tradicionais de povos e comunidades tradicionais.**

**Síntese:** Mulheres amazônicas vulnerabilizadas e tolhidas dos direitos à educação, de serem ouvidas e por defenderem seus territórios. Entre os desafios, podemos mencionar: ausência da regularização fundiária; falta de representativa feminina em espaços de liderança governamental e falta de tecnologias sociais que preservem o trabalho tradicional, sendo imperativa a compreensão da multiplicidade das ruralidades do campo, da floresta e das águas. Como futuro, queremos uma Amazônia com: regularização fundiária e ambiental; Ater para mulheres; ampliação do Plano Safra para mulheres extrativistas; mais mulheres na posição da governança pública; maior presença da subjetividade cultural e das

mulheres nas políticas públicas; Proneira por bioma; apoio do Fundo Amazônia de Cozinhas coletivas para beneficiamento da produção agrícola; garantia da subsistência e segurança alimentar e nutricional nas várias épocas do ano; fortalecimento da luta coletiva por uma Amazônia sustentável, com água potável, com mulher viva e liderança viva.

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Sindicato dos Urbanitários.**

**Público: 100 pessoas.**

**Organização proponente: Central Única dos Trabalhadores (CUT).**

**Nome: Fórum Sindical Pan-amazônico.**

**Síntese:** Reunidos no âmbito dos Diálogos Amazônicos – e comprometidos com a preservação do meio ambiente, o fortalecimento dos sindicatos e em defesa do trabalho decente –, nós, centrais sindicais dos países da região amazônica, manifestamos nosso compromisso com a construção do Fórum Sindical Pan-Amazônico – espaço de articulação e organização das centrais. O futuro que queremos para a Amazônia inclui preservação ambiental, trabalho decente, desenvolvimento e economia sustentável, resiliência diante das mudanças climáticas, inclusão social e políticas públicas que promovam a preservação ambiental. Unindo as centrais sindicais em ações coletivas, buscamos um futuro justo e próspero para a região e suas comunidades; o empoderamento de mulheres e jovens na gestão sustentável; combate ao racismo ambiental e garantia dos direitos LGBTQIA+, economia de baixo carbono e fortalecimento dos sindicatos. Propomos políticas que valorizem as comunidades tradicionais; a promoção do trabalho decente; investimentos em energia limpa, manejo florestal e incentivo a práticas agrícolas sustentáveis; a livre circulação de trabalhadores/as e a integração fronteiriça; cooperação regional para um futuro próspero e equilibrado na Pan-Amazônia; atuação conjunta do Fórum Sindical Pan-Amazônico para garantir a justiça social e a promoção de uma transição justa na região. Iniciativas também devem atender às necessidades das populações urbanas e a participação ativa dos povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais é fundamental para uma Amazônia próspera e equitativa. Acreditamos que o

diálogo entre os países da região é fundamental para encontrar soluções conjuntas que respeitem a soberania de cada nação amazônica.

---

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Plenária A.**

**Público: 220 pessoas.**

**Organização proponente: Avaaz.**

**Nome: Evitando o ponto de não retorno: colocando a Amazônia no centro das metas ambientais globais e garantindo o acesso direto ao financiamento aos povos indígenas.**

**Síntese:** A proteção e restauração dos ecossistemas amazônicos é imperativa para evitar um maior colapso ecológico em escala planetária, mas isso requer uma profunda transformação na forma como a região é governada, e significa garantir e restaurar a justiça para os povos indígenas. O crescimento das atividades extrativistas ilegais e legais está ocorrendo em terras não destinadas na bacia amazônica, e o impacto dessa superexploração contínua faz com que esses ecossistemas deixem de fornecer serviços ambientais e oportunidades de desenvolvimento sustentável. Para evitarmos o ponto de não retorno, é preciso:

- 1.** Garantir a segurança jurídica dos direitos territoriais dos povos indígenas e comunidades tradicionais.
- 2.** Garantir a participação plena e efetiva dos povos indígenas na tomada de decisões, planejamento, implementação e monitoramento dos programas, ações e atividades desenvolvidas na Amazônia.
- 3.** Declarar uma moratória efetiva e imediata sobre as atividades extrativas, tais como: mineração, exploração de petróleo e gás, agricultura e pecuária industrial extensiva, extração de madeira e outras atividades industriais, bem como projetos de infraestrutura – concessão de licenças e o financiamento dessas atividades devem cessar imediatamente.
- 4.** Proteger 80% da Amazônia em 2025 e garantir o financiamento mínimo para conservação.
- 5.** Os direitos ao território e a autodeterminação dos povos indígenas devem ser reconhecidos.

---

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Auditório UFPA.**

**Público: 60 pessoas.**

**Organização proponente: Movimento Articulada de Mulheres da Amazônia.**

**Nome:** Plenária das Mulheres negras da Amazônia garantindo a vida e a dignidade das guardiãs da floresta.

#### **Síntese:**

- 1.** Estimular a agricultura familiar como meio de enfrentamento à crise climática e permanência do marcador cultural da ancestralidade.
- 2.** Transparência e facilidade de acesso aos financiamentos climáticos, principalmente do Fundo Amazônia e do Fundo Clima.
- 3.** Investir em educação climática nas periferias, centros urbanos e no meio rural, incluir as populações mais afetadas pela crise climática na discussão.
- 4.** Financiar e incentivar soluções locais para o enfrentamento da crise climática.
- 5.** Combater a mineração como modo de frear a crise climática e a crise da biodiversidade.
- 6.** Promover reforma política e garantir equidade de gênero e raça para as mulheres no Legislativo.

#### **Proposições:**

Queremos um novo mundo, que reconheça a necessidade de uma reforma agrária popular, com dignidade humana para mulheres pretas e indígenas, dos campos, das cidades, das águas ou das florestas, com o fim dos conflitos pelo território, com a plena soberania dos povos da floresta livre de despejos, com o latifúndio do saber, com o fim da mineração e com justiça climática.

***A participação e a proteção dos territórios, dos ativistas, da sociedade civil e dos povos das florestas e das águas no desenvolvimento sustentável da Amazônia. Erradicação do trabalho escravo no território.***

O objetivo da Plenária 1 foi realizar um diálogo sobre os desafios de defensores e defensoras dos povos e da natureza da região pan-amazônica face à violência que sofrem, tendo como parâmetro a necessária participação dos povos da região na construção dos rumos do seu desenvolvimento. As ferramentas de participação social precisam garantir a segurança dos lutadores e lutadoras do povo na região.

### Diagnóstico e discussão

Todos os representantes da sociedade civil e dos governos fizeram referência a situações de violência no contexto amazônico. Essas práticas estão relacionadas ao passado colonial sob uma perspectiva de racialização da Amazônia. As práticas de violência na Pan-Amazônia têm sido banalizadas e silenciadas devido a esse passado que gerou o racismo como base da relação dos Estados com os territórios. O racismo ambiental e o racismo institucional são marcadores dessas relações históricas de exploração. Nesse sentido, os representantes da sociedade civil denunciam que a violência atinge as pessoas, as florestas, os animais e as águas. Na perspectiva desses representantes, a natureza – com todos os seus elementos – complementa os camponeses e povos tradicionais. Alertaram para o fato de que as diferentes formas de violência atingem primeiro as mulheres e as crianças.

Os participantes inscritos na plenária reforçaram a existência de diferentes formas de violência em vigor nos territórios amazônicos. Líderes camponeses, agroextrativistas, indígenas, ambientalistas e defensores de direitos humanos estão sendo assassinados por defenderem os territórios e os recursos neles existentes. Muitos desses recursos são a base da existência cultural, espiritual e material de povos que habitam os territórios. Essa situação se agrava devido à necessidade de aprimoramento nos programas de defesa dos defensores de direitos humanos nos países que existem, que precisa adequar as necessidades pan-amazônicas e criar nos países em que não existe.

O representante do governo brasileiro, Ministro Silvio Almeida, reconheceu que há negação (histórica) de direitos humanos na Amazônia. Apontou como o principal desafio pensar os direitos humanos numa nova perspectiva. Até o momento, a noção de direito humano é excludente em relação a parte do povo. É necessário construir uma nova humanidade. Não é possível pensar a humanidade sem pensar no direito material e nos recursos naturais. Para isso, é necessário quebrar os dogmas econômicos predominantes. Pensar uma nova humanidade é pensar o futuro.

Ficou evidente, nas falas dos representantes da sociedade civil, que a violação dos direitos humanos na Amazônia foi ampliada com o incremento dos projetos altamente demandantes da natureza, tais como os grandes projetos de infraestrutura, de hidrelétricas, de mineração, da pecuária e, mais recentemente, o avanço das monoculturas agrícolas, altamente exigentes em terra, nutrientes e água. Para consolidação desses projetos, grandes áreas de florestas foram desmatadas, cursos hidrológicos, mudados e muitas pessoas, deslocadas compulsoriamente.

Em vários pronunciamentos, ficou evidente o papel da mulher provedora, cuidadora do outro, da saúde, artesã e produtora de saberes e práticas. As mulheres estão à frente de sistemas complexos de cuidados com a vida, com os seres humanos, a floresta e as águas. São as mulheres as primeiras defensoras dos territórios.



A morte dos defensores de direitos humanos são completamente recortadas por raça/etnia, quem mais morre e fica invisível são as e os quilombolas e indígenas.

Por isso, faz-se necessário pensar os territórios de forma integral. O território entendido com suas multiterritorialidades e dimensões integradas por uma percepção coletiva, de autodeterminação e autogestão, espaço de controle de práticas produtivas e de sociobiodiversidade, ou práticas ancestrais agroecológicas, considerando esse modo de organização da vida como espaço do bem viver.

Muitos pronunciamentos denunciaram a existência de relações de trabalho degradantes no interior da Pan-Amazônia. O trabalho escravo persiste de forma invisibilizada em diferentes atividades produtivas. Além das jornadas exaustivas e da falta de liberdades, engendram situações de racismo, violência de gênero e geração. As organizações que atuam no combate a essas práticas degradantes não recebem apoio do Estado na medida necessária. Esse apoio é fundamental também para que os dispositivos protetivos legais existentes sejam plenamente executados e observados. O Ministro de Direitos Humanos do Brasil afirmou que “não precisamos de mártires, e sim de vida plena, com direito a envelhecer dignamente”.

Foi marcante a associação feita pelos representantes da sociedade civil, pelos inscritos na plenária e agentes governamentais entre a agressão às pessoas e aos territórios com as mudanças climáticas. Se, por um lado, foi marcante a evidência de impactos degradantes do tipo de desenvolvimento implementado até agora na Pan-Amazônia, por outro, percebeu-se o potencial existente nas práticas e saberes tradicionais para a preservação e exploração sustentável dos biomas. Houve consenso, entre muitos participantes da plenária, de que “não há desenvolvimento sustentável sem a proteção dos povos em seus territórios”. O Ministro de Direitos Humanos do Brasil, Silvio Almeida, afirmou que é preciso pensar um novo paradigma, sair do sistema atual para um outro que tenha como horizonte no futuro cuidar dos povos e do planeta.

## Proposições de políticas públicas

1. Consolidar e ampliar dispositivos legais de proteção aos territórios de povos originários, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais da Pan-Amazônia tais como:
  - a) ratificação do Acordo de Escazú, para que seja garantida a participação social e a proteção ambiental na Amazônia;
  - b) ampliar a adesão da Convenção 169 da OIT de países da Pan-Amazônia;
  - c) ampliar as garantias de autodeterminação dos povos e a garantia de consulta prévia, livre e informada;
  - d) rejeitar o Marco Temporal no Brasil;
  - e) ampliar a regularização fundiária e rever os pedidos de reintegração de posse;
  - f) estabelecer uma política de reforma agrária ampla para garantia da segurança e soberania alimentar;
  - g) garantir a demarcação das terras indígenas.
2. Ampliar recursos para o Programa de Defesa dos Defensores de Direitos Humanos.
3. Criar um programa nacional de formação para Promotores Indígenas de Direitos Humanos.
4. Ampliar os recursos para as defensorias públicas dos estados.
5. Criar mecanismos de proteção transfronteiriços integrados entre os países membros da OTCA para tornar eficiente o combate à grilagem de terras, garimpos ilegais e tráfico de drogas.
6. Modificar os critérios de aprovação de megaempreendimentos de infraestrutura, de mineração e do agronegócio, de forma a garantir a preservação dos povos, da biodiversidade, dos territórios e da Pan-Amazônia.
7. Retomar os Comitês de Bacias Hidrográficas e a Política Nacional de Recursos Hídricos.
8. Ampliar os programas/políticas de mercados institucionais, garantindo o acesso da agricultura familiar e a valorização de produtos da sociobiodiversidade.
9. Ampliar, no âmbito da OTCA, os espaços de participação política, como os conselhos, comitês, comissões e similares, garantindo equidade, com aprofundamento da democracia.

10. Criar mecanismos para repensar critérios de financiamento de programas de desenvolvimento no país, garantindo a participação popular.
11. Criar e fortalecer guardas camponesas, guardiões indígenas e outros sistemas de vigilância e proteção dos povos e seus territórios.

## Atividades auto-organizadas relacionadas

---

**Dia:** 4 de agosto de 2023.

**Local:** Hangar - Sala 10.

**Público:** 100 pessoas.

**Organização proponente:** Secretaria-Geral da Presidência da República

**Nome:** A importância das parcerias com as organizações da sociedade civil para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

**Síntese:** Como proposta para o enfrentamento dos problemas, a Secretaria-Geral da Presidência da República evidencia a necessidade de:

1. União via parcerias.
2. Renovar a compreensão sobre o que são parcerias para desenhar a democracia do futuro e os enfrentamentos dos problemas.
3. Acesso de financiamento por OSCs que atuam na Amazônia.
4. Desafios nas áreas de equidade de gênero, justiça socioambiental e direito à cidade.

Para o futuro da Amazônia, são propostas as seguintes políticas públicas: fortalecimento das organizações da sociedade civil; combate à criminalização burocrática das OSCs; implementação da Lei Federal nº 13.019; modelagem da Lei nº 13.019/2014 para melhor aderência à realidade das OSCs; Amazônia como produtora de vida, de alimentos e de preservação, não apenas de commodities; políticas públicas criadas por quem conhece e vive na Amazônia; produção de tecnologias e conhecimentos pelas entidades amazônicas; política para atuação da população indígena no mercado de carbono.

---

**Dia:** 4 de agosto de 2023.

**Local:** Hangar - Sala 09.

**Público:** 29 pessoas.

**Organização proponente:** Instituto Internacional Arayara

**Nome:** Escazú agora! A ratificação do Acordo de Escazú e a defesa da vida.

**Síntese:** O Brasil é o país onde ocorrem muitas mortes de defensores ambientais. O Movimento Escazú Brasil reconhece a necessidade de ratificação do Acordo de Escazú para o aprofundamento da garantia de direitos à informação, à participação, à justiça e à proteção. São diversos os problemas enfrentados: ausência da garantia de direitos das comunidades referidas na convenção 169 da OIT, como falta de consulta livre, prévia e informada em comunidades atingidas por empreendimentos de mineração e de exploração de petróleo e gás. Propomos como política pública a ratificação do Acordo de Escazú, que torne possível um futuro para a Amazônia e seus povos, um futuro de garantia do bem viver e de direitos, um futuro para a Amazônia livre da mineração, livre de desmatamento e livre de petróleo e gás. Queremos um futuro de cooperação entre os países pan-amazônicos que integre a sociedade civil e governos, na implementação e garantia de direitos na integridade de seus princípios, garantia de acesso à informação, garantia de participação, acesso à justiça e proteção dos defensores ambientais. Destacaram-se como problemas a disseminação de fake news e a banalização da violência, com as incontáveis mortes de defensores ambientais, da juventude amazônica, povos tradicionais, ribeirinhos, pescadores, quilombolas e indígenas. “Como vamos defender a vida se muitas vezes não conseguimos chegar ao futuro?”

---

**Dia:** 5 de agosto de 2023.

**Local:** Auditório Sudam.

**Público:** 50 pessoas.

**Organização proponente:** Instituto de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos e da Amazônia (Pororoca).

**Nome:** Os protocolos territoriais e os projetos comunitários para a defesa dos direitos humanos.

**Síntese:** A Amazônia do futuro precisa respeitar e valorizar seus defensores e defensoras; preservar e conservar seus biomas vivos e regenerados; eliminar os megaprojetos de destruição; extinguir a grilagem de terras; respeitar os povos originários; ter desmatamento zero; valorizar as comunidades tradicionais e a agricultura familiar e uma Amazônia com vida digna dos povos da floresta.

**Proposta:** qualificação da juventude pensando no meio ambiente; valorização das mulheres; valorização dos produtos artesanais, florestais e agroflorestais; apoio financeiro a projetos que visem a proteção do meio ambiente que respeitem a cultura e costumes de cada região, criação de uma lei de proteção dos defensores e defensoras de direitos humanos e da Amazônia, populações tradicionais e originárias.

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Auditório UFPA.**

**Público: 15 pessoas.**

**Organização proponente: Fundação Amazônia Sustentável.**

**Nome: Prosperidade na Amazônia: visão e oportunidades de lideranças indígenas, tradicionais e ribeirinhas para o desenvolvimento sustentável.**

**Síntese:** Diagnósticos, problemas e desafios:

1. Legislações descontextualizadas com as demandas das populações amazônicas.
2. Dificuldade no acesso a financiamento público: ausência de treinamento a gestores públicos e infraestrutura da informação precária.
3. Desrespeito à identidade plural dos povos indígenas, populações tradicionais e quilombolas.
4. Falta de consideração e respeito às mulheres e aos jovens nos processos de participação.
5. Capitalização dos serviços e produtos da natureza, desconsiderando questões culturais e sazonais.
6. Impacto das mudanças do clima na rotina de vida produtiva.

Como futuro queremos:

1. Bem viver dos povos indígenas e populações tradicionais.
2. Mecanismos de transparência e participação para diminuir a corrupção e a manutenção do poder.
3. Fortalecer a participação social.
4. Abordagem sistêmica baseada nos 17 ODS e na priorização de oito eixos.
5. Construção/fortalecimento das organizações e redes existentes (Coica, Fórum Amazônia Sustentável, Fospa etc.).
6. Territórios demarcados e regularização fundiária.
7. Educação formal e pública nos territórios remotos.
8. Energia limpa e acessível.
9. Construção de políticas afirmativas: Plano Safra Indígena, Plano Safra Tradicional e Plano Safra Quilombola, Plano Nacional de Adaptação (PNA).

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Auditório Censipan.**

**Público: 48 pessoas.**

**Organização proponente: GTA.**

**Nome: Protagonismo dos povos da Pan-Amazônia.**

**Síntese:** Rede desarticulada, políticas públicas sem escutar a comunidade, falta de diálogo entre governo e comunidades, movimentos sem apoio e populações mais vulneráveis como as mais afetadas são alguns dos problemas vividos na Amazônia. Temos o desafio de resgatar e fortalecer esses os movimentos. Vislumbramos um futuro para a Amazônia sem garimpos; políticas públicas alinhadas com a realidade das comunidades; obras de infraestrutura que contemplem a realidade das comunidades; mapeamento real de comunidades atingidas; Amazônia articulada, com o maior número de atores envolvidos; projetos de mitigação dos efeitos de mudanças climáticas e de transição às mudanças climáticas.

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Auditório UFFA.**

**Público: 26 pessoas.**

**Organização proponente: Centro de Dança Ana Unger**

**Nome: Amazônidas falando de Amazônia.**

**Síntese:** A dificuldade de os fazedores de cultura, produtores e artistas da Amazônia conseguirem patrocínio para seus projetos faz com que o protagonismo, mesmo quando se fala em Amazônia, seja do povo de fora da região. Na área cultural, queremos mais atenção e recurso destinado a quem realmente é da Amazônia, produz na área e para a comunidade. Não aceitamos mais projetos e artistas de outras regiões que não têm lugar de fala, apossando-se, instrumentalizando e enriquecendo em nome da Amazônia.

**Proposições:**

1. Realização de uma feira de economia criativa para os produtores da região, com direito a fomento e mapeamento.
2. Oficinas formativas com as principais técnicas de elaboração de projetos e captação de recursos.
3. Seminários que expliquem as leis de incentivo para os empresários da região.

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar - Sala 5.**

**Público: 85 pessoas.**

**Organização proponente: Movimento Escazú Brasil e parceiros.**

**Nome:** Proteção de pessoas, grupos e organizações que promovem e defendem direitos humanos em assuntos socioambientais, povos indígenas e comunidades locais na América Latina e Caribe: lições e desafios para a ratificação e implementação do Acordo de Escazú.

**Síntese:** O acordo regional sobre acesso à informação, participação pública e acesso à justiça em assuntos ambientais, o Acordo de Escazú, é o único tratado internacional com obrigações dos países a prevenir, investigar e punir ameaças à atuação de pessoas, grupos e organizações que defendem direitos humanos. Demandamos que os

países da região assinem, ratifiquem e garantam a implementação plena do Acordo de Escazú, dada sua importância para a sustentabilidade do desenvolvimento na região, para a proteção de direitos humanos e para uma governança ambiental e climática transparente. Conclamamos os presidentes e os governos da região para que apoiem a construção de um plano regional ambicioso até a COP3 (2024), com recursos necessários, para o cumprimento do disposto no Artigo 9º do Acordo de Escazú. Para o futuro da Amazônia, queremos:

1. Fortalecer a democracia ambiental.
2. Reduzir a violência e ampliar a segurança de defensores de direitos humanos, indígenas e comunidades.
3. Ampliar o engajamento na promoção de pessoas, grupos e organizações que atuam para a defesa de direitos humanos em assuntos socioambientais, incluindo os povos originários, comunidades tradicionais, entre outros.

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar - Sala 12.**

**Público: 35 pessoas.**

**Organização proponente: Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção – CTICC (Conselho vinculado à Controladoria-Geral da União – CGU).**

**Nome:** Roda de conversa sobre Acesso à Informação e Participação Pública em Matéria Socioambiental.

**Síntese:** Diagnóstico, problemas e desafios: impossibilidade de acesso ao Guia de Transporte Animal (GTA) e Cadastro Ambiental Rural (CAR) utilizando a LGPD para negar a informação; falta de compartilhamento de informações entre secretarias e órgãos; ausência de portais com dados abertos na região Norte; retrocessos nos dados referentes a segurança e poluição química; falta de dados sobre grilagem das terras públicas, de redução/afetação das unidades de conservação e das formas de compensação. Futuro que queremos e proposições políticas:

1. Fortalecimento das cooperações dos órgãos de fiscalização e sociedade sobre

- irregularidades ambientais.
2. Regulamentar o dispositivo da Lei de Governo Digital, que prevê a transparência das sanções administrativas aplicadas a pessoas, empresas e ONGs.
3. Estimular e financiar ações para abertura, apropriação e uso dos dados ambientais pela sociedade.
4. Incluir um eixo sobre infraestrutura na Declaração de Belém.
5. Garantir a realização de consultas livres, prévias e informadas.
6. Aprovação e ratificação do Acordo de Escazú.
7. Ativar ecossistemas de produção de dados.
8. Incorporar a ótica socioambiental, consultas e audiências no planejamento de infraestrutura na Amazônia.
9. Ampliar a abrangência da LAI para a atuação do setor privado, como previsto no Acordo de Escazú.
10. Agregar e consolidar dados ambientais e climáticos relacionados à Amazônia e disponibilizá-los em um mesmo portal.

Todas as propostas realizadas precisam levar em conta um recorte de gênero, raça, etnia e orientação sexual, bem como contribuir para o combate a todas as formas de discriminação.

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Sala 3.**

**Público:** 35 pessoas.

**Organização proponente:** **Suribraz Academic Network.**

**Nome:** *The collective rights of indigenous peoples And tribal peoples of Suriname.*

**Síntese:** O Suriname é o único país amazônico sem reconhecimento legal dos direitos coletivos dos povos indígenas e tribais, que processaram o governo perante o Tribunal Interamericano dos Direitos Humanos. A recusa do governo em aplicar três vereditos desse tribunal em 2005, 2007 e 2015 levou à violação contínua dos direitos humanos dos povos indígenas e tribais e à emissão de concessões de madeira e minerais em seus territórios tradicionais. Desde 2020, foi apresentado um projeto de lei no parlamento do Suriname que não foi aprovado até a presente data.

1. Ação imediata para o reconhecimento legal pelo Parlamento do Suriname, com base nos acórdãos do Tribunal Interamericano dos Direitos Humanos;
2. Cessação imediata da emissão de qualquer concessão pelo governo do Suriname que infrinja os direitos dos povos indígenas e tribais;
3. A elaboração pela Acto de um quadro jurídico que garanta os direitos coletivos de todos os povos tradicionais dos países amazônicos;
4. Intercâmbio de experiências entre comunidades indígenas e tribais sobre a luta pelos direitos coletivos em terras amazônicas;
5. Criação do Centro para os Povos e Florestas Amazônicas, com delegações em cada país, reunindo povos indígenas e tribais, instituições de investigação e ensino e movimentos sociais para uma ação transformadora nos países amazônicos, respeitando os povos indígenas e tribais e os seus direitos, e a inclusão dos conhecimentos tradicionais e acadêmicos.

O desmatamento causado pela exploração madeireira, pela exploração mineral e por outros projetos de infraestrutura constitui uma séria ameaça à degradação da floresta amazônica e ao futuro dos povos indígenas e tribais.

Assegurar que os povos indígenas e tribais afrodescendentes, que vivem em harmonia com a Mãe Terra, desempenhem um papel crucial na conservação, gestão e proteção sustentáveis da floresta amazônica.

Criação do Centro Povos e Florestas da Amazônia, com delegações em cada país, reunindo povos indígenas e tribais, instituições de pesquisa e ensino e movimentos sociais para uma ação transformadora nos países amazônicos, respeitando os povos indígenas e tribais e seus direitos, e com a inclusão dos conhecimentos tradicionais e acadêmicos.

Há a falta de uma política comum de todos os países do Pacto Amazônico em relação à crise climática

1. No âmbito da preservação da floresta amazônica, conferir à Acto um mandato para ela-

borar uma política comum para a Amazônia, a fim de fazer face à crise climática urgente.

2. Integrar os mecanismos políticos nacionais de cada país amazônico num sistema comum de acompanhamento da crise climática.
3. A criação de uma Universidade para a Integração Amazônica.

Os países do Pacto Amazônico têm como objetivo travar o desmatamento na região amazônica até 2030. É essencial uma ação regional conjunta para travar o desmatamento resultante da exploração mineral e florestal em grande escala, da pecuária e da agricultura. A preservação da floresta amazônica é necessária não só para o futuro dos países amazônicos, mas também para a sobrevivência da humanidade, assim como a utilização da arte e das expressões artísticas como veículo panamazônico de conscientização e integração da região e de seus povos.

---

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar - Sala 12.**

**Público: 65 pessoas.**

**Organização proponente: ACNUDH, Cepal e Pnuma.**

**Nome: Avançar na realização do direito humano a um ambiente limpo, saudável e sustentável na bacia amazônica.**

**Síntese:** A alarmante aceleração na taxa de destruição de habitats naturais na bacia amazônica impacta diretamente a luta contra as mudanças climáticas e ameaça os direitos das pessoas à vida, a um ambiente saudável, o acesso à saúde, água e segurança alimentar, entre outros.

**Proposições:** proteger os defensores/as dos direitos ambientais; ratificar e implementar o Acordo de Escazú; promover a garantia ao acesso às informações, assim como a participação pública, o acesso à justiça em relação aos assuntos ambientais, tendo como meta o desenvolvimento sustentável na região amazônica; espaço cívico inclusivo; garantir a realização do direito à água potável e ao saneamento básico, incluindo a proteção dos ecossistemas aquáticos e o acesso suficiente à água para a agricultura de subsistência e para a garantia da sobrevivência dos povos indígenas; garantir o direito à saúde da população

amazônica, a partir de um enfoque intercultural e não discriminatório; promover a soberania alimentar e nutricional de todas as pessoas e povos amazônicos, incluindo a proteção de sistemas de produção. A realização do direito à alimentação está conectada ao acesso amplo e equitativo à terra e aos recursos naturais necessários para garantir sua função social; garantir os direitos humanos, para que o lucro não esteja acima das pessoas. Como futuro, queremos: o meio ambiente limpo, saudável e sustentável para todas as pessoas, com justiça ambiental, incluindo a garantia a reparação de danos e priorizando a igualdade de gênero nas questões ambientais.

---

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Sala 4.**

**Público: 70 pessoas.**

**Organização proponente: GT da Sociedade civil da Agenda 2030 (GT SC Agenda 2030).**

**Nome: GT Agenda 2030 na Amazônia: desafios para a territorialização e implementação com base em processos participativos e engajamento de comunidades locais, indígenas, movimentos sociais e organizações da sociedade civil.**

**Síntese:** A não escuta das populações e comunidades na execução de políticas públicas é uma problemática a ser superada. A juventude, população negra, pessoas LGBTQIA+, populações urbanas, além dos povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais são as mais afetadas pelas problemáticas vividas na Amazônia. Torna-se um desafio assegurar a efetiva utilização dos preceitos da Agenda 2030 quanto à garantia de direitos à vida, aos territórios, à saúde e à sustentabilidade de povos e comunidades tradicionais, povos da floresta e das águas.

**Proposições:**

1. Ouvir as populações e comunidades para a formulação de políticas públicas: garantia de direitos à vida, à saúde e à sustentabilidade.
2. Mecanismos para impedir o racismo ambiental.
3. Políticas públicas participativas que incluam as comunidades e populações pan-amazônicas seguindo a Agenda 2030.
4. Políticas de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

Queremos um futuro com floresta preservada, água limpa e populações respeitadas.

---

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Auditório Sudam.**

**Público: 300 pessoas.**

**Organização proponente: Ministério Público Federal.**

**Nome: Mercado de Carbono e Povos e Comunidades Tradicionais: tudo sobre eles, com eles.**

**Síntese:** Como diagnóstico, identificamos a violação do direito à consulta prévia, livre e informada, descuido com o desenvolvimento sociobiodiverso e ausência de salvaguarda dos territórios tradicionais. A falta de visibilidade e participação dos 28 segmentos de povos e comunidades tradicionais, além da mulher e da juventude. Desafios já apontados pelo IIPCC é a inclusão dos povos e comunidades tradicionais no processo de planejamento e decisões na política socioambiental e climática.

#### **Proposições:**

- 1.** Utilização da Plataforma Territórios Vivos (CNPCT) como base para a elaboração de políticas públicas, regulamentação dos contratos de mercado de carbono mediante consulta prévia, livre e informada (Conv. OIT 169), avaliação de impacto regulatório, implementação da responsabilidade por não compliance (Lei 12.846/2013).
- 2.** Criar ferramentas e soluções de apoio ao CNPCT para o seu fortalecimento e criar ambiente interinstitucional para regulamentação, controle e monitoramento dos contratos de carbono.
- 3.** Elaborar planos de ação coletivos interinstitucionais para resiliência adaptativa climática, segurança alimentar, habitacional, territorial e segurança hídrica.

Queremos um futuro que garanta a consulta prévia, livre e informada, salvaguardas socioambientais, repartição de benefícios, avaliação de impactos socioambientais, pagamento por serviços socioambientais e valorização da ancestralidade dos PCTs.

---

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar - Sala 4.**

**Público: 40 pessoas.**

**Organização proponente: Movimento de Pescadores artesanais.**

**Nome: Oficina Defesa dos Territórios Pesqueiros.**

**Síntese:** O futuro para os pescadores e pescadoras é ser ouvido em relação aos projetos, é garantir investimento em ordenamento pesqueiro na região amazônica. Investimento em pesquisa científica sobre os impactos dos projetos. Considerar a importância dos acordos de pesca (da autogestão dos recursos e dos territórios). Garantir a preservação das águas para a produção de alimentos saudáveis. Não há Amazônia sem os povos das águas. Sem a preservação dos rios amazônicos não haverá acordos de pesca, não haverá estoques pesqueiros, não haverá justiça socioambiental. Para a garantir da vida dos povos das águas, é necessário primeiro uma aliança dos povos amazônicos que vivem dos rios: ribeirinhos, pescadores, extrativistas, quilombolas, beiradeiros, indígenas etc. e também é preciso uma aliança entre campo, florestas e cidades amazônicas. Construir o Tribunal Popular dos Povos das Águas. Fortalecer o observatório da pesca artesanal. Respeito ao direito à consulta livre, prévia e informada. Amazônia sem garimpo e mineração. Políticas públicas para além dos recursos pesqueiros e seguro-defeso, como, por exemplo, políticas de infraestrutura, moradia, crédito, saúde e educação. Construção de protocolos autônomos de consulta e consentimento livre, prévio e informado. Fortalecer o cooperativismo e o associativismo. Sem a demarcação dos territórios e automonitoramento pesqueiro não há justiça socioambiental, não há justiça climática. Foi destacada também a necessidade de se discutir a Amazônia a partir dos conhecimentos e saberes das mulheres das águas.

---

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Delegacia regional PA/AP - CRBio-06.**

**Público: 5 pessoas.**

**Organização proponente: Abiopa.**

**Nome: Profissionais liberais no contexto da Amazônia pós-COP-30.**

**Síntese:** Profissionais da região amazônica têm conhecimento do Fator Amazônico, biodiversidade, cultura e questões sociais locais, que fortalece seu relacionamento interpessoal e compromisso com as necessidades dos territórios. Porém, o cenário do mercado de trabalho é de subvalorização e precarização para profissionais liberais amazônidas. Como proposições políticas, temos:

1. Aumento proporcional à defasagem do valor das bolsas de pesquisa.
2. Adoção de mecanismos de priorização da contratação da mão de obra local na prestação de serviços ambientais.
3. Proteção da Lei Federal nº 1.402/1939.
4. Secretarias de Estado do Governo do Estado do Pará devem lançar Termos de Referência (TDR) de contratação de consultores (ME e PF) no âmbito do Plano Estadual de Bioeconomia.

Almejamos um futuro em que a defesa pela sociedade civil relativa ao trabalho esteja articulada com as questões de gênero, corpos, territórios e do trabalho que é invisibilizado; defesa pelas associações e sindicatos da criação do plano de carreira, cargos e salários dos órgãos ambientais; defesa pelas associações e sindicatos da exclusividade de atuação nos processos de licenciamento ambiental a servidores públicos investidos no cargo de Analista Ambiental; criação de sindicatos que reúnam profissionais das áreas ambientais e da biodiversidade.

---

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar - Sala 9.**

**Público: 50 pessoas.**

**Organização proponente: Instituto Igarapé e ONU Mulheres**

**Nome: Protagonismo e violência: o trabalho de mulheres defensoras e a necessidade de incluir uma perspectiva de gênero em programas de proteção.**

**Síntese:** Defensoras de direitos humanos são invisibilizadas, não têm seu trabalho reconhecido e sofrem diversos tipos de violência de gênero. Não há desenvolvimento sustentável sem considerar a população amazônica, especialmente as mulheres defensoras de DH. Para enfrentar as mudanças climáticas, é necessário considerar as populações

amazônicas no centro das soluções, em especial, as mulheres. Queremos um futuro que considere as mulheres das Amazônias em toda sua diversidade como as grandes defensoras dos territórios e da natureza. Políticas públicas que sejam voltadas para defensoras de direitos humanos, seus contextos e particularidades. Políticas públicas centradas na população amazônica, em especial, as mulheres que defendem os territórios. Fomento de ações coletivas para mulheres defensoras de direitos humanos, as mais afetadas pelas mudanças climáticas e as que mais colocam suas vidas à disposição das defesas dos territórios e de suas populações.

---

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Auditório Sudam.**

**Público: 40 pessoas.**

**Organização proponente: Uma Concertação pela Amazônia.**

**Nome: Da Declaração de Belém à COP-30: contribuições da sociedade civil para o desenvolvimento inclusivo e sustentável da Pan-Amazônia como potência climática.**

**Síntese:** A Amazônia enfrenta questões diversas: ambiental, climática, étnica, social, de gênero, racial, de juventudes, de sistemas alimentares e muitas outras. A colaboração de organizações da sociedade civil nesse contexto deve ser articulada a fim de impulsionar alguns objetivos comuns, como a criação de instâncias e espaços para tal articulação acontecer entre as organizações e articulação junto aos governos.

**Desafios:**

- a) Criação de uma visão regional.
- b) Construção da confiança com base nos diálogos regionais construídos com organizações da sociedade civil, tendo em vista o risco do ponto de não retorno climático e demais impactos da mudança do clima.

**Proposições:**

1. Políticas públicas fomentadas pelo alinhamento objetivo das organizações da sociedade civil.
2. Fortalecimento de redes da sociedade civil territorialmente pautadas.



3. Promoção do estreitamento das relações entre as organizações da sociedade civil dos países pan-amazônicos.
4. Construir um lócus de incidência e solução, com integração de demandas da juventude, mulheres, população negra, pessoas LGBTQIA+, populações urbanas, além dos povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais.
5. Criação de novas esferas políticas, a partir da organização coletiva das organizações da sociedade civil.

### **Saúde, soberania e segurança alimentar e nutricional na região amazônica: ações emergenciais e políticas estruturantes**

Pensar a saúde, a soberania e a segurança alimentar e nutricional na região pan-amazônica é um desafio que envolve diversas áreas do conhecimento e de atuação das políticas públicas, a agricultura familiar e camponesa, os povos e comunidades tradicionais são parte dos elementos trazidos para reflexão nessa mesa.

## Diagnóstico e discussão

Os representantes da sociedade civil trouxeram para reflexão da plenária um alerta sobre o risco do uso de produtos ultraprocessados para a alimentação de pessoas na primeira infância. Nos lugares onde isso acontece, já se pode observar elevados índices de deficiência nutricional, podendo causar impactos irreversíveis. É preciso enfrentar o problema discutindo os interesses de mercado dos alimentos ultraprocessados. Outra questão trazida pelos representantes da sociedade civil foi a necessidade de se fazer a diferença entre produção de alimento e produção de mercadoria.

Os mais de 500 povos originários da Amazônia representam um grande potencial para a preservação de espécies e de sistemas agroalimentares direcionados para a segurança e soberania alimentar para a produção de alimentos. Porém, o avanço do agronegócio em vários pontos da Amazônia desenvolveu sistemas agroalimentares que priorizam a produção de mercadorias. Garantir uma alimentação saudável passa por uma leitura crítica sobre os problemas da indústria de alimentos e do uso de veneno na produção agrícola.

Segundo a representante indígena da Colômbia, a cultura alimentar dos povos da Amazônia resiste porque não se trata apenas do ato de comer, mas também de se alimentar pelo espírito presente nos alimentos. Nesse sentido, não é possível discutir a questão da alimentação e da saúde sem fazer referência à defesa dos territórios. Na mesma direção, o representante da Via Campesina no Brasil sugere a política de reforma agrária como um projeto de desenvolvimento. Além da garantia e defesa dos territórios, é preciso a defesa

da sabedoria ancestral, das sementes crioulas, a criação e apoio a mercados locais, apoio à produção local e mecanismos de proteção à biodiversidade. Segundo o representante da Via Campesina, “precisamos garantir o colorido de nossas refeições”.

Corroborando a reflexão iniciada pelos representantes da sociedade civil, o representante da FAO alertou para o risco que representam para a Amazônia os atuais sistemas de produção intensivos em capital e tecnologia. Quando se pensa em saúde, não se trata apenas de comer bem, é preciso um olhar atento para milhares de pessoas que passam fome na América Latina, na América do Sul e na América Central. É preciso investir no diálogo como uma forma de construir conhecimentos e soluções conjuntamente.

No caso da Amazônia, para se construir soluções concretas para a promoção da saúde com soberania e segurança alimentar, é preciso investir também na participação coletiva. Lembrou que o Programa Fome Zero nasceu no Brasil como um projeto democrático e inclusivo que retirou o país do mapa da fome, porém, nos últimos anos, o Brasil voltou para este mapa, o que representa um dos maiores desafios do atual governo.

O Ministro da Assistência Social e Combate à Pobreza alertou que os desafios no campo da saúde, desnutrição e fome devem ser enfrentados com seriedade, planejamento, com a participação social e acompanhamento/monitoramento permanentes. Admitiu que há no Brasil 94 milhões de pessoas em situação de pobreza. Informou ainda que o país enfrenta problemas de abastecimento concretos, como no caso do feijão, hortaliças e

derivados da mandioca. O governo precisa ter metas e políticas para regularizar e organizar o abastecimento desses e outros alimentos. Corroborando a análise dos representantes da sociedade civil, o ministro fez referência à necessidade de o governo avançar, no caso da Amazônia, na regularização das terras indígenas e de agricultores(as) familiares como estratégia para garantir direitos e segurança e soberania alimentar.

Remarcando o alcance dos desafios atuais do governo, o ministro fez referência a outras ações que precisam se articular, entre elas, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Plano Safra, o Programa Desenrola Brasil e apoio à Produção de Alimentação Saudável. Além dessas ações, o ministro anunciou mudanças na política de transferência de renda para torná-la mais ágil e mais abrangente. Será necessária uma atualização cadastral para neutralizar problemas gerados pelo governo anterior.

Na sequência, o Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar iniciou dizendo que os trabalhadores rurais precisam permanecer em suas terras. Frisou a importância e a necessidade de incentivos e financiamentos diferenciados para a compra dos produtos da agricultura familiar. Reforçou também a necessidade de se praticar preços de mercado pelo Programa de Garantia de Preço Mínimo para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio). Enfatizou que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) esteja vinculado à cultura e aos valores das famílias de agricultores e de povos e comunidades tradicionais.

Foi anunciada a criação do Plano Floresta Produtiva, que vai poder financiar a construção de viveiros para a produção de mudas e compra de sementes. Informou que o MDA incentivará a criação e organização de cooperativas como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar. Essas estruturas cooperativas podem fazer funcionar melhor o Pronaf B (microcréditos). Informou ainda que serão retomadas as ações para demarcação de terras indígenas e quilombolas. Ao final, fez referência à abertura dos Diálogos Amazônicos, quando foi dito que “o futuro é ancestral” e concluiu dizendo que “não há preservação ambiental sem preservação do ser humano”.

Os participantes inscritos na plenária se manifestaram corroborando com muitas posições dos integrantes da mesa. No entanto, vale ressaltar as falas reivindicando políticas mais incisivas de combate ao uso de agrotóxicos na agricultura, de combate ao garimpo clandestino, a exploração ilegal de madeira e a violação de direitos em atividades de mineração de grande porte. Manifestaram-se também em favor da regularização dos territórios de povos tradicionais, valorização da agricultura familiar e dos projetos de assentamento, qualificação da cadeia de produção de assentamentos, reconhecimento e inclusão dos saberes tradicionais nos currículos universitários e nas escolas de ensino fundamental. Solicitaram empenho do governo para aprovação do Projeto de Lei nº 1.279/22 (Makota Valdina), que reconhece os direitos dos povos de matrizes africanas. Por último, sugeriram revisão do acordo União Europeia e Mercosul, principalmente no que se refere à compra de alimentos agroecológicos e da agricultura familiar.

## Proposições de políticas públicas

1. Criação de programas de microcréditos para agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais.
2. Programa de regularização e titulação de novos territórios e assentamentos de agricultores familiares e pessoas indígenas e quilombolas.
3. Política de prevenção à desnutrição e promoção da saúde pela garantia da segurança alimentar.
4. Ampliação do Bolsa Família associado a outras políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.
5. Regularização fundiária na Pan-Amazônia e retorno imediato das políticas de demarcação de terras indígenas, quilombolas e de trabalhadores sem terra.
6. Política que estabeleça limites legais para empresas na Pan-Amazônia em todos os setores.
7. Redução de juros bancários para a agricultura familiar da região pan-amazônica.
8. Criar mecanismo para a compra de 30% dos alimentos produzidos pela agricultura familiar dos povos da Pan-Amazônia por instituições públicas.

9. Criar programa de expansão da energia fotovoltaica e internet no campo com financiamento equitativo.
10. Criar programa de pagamento de salários para parteiras e valorização dos agentes comunitários de saúde com ênfase em atividades voltadas à segurança alimentar na Pan-Amazônia.
11. Ampliar o número de profissionais da área de saúde na Pan-Amazônia.
12. Ampliação da telemedicina e do Programa Mais Médicos na Amazônia brasileira.
13. Elaborar uma política para tratamento de água e saneamento básico na Pan-Amazônia.

gerar ambiente de garantia dos direitos de quem é prejudicado pelo avanço de práticas nocivas à saúde no campo e das populações tradicionais e originárias.

## Atividades auto-organizadas relacionadas

**Dia: 4 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar - Sala 01.**

**Público: 60 pessoas.**

**Organização proponente: Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)**

**Nome: Diálogo sobre cooperação regional para a promoção de cadeias socioambientais na Amazônia.**

## Proposições de ações coletivas

1. Participação efetiva dos povos da Pan-Amazônia na concepção, elaboração, aplicação e acompanhamento de políticas públicas que visem o bem viver.
2. Combate ao patriarcado, racismo e preconceito territorial na Pan-Amazônia.
3. Combate à criminalização e patologização dos povos da Pan-Amazônia que lutam por suas pautas.
4. Reivindicar políticas efetivas de enfrentamento às emergências climáticas na Pan-Amazônia atreladas à segurança alimentar e à saúde dos povos da região.
5. Fortalecer a participação social no Consea e em outros conselhos, comitês e comissões de controle de políticas públicas.
6. Repensar a política de estocagem e abastecimento de alimentos no Brasil, reforçando a importância de vincular a Conab ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar.
7. Ampliar a participação de instituições acadêmicas e entidades da sociedade civil na coleta de dados, sistematização e geração de conhecimento sobre o tema da fome, saúde e gestão de políticas públicas.
8. Envolver o Legislativo municipal, estadual e nacional na promoção de leis que permitam a valorização de práticas agroecológicas e limitem a ação de empresas que utilizam produtos químicos prejudiciais à saúde dos trabalhadores rurais.
9. Envolver a OAB, Ministério Público Federal e Estadual e Defensores Públicos para

**Síntese:** O objetivo do espaço foi compreender as políticas e programas desenvolvidos pelos países e propor ações para a cooperação regional com vistas a promover cadeias de valor da sociobioeconomia na Amazônia. Dentre as ideias para fomentar a comercialização dos produtos regionais, cita-se a proposta do selo amazônico – economia consciente e que respeite o ambiente e os povos da Amazônia. As coordenações políticas precisam planejar uma gestão fitossanitária que dialogue com o setor privado e abarque a necessidade da população, ademais, é preciso interligar as redes de pesquisa amazônica. O ecossistema de apoio, a geração de empreendimentos, a sociedade, as políticas públicas e o sistema financeiro formam um conjunto essencial para intensificar na Amazônia a inovação. Torna-se também essencial a transferência de tecnologias entre os estados. É fundamental o investimento em conectividade que leve em consideração a territorialidade e os termos de cooperação. Entre os exemplos para os avanços, cita-se: placas solares, pequenos portos e valorização da população rural, investindo na potencialidade e na diversidade de produtos amazônicos e a integração de jovens e mulheres.

---

**Dia:** 4 de agosto de 2023.

**Local:** UFPA, Sala 316 - Mirante do Rio.

**Público:** 8 pessoas.

**Organização proponente:** Associação Slow Food do Brasil.

**Nome:** 1ª Uma Transição para sistemas alimentares bons, limpos e justos na Amazônia: quem mexeu no meu mingau? – Reflexões sobre caminhos possíveis. 2ª Comer, comer é o melhor para poder crescer! – Conheça uma outra forma de comer a partir de ferramentas do Slow Food Brasil Educação.

**Síntese:** Propagar os sabores, saberes, fazeres e a diversidade alimentar dos territórios amazônicos é nosso desafio, e a falta de conhecimento sobre o assunto é a problemática encontrada. Queremos um futuro em que a diversidade alimentar amazônica faça parte da vida cotidiana, do hábito alimentar e cultural das pessoas e onde haja a valorização da cultura alimentar.

---

**Dia:** 4 de agosto de 2023.

**Local:** Auditório Sudam.

**Público:** 47 pessoas.

**Organização proponente:** SINDMEPA – Sindicato dos Médicos do Pará.

**Nome:** A transição nutricional e epidemiológica, fatores socioculturais e ambientais e a instalação de doenças crônicas não transmissíveis entre os povos indígenas.

**Síntese:** Como diagnóstico, problemas e desafios destacamos o genocídio dos povos indígenas promovido pelo colonizador, fragilidade da democracia brasileira, transição nutricional indígena, garimpo, agropecuária, desmatamento, doenças crônicas não transmissíveis, dieta hipercalórica, redução da atividade física entre os indígenas, malária e gestão insuficiente da Sesai. O futuro que queremos e nossas proposições políticas são:

1. Políticas afirmativas de educação indígena.
2. Programa Mais Saúde Indígena (versão indígena e multidisciplinar do programa Mais Médicos).
3. Bolsas de pesquisa para estudos relacionados a questões genéticas envolvendo patologias comuns nos indígenas.

4. Bolsas para pesquisas com alimentos funcionais.

5. Maior oferta de materiais e medicamentos para profissionais que trabalham com saúde indígena.

6. Educação alimentar para crianças indígenas como prioridade na transição nutricional.

7. Melhorar o trabalho de campo/atendimento de saúde à população indígena através da capacitação continuada de agentes indígenas de saúde e técnicos de enfermagem, organização e humanização no atendimento de indígenas em hospitais de referência.

8. Intensificação de ações de combate a doenças crônicas não transmissíveis (DCNT).

9. Educação em saúde e ambiental.

10. Criação de uma associação dos médicos indígenas.

11. Criação de um módulo de saúde indígena nas faculdades de saúde.

---

**Dia:** 4 de agosto de 2023.

**Local:** Solar da Beira no complexo do Ver-o-Peso.

**Público:** 122 pessoas.

**Organização proponente:** Articulação Nacional de Movimentos e Práticas em Educação Popular em Saúde (Aneps Norte).

**Nome:** Educação popular e a promoção de saúde ambiental nos territórios amazônicos.

**Síntese:** No Pará, buscamos um futuro em que povos tradicionais e comunidades alcancem saúde e sustentabilidade. Superar desafios como: descarte inadequado de resíduos, ausência de saneamento, falta de educação ambiental, coleta seletiva e incentivo às cooperativas de catadores são essenciais. Políticas eficazes para a população em situação de rua também são urgentes e necessárias. Políticas de combate à poluição, ao racismo ambiental, ao desmatamento e de promoção da preservação são cruciais para proteger os territórios. Estamos em busca de um futuro sustentável para a região, unindo desenvolvimento e preservação; cooperação e inclusão pelo fortalecimento da educação ambiental nas escolas e comunidades; criação de hortas e composteiras comunitárias; revitalização de praças e implementação de ecobarreiras em rios e igarapés, promovendo a sustentabilidade em parceria com

o poder público. Propomos: políticas habitacionais; expansão do saneamento a 100% da população; aterro sanitário; coleta de lixo regular e seletiva, com políticas e programas voltados aos carroceiros; saúde, assistência social, educação popular e ambiental para populações vulneráveis; valorização de saberes, práticas populares e incentivo a produtos advindos de comunidades tradicionais; acesso a banheiros públicos e água potável a pessoas em situação de rua; reorganização das feiras para o reaproveitamento de alimentos; desenvolvimento de farmácias nativas e fortalecimento da fitoterapia na assistência à saúde; criação do selo verde e ampliação do projeto Moeda Verde, transformando recicláveis em créditos usáveis.

---

**Dia: 4 de agosto de 2023.**

**Local: Auditório da Universidade Federal Rural da Amazônia.**

**Público: 121 pessoas.**

**Organização proponente: Universidade Federal Rural da Amazônia e Ordem dos Advogados do Brasil.**

**Nome: Inclusão na Amazônia: políticas estruturantes para pessoas com deficiência.**

**Síntese:** Nasce-se e vive-se na Amazônia impregnada pelo diverso, pela ancestralidade e pela tolerância. Marcados pela exploração predatória de nossos recursos, especialmente humanos, temos na visibilidade a possibilidade de novos ares mais sustentáveis, mais colaborativos, mais inclusivos e, enfim, mais justos.

**Desafios:**

- 1.** Redistribuição: "Custo Amazônia" é invisibilizado para a promoção de políticas estruturantes.
- 2.** Reconhecimento: é na diversidade e no conhecimento dos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos e sua interseccionalidade com as pessoas com deficiência que encontramos as soluções que permitem políticas com maior eficácia.
- 3.** Representação: com 24% da população na Amazônia brasileira com alguma deficiência, não temos a mesma proporção de representações nas áreas do Executivo,

Legislativo e Judiciário dos países que compõem a Pan-Amazônia.

**Proposição:** Formação da Rede Pan-amazônica de Políticas Públicas Inclusivas, com foco em pesquisa e formação de lideranças e gestores; políticas afirmativas para programas específicos de inclusão na Amazônia no âmbito da saúde, educação e assistência social.

---

**Dia: 4 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Sala 10.**

**Público: 100 pessoas.**

**Organização proponente: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.**

**Nome:** Mercados institucionais, direito humano à alimentação adequada e a promoção da sociobiodiversidade na Amazônia: desafios e potencialidades da participação dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais nos programas de compras públicas de alimentos.

**Síntese:** Fortalecer, ampliar e facilitar o acesso aos mecanismos de compras públicas de produtos da sociobiodiversidade da agricultura familiar, campesinato, povos e comunidades tradicionais, em especial nos programas PNAE e PAA, além de desburocratizar o processo de compra dos produtos. Fortalecer as políticas públicas de produção de alimentos agroecológicos da sociobiodiversidade, com a inclusão dos povos da floresta e das águas, como estratégia para proteger o território do desmatamento e devastação. Proteger o território e os defensores de direitos dos povos que aqui vivem. A formulação das políticas públicas precisa considerar as vozes dos povos da Amazônia e estabelecer processos permanentes de escuta da sociedade civil. Que a OTCA desenvolva uma agenda estratégica sobre compras públicas de alimentos como vetores de garantia do direito humano à alimentação adequada, promoção da soberania e segurança alimentar, preservação e reprodução da sociobiodiversidade. O objetivo é que os países da OTCA possam desenvolver marcos normativos e políticas públicas de compras institucionais dos povos da Amazônia.

---

**Dia: 4 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Sala 1.**

**Público: 60 pessoas.**

**Organização proponente: OTCA e SFB/MMA.**

**Nome: Diálogos sobre cooperação regional para a promoção das cadeias da sociobioeconomia na Amazônia.**

**Síntese:** Identificamos como problemas e desafios: faltam ações para a cooperação regional com vistas a garantir os direitos de povos e comunidades tradicionais. Como proposições de políticas públicas, julgamos necessário:

1. Estabelecer redes para a formação de “ecossistemas regionais” (oferta de serviços e infraestrutura, formação de capacidades) para fortalecimento da atividade.
2. Realizar intercâmbio de experiências e boas práticas.
3. Coordenar/harmonizar políticas comerciais.
4. Apoiar modelos de cooperação interinstitucional com empresas e centros de pesquisas.
5. Construir redes de informações sobre a sociobioeconomia entre países.
6. Criar marca/selo da Amazônia.
7. Investimento conjunto em educação e conectividade com inclusão de jovens e mulheres na sociobioeconomia. Diversas oportunidades de financiamento para a cooperação regional foram destacadas na atividade, a exemplo de: filantropia, setor privado doméstico e internacional para promover as cadeias de valor, cooperações em projetos, entre outros.

---

**Dia: 4 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Sala 7. Público: 77 pessoas.**

**Organização proponente: Conab – Companhia Nacional de Abastecimento.**

**Nome: PAA e PGPM-Bio como políticas públicas associadas ao conhecimento tradicional assegurando saúde, soberania e segurança alimentar e nutricional na região Amazônica.**

**Síntese:** Consideramos como problemáticas e desafios: documentação exigida (CAF e DAP, emissão de notas fiscais e Guias de Trânsito Vege-

tal); preços mínimos estabelecidos na PGPM-Bio e preços de referência no PAA; falta de Ater para produção e comercialização; acesso à internet; logística para acesso aos mercados e órgãos públicos; custos altos para manutenção das entidades/CNPJs (associações e cooperativas); tributos excessivos ante os volumes comercializados/entregues; sucessão rural (desinteresse pela atividade agrícola), normativos legais iguais tanto para grandes quanto para pequenas agroindústrias. Como proposições, indicamos: Ater específica para a produção, comercialização, organização e gestão social das organizações; preços dos produtos incorporando o valor dos serviços ambientais e da periculosidade da atividade; metodologia de custos de produção regionalizada (preços mínimos na PGPM-Bio e de referência no PAA); sistema aberto para o recebimento de propostas e flexibilização do prazo para apresentação de documentos; tributos menores na Amazônia; mutirões interinstitucionais (órgãos públicos e sociedade civil) para publicizar a capacitação para o acesso à PGPM-Bio e PAA.

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Auditório UFPA. Público: 65 pessoas.**

**Organização proponente: Conselho Regional de Enfermagem do Pará (Coren-PA).**

**Nome: Enfermagem como força para a saúde amazônica.**

**Síntese:** Problemas e desafios: modelo assistencial biomédico/produção de conhecimento e formação de recursos humanos.

**Proposições:**

1. Alteração das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Enfermagem (DCN/ENF) para que constem estudos sobre a assistência aos povos tradicionais; práticas integrativas e fitoterápicos.
2. O Ministério da Saúde (MS) precisa repensar o modelo biomédico e buscar conhecer experiências exitosas de outros países sobre práticas avançadas de enfermagem.
3. Inclusão de políticas sobre saúde e meio ambiente nos programas de saúde, para descarte de materiais e insumos utilizados por pacientes.

4. Financiamento do SUS, distribuído por equidade e regionalização; com orçamento fixo baseado no PIB; e PAB e MAC diferenciados a maior.
5. Projetos de extensão voltados para vulnerabilidade transcultural, baseado na Teoria de Madeleine Leininger.
6. Criação de disciplina escolar voltada para a saúde ribeirinha.
7. Investimento em pesquisas de materiais (soro, equipo, seringas e afins) menos danosos ao meio ambiente.

É necessário valorizar quem está no território, quem faz parte dele e presta assistência à saúde.

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Sala 7.**

**Público: 120 pessoas.**

**Organização proponente: Fundação Oswaldo Cruz.**

**Nome: Saúde e ambiente na Amazônia: integração necessária hoje para atuação nos cenários futuros e o fortalecimento do Sistema Único da Saúde – SUS.**

**Síntese:** O Plano de Saúde da Amazônia Legal deverá promover a equidade e reduzir desigualdades regionais por meio da articulação entre diversas instituições e movimentos sociais, fortalecendo o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis e a inclusão das diversidades humanas.

**Desafio:** Investimentos para incluir a Amazônia no Complexo Produtivo da Saúde, como produtora de vacinas, insumos e arranjos produtivos, com a valorização dos saberes tradicionais. Para o futuro, queremos respeito à diversidade ambiental, étnica, cultural e socioregionais na formulação das políticas públicas.

**Propomos:**

1. A implementação de um sistema de saúde nas fronteiras brasileiras articulado com os países da Pan-Amazônia.
2. Organização de movimentos e atores sociais estratégicos para pensar nos problemas e soluções.

3. Fortalecimento das ações de vigilância em saúde, com protagonismo da pesquisa e ciência da região.
4. Construção de uma agenda que considere os diversos povos, nações, saberes tradicionais, cosmovisões e culturas da Amazônia.
5. Políticas destinadas às mulheres indígenas migrantes, crianças com necessidades especiais e população negra. 6) Incluir o Plano de Saúde da Amazônia Legal (PSAL) no Plano Nacional de Saúde e no Plano Plurianual 2024-2027.

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Auditório UFPA. Público: 40 pessoas.**

**Organização proponente: Rede Penssan e Instituto Fome Zero.**

**Nome: Soberania e segurança alimentar e nutricional no bioma amazônico.**

**Síntese:** A insegurança alimentar tem um claro corte racial e as populações próximas aos grandes empreendimentos estão entre as mais afetadas. Problemas e desafios: falta de um programa de monitoramento para mapear, na Pan-Amazônia, a insegurança alimentar, nutricional e hídrica; falta de colaboração entre pesquisadores e membros da sociedade civil dos países amazônicos e financiamento para projetos. Há necessidade de espaço para a formação de pesquisadores dentro da região pan-amazônica.

**Proposições:**

1. Garantia de direito humano à alimentação, com valorização da agricultura familiar.
2. Políticas públicas de fácil acesso para viabilizar a SAN.
3. Energia elétrica e barateamento de transporte.
4. Conceber, projetar e executar pesquisas na região.
5. Fortalecimento das defensorias públicas na questão das denúncias ambientais.
6. Programas de intercâmbio de pesquisadores intra-amazônicos.
7. Estabelecimento de redes internacionais amazônicas com financiamento específico, inclusive com aportes da cooperação internacional via OTCA.



Queremos um futuro com mais espaços colaborativos para que academia, gestores e populações possam dialogar; valorização das práticas alimentares regionais e dos quintais produtivos.

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Sala 6.**

**Público: 80 pessoas.**

**Organização proponente: Ocadhana/lacitatá.**

**Nome: Cultura e Soberania Alimentar Amazônica.**

**Síntese:** Na Amazônia, fome e sede alcançam 48% da população. A fome indígena no ambiente urbano de Belém/PA alcançou 70% em 2021, e 80% em 2022, de acordo com dados do Observatório de Cultura Alimentar e Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas. Problemas e desafios: a ausência de políticas para a cultura alimentar, SAN e agroecologia; o Conselho Nacional de Política Cultural do governo Bolsonaro foi reconduzido e não há cultura alimentar no Plano Nacional de Cultura.

#### **Proposições:**

1. Implementação da Lei Nacional de SAN adequada às realidades locais amazônicas.
2. Formação governamental transversal sobre cultura alimentar – economia justa e bem viver, salvaguarda do conhecimento tradicional e patrimônio genético, justiça climática e internacionalização.
3. Escolas Amazônicas de Cultura Alimentar, sociobiodiversidade e clima.
4. Reconhecimento dos Siatja – Sistemas Alimentares Justos Amazônicos.
5. Fomento para transição energética justa.
6. Cultura alimentar no Plano Nacional de Cultura e Setorial no MinC.
7. Adequação orçamentária que considere o Custo Amazônico.

Nosso futuro precisa de puxiruns entre sociedade civil e governos pan-amazônicos pela garantia de direitos humanos, políticos, territoriais, culturais e socioambientais. Erradicação do trabalho análogo à escravidão, fim do tráfico humano e da exploração e abuso sexual infantil. Articulações da Amazônia Legal e Pan-Amazônia anticolonialistas e antirracistas.

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Auditório UFPA. Público: 16 pessoas.**

**Organização proponente: VEM – Veganos em Movimento.**

**Nome: Quintais agroecológicos: por uma soberania alimentar antiespecista.**

**Síntese:** A situação dos povos que habitam as cidades está cada vez mais exposta à má qualidade alimentar. É preciso encontrar mecanismos que amenizem a situação a curto prazo. Problemática: a comida que chega para a população mais pobre não tem qualidade nutricional adequada. Desejos como futuro a erradicação da fome e que a população tenha comida de qualidade; incentivo à pequena produção de verduras e outras culturas em escolas, centros comunitários e residências, entre outros.

#### **Propomos:**

1. A criação de políticas que incentivem quintais agroecológicos em espaços coletivos e residenciais.
2. Políticas que garantam menos carne nas mesas e mais comida saudável.
3. Quintais agroecológicos para a promoção da qualidade de vida e como mitigador dos efeitos danosos do clima.
4. Realização de campanhas e conscientização sobre a qualidade alimentar dos povos.
5. Agregar nos centros coletivos o interesse pela criação de espaços de cultivo alimentar.

### Juventudes

O objetivo principal da plenária foi realizar a escuta dos jovens da Pan-Amazônia sobre os desafios da juventude na região e como as políticas públicas têm chegado para contribuir com a melhoria da vida da juventude.

## Diagnóstico e discussão

Os Diálogos Amazônicos coincidem com a comemoração dos 10 anos do Estatuto da Juventude. A alteração do art. 276 da Constituição, em 2010, foi um marco no processo de reconhecimento e valorização dos jovens. Essa alteração só foi possível graças à mobilização e unidade da juventude. Para celebrar esse momento, a plenária começou com a saudação da vereadora mais jovem do país, Beatriz Caminha, do município de Belém/PA; Marcus Vinícius Barão, presidente do Conselho Nacional das Juventudes; Carla Naisa, gestora de juventude do estado do Pará, e a deputada federal Camila Jara.

Mesmo com a conquista do estatuto da juventude, no Brasil e no nível pan-amazônico, ainda há muito a ser feito para que os direitos da juventude sejam de fato concretizados. A questão dos direitos deve ser levada a sério pelos governos da Pan-Amazônia. Integrantes da plenária se manifestaram fortemente contra cotas para participação de jovens em diferentes espaços.

No caso brasileiro, o Estatuto da Juventude ampliou a consciência de muitos jovens, mas também a compreensão do que necessita ainda ser aperfeiçoado. Foi apontada a necessidade de se criar uma agenda política específica da juventude que aborde a questão dos direitos, do trabalho e oportunidades, da educação, da violência, da diversidade e que leve em conta as desigualdades regionais. A agenda política da juventude deve se articular com as agendas ambientais, econômicas, sociais e de direitos humanos.

Nesse sentido, um dos maiores desafios da juventude é garantir a elaboração e implementação de políticas públicas que considerem os problemas específicos de cada região que podem estar relacionados a conflitos, moradia, emprego, educação, segurança, saneamento e alimentação. Todos esses

problemas afetam diretamente os jovens, gerando desencanto com o futuro. A falta de perspectivas para os jovens é distinta nas regiões. Os jovens da Pan-Amazônia são os mais afetados em decorrência de situações específicas da região como um sistema educacional e técnico insatisfatório. Jovens de regiões mais remotas, com acesso precário, sem cobertura de internet e sem atividades econômicas dinâmicas são os mais atingidos.

Os integrantes da plenária alertaram para a séria crise que a Amazônia atravessa. Os sinais evidentes dessa crise podem ser notados pela existência de secas prolongadas em determinadas áreas, muito frio e calor em outras e enchentes. São extremos que se repetem com mais frequência nos últimos anos. A juventude também é muito afetada quando esses desequilíbrios acontecem. A juventude atual é uma geração que precisa ter apoio, formação, capacitação, oportunidade e seus direitos respeitados para evitar o aprofundamento dessa crise.

## Proposições de políticas públicas

1. A realização de uma plenária livre das juventudes da Amazônia.
2. Criar estratégias para o aumento de emprego verde sustentável na Amazônia.
3. A criação do Plano Nacional de Juventude do Meio Ambiente.
4. Criar programas e políticas de investimento para os jovens rurais ligados à agricultura familiar.
5. Criar mais empregos para a população LGBTQIA+.
6. Tornar o Conselho Nacional de Juventude paritário.
7. Criar casas de acolhimento para a população trans (80% dessa população não tem moradia própria).

8. Criar política de saúde mental para a juventude da Amazônia com estrutura adequada.
9. Valorização das jovens mulheres no orçamento do governo.
10. Criar o Conselho Nacional de Juventude das Mudanças Climáticas, considerando a educação climática.
11. Criar uma Política de Juventude de Integração para a América Latina.
12. Criação de fórum nas bases construídas pelo Estado.
13. Criar uma Universidade Integrada da Amazônia.
14. Efetivar os estudos amazônicos nas escolas brasileiras.
15. Criar uma Câmara Técnica da Juventude Amazônica na COP-30.

## Proposições de ações coletivas

1. Construir com o Estado um modelo de desenvolvimento equilibrado que considere o presente e o futuro da Amazônia. Para isso, deve ser considerado o protagonismo das crianças e adolescentes da Amazônia e o cuidado coletivo do território.
2. Criar projetos sociais capazes de erradicar a discriminação e o preconceito contra as populações da Amazônia.
3. Colocar em pauta o reconhecimento dos direitos da juventude em todos os países da OTCA.

## Atividades auto-organizadas relacionadas

**Dia:** 4 de agosto de 2023.

**Local:** Hangar – Plenária B.

**Público:** 222 pessoas.

**Organização proponente:** Fundo das Nações Unidas para a Infância

**Nome:** A importância das crianças e adolescentes na agenda climática

**Síntese:** Esta atividade auto-organizada realizou o apontamento de problemáticas relacionadas à garantia de direitos à vida, saúde e sustentabilidade de povos e comunidades tradicionais, como:

1. Falta de protocolos de consulta às comunidades tradicionais.
2. Falta de proteção dos defensores ambientais.
3. Falta de geração de oportunidades em green skills.
4. Falta de uma rede entre adolescentes e jovens pan-amazônicos pelo clima.

Dentre os desafios mencionados, destaca-se: a criação de uma articulação do governo federal com a juventude em nível local, estadual e nacional. Como proposições de políticas públicas, foram citadas:

1. Garantir a participação plena e efetiva de crianças e adolescentes das comunidades tradicionais na agenda climática municipal, estadual, nacional e internacional.
2. Criação de mecanismos de salvaguarda dos povos indígenas e comunidades tradicionais.
3. Garantia de protocolos de consulta.
4. Geração de oportunidades de aprendizagem e emprego para adolescentes e jovens.
5. Fortalecimento dos órgãos públicos de proteção ao meio ambiente.
6. Criação de espaços de escuta e de denúncias de casos de violências nos territórios amazônicos.
7. Criação de um conselho internacional composto por crianças, adolescentes e jovens amazônicos com participação garantida nos espaços de discussão e negociação climática.

**Dia:** 4 de agosto de 2023.

**Local:** Hangar – Sala 08.

**Público:** 50 pessoas.

**Organização proponente:** PerifaLAB e OIJ

**Nome:** Jovens Negociadores pelo Clima – Não existe plano B para o meio ambiente!

**Síntese:** A luta por justiça socioambiental está presente no cotidiano de jovens de diversos contextos da região amazônica. Cada um, à sua maneira, sofre os impactos do racismo ambiental e das mudanças climáticas. Fatores como a falta de saneamento básico, abastecimento de água e mobilidade urbana precária são alguns dos problemas enfrentados pelos jovens. O desafio que se destaca é aproximar e comunicar-se

com a população que sofre com os impactos da crise climática em seus territórios. O futuro que queremos para a Amazônia é que iniciativas ativas e periféricas, como a COP das Baixadas, sejam incentivadas pelo poder público e que se construam agendas de políticas públicas de forma coletiva a partir da interlocução direta com movimentos sociais e moradores.

#### Proposições:

1. Conferência Nacional das Juventudes Amazônicas.
2. Construção de uma coalizão entre movimentos nacionais em defesa da Amazônia para fortalecer os movimentos de juventudes.
3. Demarcação e proteção das reservas indígenas.
4. Saneamento básico.
5. Mobilidade urbana.
6. Direito à cidade.
7. Aliar o global ao territorial, o futuro à ancestralidade.

---

**Dia: 4 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Sala 03.**

**Público: 89 pessoas.**

**Organização proponente: Cojovem.**

**Nome: Juventudes da Pan-Amazônia.**

**Síntese:** As comunidades periféricas, os povos dos campos, rios e florestas sentem cada vez mais os impactos causados pelas alterações climáticas. O projeto urbano existente violenta rios e florestas na Amazônia e a agroindústria praticada polui os campos das comunidades rurais que dependem do cultivo. A falta de saneamento leva a população a consumir uma água que vem do rio que está poluído, gerando doenças, assim como, em outros casos, há falta dela. A Amazônia necessita de um futuro em que:

1. A juventude seja acolhida nas políticas públicas.
2. Ter maior participação popular na decisão de políticas públicas para territórios periféricos e rurais que respeitem a complexidade existente nas várias Amazônias.
3. Os projetos urbanos prezem por soluções mais sustentáveis e humanas.
4. A educação e formação profissional para a juventude sejam uma das prioridades.

5. Sejam construídas articulações e redes de apoio entre os coletivos amazônicos em nível nacional e internacional com juventudes da Venezuela, Colômbia, Equador, Bolívia e Peru.

---

**Dia: 4 de agosto de 2023.**

**Local: Auditório UFPA.**

**Público: 45 pessoas.**

**Organização proponente: Vamos falar sobre política?**

**Nome: Vamos falar sobre política, infância e mudanças climáticas?**

**Síntese:** O futuro que queremos para a Amazônia? Uma Amazônia que seja cuidada, preservada. Uma juventude mais participativa, com políticas públicas para adolescentes. Ações políticas assertivas e não de exploração. Uma Amazônia livre de exploração e mais incentivo à juventude. Os grupos (jovens das periferias: Vila da Barca, Terra Firme, Tapanã, Bengui e Guamá) concordaram entre si que as periferias são grandes espaços de coletividade e solidariedade. A união que os conecta é comum onde vivem, os avançam alcançados são coletivos, assim como os impactos dos regressos também. Além disso, as periferias são espaços de grande diversidade cultural e manifestações próprias da população. Para o futuro, queremos uma capital sem lixos nas ruas, cidades mais limpas; juventude organizada e ativa nos territórios e menos políticas partidárias.

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Sala 7.**

**Público: 89 pessoas.**

**Organização proponente: Instituto Alana**

**Nome: As múltiplas infâncias amazônicas e a prioridade absoluta**

**Síntese:** Queremos uma Amazônia que garanta a proteção prioritária de crianças e adolescentes, em especial crianças indígenas e quilombolas, em todas as políticas públicas, conforme previsto nas constituições de diversos países amazônicos (Brasil, Venezuela, Equador, Colômbia, Peru e Bolívia). Queremos uma política pela equidade intergeracional, promovendo a responsabilidade

com as novas gerações que serão mais impactadas pelas ações das gerações atuais.

### Propomos:

1. Políticas de promoção do vínculo da criança com a natureza que promovam a sua saúde, bem-estar e proteção do meio ambiente.
2. Políticas públicas para preservação do patrimônio cultural das crianças como garantia de seus direitos ao território e sua ancestralidade, incluindo novas formas de educação que contemplem as diversas Amazôniaas.
3. Ações coletivas que gerem visibilidade para crianças mais vulnerabilizadas, dando prioridade a essa proteção, com fomento a materiais audiovisuais sobre suas situações, experiências e vivências.
4. Ações de engajamento e participação das múltiplas infâncias amazônicas para que sejam vozes plurais.
5. Visamos o fomento à participação de crianças, além de adolescentes, em comitês ou conselhos da juventude ou outras formas de participação que garantam a representatividade e especificidades desta população.
6. Políticas de adaptação climática com medidas específicas para a população infantil.
7. Protocolos de salvaguarda para crianças e adolescentes em situações de desastres e riscos climáticos.
8. Ações coletivas de fomento a coletivos de crianças e adolescentes para justiça climática.

---

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Auditório Censipan.**

**Público: 8 pessoas.**

**Organização proponente: WWF-Brasil.**

**Nome: Aliança das Juventudes Amazônicas pelo Futuro.**

**Síntese:** As políticas públicas para permanência das juventudes nos territórios é um desafio. Problemas enfrentados pelas populações das Amazôniaas: os grandes empreendimentos que destroem as florestas e rios ameaçando os territórios e seus defensores; populações tradicionais e povos indígenas sendo impossibilitados de permanecer nos seus territórios devido às ameaças; falta de

recurso financeiro para as atividades extrativistas sustentáveis; falta de integração entre as políticas de defesa dos países; queimadas; grilagem de terra e poluição nas cidades. Precisamos de educação de qualidade em todos os níveis acessíveis para as pessoas da floresta e das periferias, educação climática nas escolas e acesso aos meios de comunicação por amazônicas. Proteção dos nossos territórios contra garimpo, grilagem de terra, exploração de madeira, petróleo e tantas outras atividades predatórias. Queremos a proteção dos territórios e a melhoria das políticas públicas para povos indígenas e comunidades tradicionais. Juventude como protagonista na construção da agenda climática. Povos da Amazônia protagonizando os projetos de desenvolvimento sustentável. Cidades sustentáveis. Desenvolvimento baseado na sociobiodiversidade, fortalecimento das políticas públicas para povos e comunidades tradicionais baseadas nos conhecimentos tradicionais. Incentivos aos defensores ambientais para monitoramento e denúncias. Seriedade na punição de crimes ambientais e planos de mitigação para as cidades.

---

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Sala 4.**

**Público: 45 pessoas.**

**Organização proponente: Fundo de População das Nações Unidas – Unfpa.**

**Nome: Meu corpo, minha vida, meu mundo: autonomia corporal, saúde e direitos no contexto das mudanças climáticas.**

**Síntese:** A falta de insumos e absorvente para pessoas que menstruam cria obstáculo ao acesso à saúde sexual e reprodutiva. Probabilidade de incidência do HIV/Aids e o aumento da prostituição e exploração sexual no garimpo; a venda de crianças decorrente da extrema pobreza; saúde mental das vítimas de exploração sexual; gestação indesejada; extrema pobreza, fome, dificuldade de acesso à educação formal; discriminação de: pessoas catadoras, pessoas LGBTQIAP+ e lésbicas masculinizadas são alguns dos problemas e desafios. Queremos um futuro com: educação inclusiva no campo e na cidade, nas periferias e comunidades tradicionais; efetivação da rede de proteção contra a exploração e abuso sexual de jovens e crianças e a construção de políticas

públicas queensem os corpos que gestam para além dos corpos cis, homens trans também gestam. Não tem como falar sobre mudanças climáticas e seus impactos ambientais sem falar sobre gênero. É preciso pensar sobre a superexploração dos corpos femininos que, por vezes, precisam ter mais filhos para ajudar na força de trabalho do sistema sociopolítico em que vivemos. A necessidade de olhar as mulheres da periferia das Amazônias com mais cuidado e mais respeito.

---

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: UFPA – Auditório Setorial Básico 2.**

**Público: 70 pessoas.**

**Organização proponente: Prefeitura Municipal de Barcarena.**

**Nome: Amazônia, oceano e clima: ciência, governança e educação para o futuro da Amazônia.**

**Síntese:** Desafio de ações para sustentabilidade que partem de uma educação sobre o papel essencial da Floresta Amazônica para o combate climático de forma associada e extremamente forte com as florestas de manguezais e as águas, doce e marinha. É necessário entender o mosaico de diversidade ambiental, conhecimentos e usos (tradicionais, urbanização, impactos) para promover um desenvolvimento sustentável e justiça ambiental.

#### **Proposições:**

- 1.** Políticas que apoiam a formação de profissionais de todas as áreas de conhecimento para o entendimento de saúde única e sustentabilidade.
- 2.** Atuação em rede de municípios amazônicos para garantir o direito à vida, à saúde e à sustentabilidade.
- 3.** Ações de adaptação das infraestruturas públicas para sustentabilidade.
- 4.** Ações de formação de lideranças locais.
- 5.** Fortalecer as ações multi-institucionais integradas à Agenda 2030 e promoção de planos locais e regionais para o gerenciamento costeiro.
- 6.** Inclusão da discussão climática e da cultura oceânica alinhada à BNCC nos currículos escolares.

**7.** Promoção do protagonismo amazônico nas discussões de adaptação e resiliência climática.

**8.** Formação de um Comitê para Educação Climática e Cultura Oceânica Amazônica.

---

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Sala 5.**

**Público: 20 pessoas.**

**Organização proponente: Frente Parlamentar Mista em Defesa da Amazônia.**

**Nome: Sociobioeconomia nas unidades de conservação: alternativas para o desenvolvimento na Amazônia.**

**Síntese:** Os povos tradicionais são os maiores protetores das florestas, com isso, quando tratamos de valorizar essa população, também estamos ajudando a retardar as mudanças climáticas. Desafio: Criar oportunidades nos territórios tradicionais e nas unidades de conversação para a permanência da juventude e proteção da floresta.

#### **Proposições:**

- 1.** Criação de fundo de empreendedorismo na Amazônia: incentivo fiscal para fomentar a bioeconomia na Amazônia, com foco principal em projetos de jovens e mulheres que atuam diretamente na região.
- 2.** Criação do selo Jovem Empreendedor da Amazônia.
- 3.** Capacitar as populações tradicionais para exercerem atividades econômicas em unidades de conservação.
- 4.** Políticas públicas para financiar equipamentos tecnológicos para a produção eficiente.
- 5.** Compensação em dinheiro para as comunidades tradicionais continuarem mantendo a floresta preservada.
- 6.** Mesas de conversa para capacitar as populações tradicionais sobre a importância da preservação da natureza para o assunto mudança climática.

### **Como pensar a Amazônia para o futuro a partir da ciência, tecnologia, inovação e pesquisa acadêmica e transição energética**

O objetivo da mesa é o diálogo dos conhecimentos, com a ciência, tecnologia, inovação e conhecimentos tradicionais em diálogo sobre o futuro da Amazônia. Os diálogos nessa mesa se constroem a partir das instituições da região amazônica e seus pesquisadores.

### **Diagnóstico e discussão**

Essa plenária, cujo tema central é a ciência, começou com a apresentação do tema pelo professor Emmanuel Tourinho, reitor da UFPA, que deixou nítida a importância e potência das universidades das Amazônias e seu papel na construção de uma ciência em diálogo com os povos da região.

Foi consenso entre os representantes da sociedade civil que o modelo econômico adotado na Amazônia tem impactos negativos nos ecossistemas e nos direitos dos povos e comunidades tradicionais, povos das florestas e das águas. O modelo atual tem privilegiado o capital em detrimento da vida dos humanos e não humanos da região amazônica. Atividades como a mineração (em diferentes escalas), a exploração de hidrocarbonetos e o agronegócio favorecem a acumulação de capital e alimenta padrões de consumo de outros países. Esse modelo priva os povos da Amazônia do uso de bens materiais e simbólicos e degrada os ecossistemas. Esse modelo se alicerça em conhecimentos científicos que reforçam relações degradantes entre os seres humanos e entre esses e a natureza. Apenas uma pequena parte da economia desse modelo é apropriada pela população amazônica.

O caso de Putumayo, na Colômbia, foi apresentado como um exemplo desse modelo que vem afetando o ecossistema local e 15 povos indígenas. As áreas de exploração de petróleo se sobrepõem aos territórios indígenas. Após décadas de exploração, a população local não melhorou sua qualidade de vida e os problemas ambientais, como a escassez de água, se agravaram. Ainda no departamento de Putumayo, a cidade de Mocoa, é outro exemplo de impacto negativo desse modelo. Essa cidade é afetada pela exploração de cobre e molibdênio. No ano de 2017,

um desastre ambiental deixou mais de 300 mortos e várias pessoas desaparecidas. Registra-se atualmente o risco de extinção de várias espécies de vegetais e animais em decorrência da contaminação causada pela exploração mineira agravada pelo desastre de 2017.

Na Bolívia, ocorre o mesmo problema de sobreposição de solicitações e concessões de exploração mineiras, sobre áreas de proteção ambiental e territórios indígenas. Além disso, existem evidências de que há mais de três mil áreas de mineração ilegal em todo o país. Há registros de contaminação de povos indígenas por mercúrio usado na mineração, sendo a Bolívia o principal importador mundial de mercúrio.

No Brasil, o direito à vida, à saúde e à sustentabilidade dos ecossistemas vem sendo ameaçado pela adoção desse modelo econômico. As principais atividades desse modelo — a mineração e o agronegócio — exploram os recursos naturais de forma intensiva e usam de violência para deslocar compulsoriamente povos e comunidades tradicionais. O anúncio anual do aumento da produtividade dessas atividades contrasta com os dados sobre a destruição da natureza, os índices de violência e a privatização dos bens naturais.

Foi unânime o entendimento de que a falta de reconhecimento dos saberes dos povos e comunidades tradicionais na definição de políticas orientadoras para pensar o desenvolvimento agrava os efeitos deletérios desse modelo. Nesse sentido, é urgente que a ciência na Amazônia seja pensada e feita na Amazônia; que os saberes e conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais sejam reconhecidos e aplicados como estratégia de proteção da sociobiodiversidade. É importante mencionar o alerta já emitido pelo Instituto Nacional de Pes-

quisas Espaciais (Inpe), do Brasil, de que, se não forem criados mecanismos para frear o desmatamento, pode-se alcançar brevemente o ponto de não retorno. Nesse sentido, é imprescindível que os países da OTCA assumam o compromisso de reconhecer a natureza como sujeito de direitos.

## Proposições de políticas públicas

1. A OTCA deve incentivar os governos nacionais a aumentarem os investimentos em ciência, tecnologia e inovação nas instituições de pesquisa sediadas na Amazônia, que, por sua vez, devem se abrir ao diálogo com os povos e comunidades tradicionais e recolher a contribuição de seus saberes no processo de construção coletiva do conhecimento científico sobre a região.
2. A OTCA deve criar política de promoção da cooperação científica para capacitar pesquisadores/as e garantir condições de trabalho para se fixarem na Amazônia, fortalecendo as instituições de pesquisa já instaladas.
3. Encerramento de atividades petrolíferas com impactos negativos sobre o ambiente e os direitos humanos e reaproveitamento de suas infraestruturas localmente; criar alternativas econômicas que fortaleçam a autonomia dos povos e comunidades tradicionais, com uso de instrumentos de financiamentos adequados ao seu desenvolvimento.
4. Garantir os direitos econômicos, sociais e culturais dos povos e comunidades tradicionais que vivem em zonas de exploração de petróleo.
5. Reparação integral de zonas afetadas, para recuperar os direitos das pessoas, das comunidades e da natureza, com garantias de não repetição.
6. Criar programa comuns de monitoramento do bioma amazônico.
7. Elaboração conjunta de políticas para o desmatamento zero e a preservação de ao menos 80% da Amazônia até 2025.
8. Sobre a mineração na Amazônia, propõe-se: eliminar a mineração ilegal e o uso de mercúrio até 2027; eliminar as atividades de mineração em áreas pro-

tegidas e territórios indígenas; proibir a mineração de ouro na Amazônia; fechar os mercados ilegais de mercúrio, ouro e outros produtos; realizar avaliações intermediárias da mineração legal para reforçar seus planos de mitigação e preparar os planos de encerramento das atividades; reparar a saúde das pessoas e a restauração dos ecossistemas afetados pela mineração; promover alternativas econômicas comunitárias à mineração; destinar os instrumentos de financiamento direto para o bem-estar dos povos indígenas e não para empresas privadas; sancionar e erradicar a violência contra mulheres e crianças que são especialmente afetadas pelo tráfico de pessoas e contaminação decorrentes dos empreendimentos de mineração; revisão das outorgas de água para uso intensivo da mineração; revisão do preço da energia utilizada pelas mineradoras, de acordo com o lucro obtido por elas; aumento da tributação dos lucros da mineração e dos empreendimentos instalados na Amazônia.

9. Política de reforma agrária e regularização fundiária.
10. Política de compensações destinadas aos povos e comunidades tradicionais pelos serviços ambientais.

## Proposições de ações coletivas

1. Criação da OTCA Social, com mecanismos permanentes de participação social e transparência de ponta a ponta nas negociações com a sociedade civil.
2. Reforço da proteção dos defensores ambientalistas.
3. Realização de processos de negociação transparentes com os povos e comunidades tradicionais, como respeito ao direito à consulta prévia, livre e informada.
4. Realização de conferências nacionais sobre os problemas causados pela exploração mineral.



## Atividades auto-organizadas relacionadas

**Dia:** 4 de agosto de 2023.

**Local:** PPGEAA-UFGA Castanhal.

**Público:** 52 pessoas.

**Organização proponente:** PPGEAA-UFGA e Coletivo Espiar e Curiar.

**Nome:** Antropizações e etnodesenvolvimento: pesquisas, projetos e políticas públicas por uma educação patrimonial e ambiental de sustentabilidade.

**Síntese:** A pouca participação dos representantes do governo nas pautas meio ambiente, agricultura, assistência social e saneamento básico, que não atuam junto às comunidades tradicionais, fazendo com que estas não se sintam representadas e atendidas em suas especificidades socioculturais. Problemas e desafios: falta de consultas e estudos prévios para implementação de obras de infraestrutura.

### Proposições:

1. Criação de um diagnóstico socioterritorial da Amazônia.
2. Políticas de saneamento sustentável.
3. Incentivo à educação ambiental e patrimonial.
4. Criação de laboratórios de pesquisa nas universidades do interior.
5. Incentivo à formação acadêmica e de lideranças nas comunidades tradicionais.
6. Regionalização dos currículos escolares e combate à intolerância religiosa.
7. Fortalecimento do turismo rural.
8. Implementação de laboratórios de informática com internet.
9. Criação de laboratórios de antropizações.
10. Capilaridade dos órgãos para o interior do estado.
11. Criação de museus e casas de memória valorizando os saberes e cultura material.
12. Implementação de política para refugiados.
13. Implantação de políticas de segurança alimentar que potencializem a produção dos quilombos e da agricultura familiar.
14. Titulação das terras quilombolas.

**Dia:** 4 de agosto de 2023.

**Local:** Hangar – Sala 9.

**Público:** 80 pessoas.

**Organização proponente:** Museu Paraense Emílio Goeldi e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

**Nome:** Debate Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação.

**Síntese:** Destacamos a importância de a Amazônia ser a protagonista no encaminhamento de soluções para o desenvolvimento científico, tecnológico e educacional da Amazônia. Diagnóstico: desigualdade nas condições de acesso à ciência, tecnologia, inovação, educação e comunicação; bolsões de miséria com indicadores de desenvolvimento abaixo das médias nacionais; relações patronais abusivas e considerar a bacia amazônica no contexto das políticas de desenvolvimento da Amazônia. Desafios identificados:

1. Inclusão das pessoas deficientes nas ações de ciência e educação.
2. Dificuldade de interlocução com pequenos agricultores e comunidades urbanas.
3. Orfandades das escolas rurais.
4. Treinamento científico dos estudantes.
5. Dar sustentação científica para estabelecer modos de produção e cadeias produtivas que retornem às populações locais.

**Problemas:** monocultura, pecuária extensiva, cidades não planejadas e insustentáveis, aglomerações urbanas, falta de acesso à água potável, políticas fragmentadas, ações desintegradas e conflitantes de desenvolvimento e conservação. Almejamos um futuro com promoção de tecnologias baseadas em soluções locais, assim como financiamento de projetos inclusivos; participação das escolas públicas e comunitárias na criação de inovações e pesquisa; rede de pesquisa da Pan-Amazônia; ampliação dos conhecimentos sobre a sociobiodiversidade; fortalecimento da OTCA e estabelecimento de políticas multilaterais de conservação consonantes.

---

**Dia: 4 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Plenária A.**

**Público: 300 pessoas.**

**Organização proponente: Protagonismo amazônida.**

**Nome:** Fórum Permanente pelo Protagonismo Amazônida.

**Síntese:** O direito à vida digna na Amazônia passou a correr risco com a hegemonia de processos econômicos voltados para o atendimento de demandas externas sem qualquer mediação socioambiental. O maior desafio cabe aos amazônidas: resgatar o seu real protagonismo quanto à gestão do grande bem comum, a Amazônia. Não existe o desenvolvimento sustentável, a justiça ambiental ou mesmo o trato igualitário no ambiente amazônico. Não existe um projeto pan-amazônico, ainda mais no contexto dos impactos das mudanças climáticas. Mas existem inúmeros dados de destruição da Amazônia, luta fragmentada e um grave entendimento de uma sub-humanidade dos povos originários e da indignidade da vida dos demais amazônidas. Como futuro para a Amazônia, queremos um território no qual as políticas públicas estejam articuladas com nexos, conhecimento, cultura e bioma. Políticas públicas como processos democráticos de baixo para cima, valorizando as identidades e os recursos locais.

### **Proposições:**

- 1.** Fomentar encontros que incluam as organizações da sociedade civil, povos originários, instituições de ensino, pesquisa e extensão e lideranças sociais, de forma a criar espaços dialógicos de decisões coletivas.
- 2.** Criação de ações pan-amazônicas para o contexto dos impactos e mitigação das mudanças climáticas.
- 3.** Espaços que integrem a ciência, tecnologia, inovação e pesquisa acadêmica.

A releitura da Amazônia passa por uma reaprendizagem do olhar cultural e das referências do que é ser desenvolvido e do que se trata como riqueza.

---

**Dia: 4 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Sala 3.**

**Público: 80 pessoas.**

**Organização proponente: Confap – Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa/Iniciativa Amazônia+10.**

**Nome:** Inovação Orientada para Missões para alavancar as Bioeconomias da Amazônia.

**Síntese:** O que conhecemos hoje como bioeconomia e agroecologia foi desenvolvido pelos povos amazônicos. Contudo, essas populações têm dificuldades de acessar mercados para a comercialização de seus produtos e serviços. A ideia é estruturar o financiamento de ciência, tecnologia e inovação, bem como o apoio técnico para resolver desafios concretos enfrentados pelas populações. Deve-se mapear esses desafios de forma participativa e, a partir daí, desenvolver soluções de forma conjunta com as populações. Deve-se buscar um processo de desenvolvimento que não caia na monocultura e no fornecimento de matérias-primas para o resto do mundo. Deve-se buscar gerar produtos de alto valor agregado, baseados em uma combinação de conhecimentos tradicionais e em novas tecnologias.

---

**Dia: 4 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Sala 12.**

**Público: 60 pessoas.**

**Organização proponente: Coalizão Brasil e TNC Brasil.**

**Nome:** Investimentos para dar escala às sociobioeconomias da Amazônia.

**Síntese:** O combate ao desmatamento deve incluir investimentos para dar escala às sociobioeconomias, como projetos de pagamentos por serviços ambientais com comunidades tradicionais, agricultores familiares e créditos de carbono para restauração de áreas degradadas. Os povos indígenas e as comunidades tradicionais precisam ser incluídos em um modelo de economia de baixo carbono, além de contemplados por salvaguardas ambientais em atividades que eventualmente possam gerar impacto socioeconômico sobre seu território. A Amazônia precisa de justiça climática.

## Proposições:

1. Investimentos em agricultura familiar.
2. Política nacional para bioeconomia.
3. Criação dos polos com engajamento das comunidades, demonstrando que o valor da floresta em pé se sobrepõe aos lucros imediatos e predatórios.
4. Garantir as salvaguardas ambientais em iniciativas como as concessões florestais.
5. Incluir as comunidades tradicionais na tomada de decisões para iniciativas de desenvolvimento sustentável.
6. Fortalecimento de gestão de riscos climáticos para a segurança alimentar.
7. Reestruturação do modelo de assistência técnica e extensão rural.

O combate ao desmatamento deve ser vinculado à oferta de alternativas econômicas, como: a bioeconomia, a regulação do mercado de carbono e o pagamento por serviços ambientais.

**Dia: 4 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Sala 3.**

**Público: 80 pessoas.**

**Organização proponente: ISA CTEEP e Embaixada da Colômbia no Brasil.**

**Nome:** A Amazônia e a formação de corredores ecológicos binacionais.

**Síntese:** Problemáticas: falta de reconhecimento legal das áreas gerando tensões sociais e territoriais; diferenças culturais, linguísticas, políticas e regulatórias; logística complexa; alinhamento de prioridades dentro de diferentes contextos locais.

**Desafios:** modelo de financiamento via mercado voluntário de carbono; desenvolvimento de cadeia de atores locais reconhecidos internacionalmente; harmonização de estratégias nacionais em um mercado global com: transparência, rastreabilidade e equidade; fortalecimento comunitário e governança.

## Proposições:

1. Alianças bilaterais para trabalho coordenado de conservação: combate às ameaças transfronteiriças; conectividade de habitats; fundos conjuntos; harmonização de regulamentações.

2. Financiamento da transição energética, em que os países desenvolvidos, responsáveis pelo aquecimento global, devem contribuir.
3. Restabelecer a justiça social e ecológica territorial na cadeia de produção energética.
4. Fortalecer as alianças público-privado, combinando financiamento de recursos e expertise, agilidade, capilaridade e escala.
5. Harmonizar instrumentos do mercado de carbono com programas jurisdicionais de pagamento por resultados.
6. Articular iniciativa binacional e PPPs através de plataforma já estabelecida do Programa Conexão Jaguar, que promove a construção de corredores de conectividade socioecossistêmica.

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Auditório UFPA.**

**Público: 17 pessoas.**

**Organização proponente: Cesupa.**

**Nome:** Combate às mudanças climáticas e os direitos humanos na Amazônia: créditos de carbono e biodiversidade.

**Síntese:** Os direitos humanos; o direito ao clima, a ameaça à biodiversidade, falta de esclarecimento sobre o mercado de créditos de carbono e o cumprimento dos acordos devem se tornar visíveis e acessíveis à sociedade. A Amazônia e o clima do planeta encontram-se ameaçados e podemos estar próximos do ponto de não retorno. Como desafio, temos o reflorestamento de áreas degradadas.

## Proposições:

1. Criação de leis estaduais para normalização do crédito de carbono.
2. Participação social nos processos de decisão.
3. Campanha massiva de reflorestamento da Amazônia Legal.
4. Linha de crédito para pequenos agricultores para crédito de carbono.

---

**Dia:** 5 de agosto de 2023.

**Local:** Hangar – Sala 10.

**Público:** 75 pessoas.

**Organização proponente:** EUceano.

**Nome:** Comunicar para conservar.

**Síntese:** O desafio da comunicação inclusiva e alinhada em diferentes níveis (do local ao regional, nacional e global) que protagonize o papel das comunidades locais e reconheça o valor das comunidades para o "ser amazônica" e para as diferentes Amazônia. Para um projeto pan-amazônico, é necessário reconhecer as diferentes realidades dos povos, dos países envolvidos e das realidades da região, incluindo toda a região da foz e a relação essencial entre Amazônia e oceano para o futuro sustentável do planeta na regulação climática.

#### Proposições:

1. Popularização da ciência e construção conjunta com as comunidades e lideranças locais.
2. Estimular e financiar o desenvolvimento de comunicadores locais.
3. Comunicar a Amazônia e comunicar para a Amazônia.
4. Desenvolvimento sustentável e justiça climática.
5. Promoção de redes das lideranças e comunidades locais para a realização de projetos locais e protagonizem os processos de discussão e promoção da adaptação e resiliência climática.
6. Fomentar a formação de jovens lideranças como agentes comunicadores da costa amazônica.

Avistamos um futuro que reconheça a importância da identificação e representatividade dos povos e comunidades tradicionais, com políticas públicas que protejam os povos e comunidades tradicionais e com programas de comunicação e projetos de comunicação locais da Amazônia.

---

**Dia:** 5 de agosto de 2023.

**Local:** UFPA – Sala PB5 (Bloco P Básico).

**Público:** 30 pessoas.

**Organização proponente:** Pogust Goodhead Law Firm.

**Nome:** Consequências de mineração sem governança e gestão de riscos para a sociedade e investidores.

**Síntese:** A atividade de mineração sem um rígido sistema de governança prejudica diretamente o modo de vida das populações tradicionais, povos indígenas e moradores dos locais explorados. Além de serem impactadas pela degradação ambiental, muitos moradores dos locais são obrigados a se retirarem dos locais onde suas famílias viveram durante gerações. Queremos um futuro em que o poder público exerça seu papel constitucional para fiscalizar e punir os empreendimentos privados que degradarem o ambiente sem efetuarem as ações de reparação e compensação para os atingidos. Que as pessoas atingidas, as entidades da sociedade civil organizada, ONGs e toda a sociedade possam se mobilizar na luta contra a devastação ambiental provocada pela mineração sem governança e manejo sustentável. Queremos que o governo federal seja firme na fiscalização das atividades mineradoras e que ajude a aprovar, junto ao Congresso Nacional, legislações que punam o racismo ambiental cometido por grandes conglomerados exploradores de minérios.

---

**Dia:** 5 de agosto de 2023.

**Local:** Hangar

**Público:** 100 pessoas.

**Organização proponente:** Fundação Alexandre de Gusmão, Flacso, Cebri e Plataforma Cipó.

**Nome:** Seminário Internacional Amazônia Sustentável: contribuições das ciências sociais, do multilateralismo e da sociedade civil.

**Síntese:** Os povos indígenas têm experiências concretas de sustentabilidade de milhares de anos. Essas experiências podem convergir com o conhecimento gerado nas instituições de pesquisa e ensino da região para subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas.

1. Promoção de vivências comunitárias e participação das comunidades e povos originários nos conselhos acadêmicos.
2. Política científica pensada especificamente para a região.
3. Atuação mais efetiva das IES, cooperativamente com as comunidades locais e pesquisadores.
4. Atribuir centralidade ao conhecimento gerado na própria região amazônica.
5. Integração dos territórios étnicos transfronteiriços com base no diálogo do conhecimento.
6. Criação e consolidação de espaços e esferas transfronteiriças propícias à integração da Pan-Amazônia.
7. Concepção e desenvolvimento de programas conjuntos de graduação, pós-graduação e pesquisa regionais, com ênfase na integração fronteiriça.

O futuro da Amazônia deve ter compatibilização das políticas públicas territoriais, fronteiriças e ambientais dos países amazônicos; harmonização de objetivos de políticas multissetoriais que devem incluir preparação, resposta efetiva e ação centrada nas pessoas. Além de direitos humanos, o Brasil precisa começar a discutir direitos da natureza. Os povos indígenas e tradicionais devem ser tratados como protagonistas.

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Sala 5.**

**Público: 60 pessoas.**

**Organização proponente: Ecomobi Brasil e Instituto AfrOrigens.**

**Nome:** Expedição Rio Amazonas do Gelo ao Mar - Soluções de eletromobilidade imediata e acessível para povos indígenas e populações ribeirinhas da Amazônia.

**Síntese:** Problemáticas e desafios: os altos custos de transporte fluvial e com motores a combustão inviabilizam o desenvolvimento sustentável dos povos tradicionais, quilombolas, povos indígenas, ribeirinhos e a falta de identidade da origem dos quilombos, quando conectados a navios escravagistas.

#### **Proposições:**

1. Planejamento para que o sistema de motor de barco elétrico possa chegar a quem realmente necessita: os povos tradicionais amazônicos.
2. Ações para facilitar pesquisas de arqueólogos subaquáticos e historiadores que trabalhem junto com as comunidades quilombolas para auxiliar a conhecerem suas origens ligadas a navios escravagistas, quando naufragados na região.
3. Criação de sítio arqueológico de naufrágios de navios escravagistas como ponto de turismo cultural para benefício da comunidade quilombola.

No futuro, almejamos tecnologias de sustentabilidade com eletromobilidade para os barcos.

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Auditório SPU.**

**Público: 22 pessoas.**

**Organização proponente: Universidade Federal do Pará.**

**Nome:** Falas amazonianas – Arte, política e naturezas.

**Síntese:** A Amazônia tem distâncias que devem ser consideradas nas proposições para a região. Isso afeta o acesso à informação, ao conhecimento e aos bens culturais, o trânsito de materiais e a forma de se relacionar com as demais pessoas e artistas da região. Queremos uma Amazônia mais inclusiva, que propicie o trânsito de pessoas (artistas, produtores, realizadores, pesquisadores etc.), a fim de facilitar a troca de conhecimentos, o intercâmbio de projetos e a construção de espaços públicos para a operacionalização de ações, para que os sujeitos e sujeitas tenham oportunidade de constituírem suas formas de fazer, expressar e existir com cidadania no campo da arte e das inter-relações com a sociedade.

#### **Proposições:**

1. Precisamos de editais de fomento menos excludentes e que ampliem a escuta, olhando as especificidades da região e a multiplicidade de atores.
2. Fomento de intercâmbio entre as Amazônias.

3. Criação de espaços nos diversos estados para receber pessoas e servir de campo de residências, troca de saberes e território para a construção de novas proposições autogeridas.

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Sala 9.**

**Público: 40 pessoas.**

**Organização proponente: Instituto Amazônico de Investigaciones Científicas (Sinchí).**

**Nome:** Fortalecendo o diálogo amazônico a partir da ciência, tecnologia e inovação.

**Síntese:** Diagnóstico: Conhecimento local e científico, existência da biodiversidade nos países amazônicos; experiência de práticas locais de proteção da natureza; empresas privadas; projetos produtivos e inovação. Problemas: Isolamento das pesquisas nos diferentes países; falta de confiança entre as comunidades e instituições; pouco financiamento das pesquisas. Desafios: articulação dos sistemas de conhecimentos científicos e locais; mudanças para o desenvolvimento sustentável; fortalecimento da bioeconomia e confiança; gerar cadeia de conhecimento científico e local. Queremos um futuro com política de cooperação entre os países amazônicos para ciência e inovação; fortalecimento de estruturas locais em matéria de inovação de bioeconomia; criação e implementação das leis para estimular redes de pesquisa com envolvimento das comunidades locais; diálogos para seguir avançando com a integração dos sistemas de conhecimento; participação ativa das autoridades nas redes cientistas.

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: UFPA – Sala 316 Mirante do Rio.**

**Público: 6 pessoas.**

**Organização proponente: Instituto Internacional Arayara.**

**Nome:** *Fracking*: o que é?

**Síntese:** O fraturamento hidráulico, conhecido como *fracking*, é uma técnica de exploração não convencional de gás natural. Essa técnica é altamente perigosa e danosa, sendo conhecida no mundo inteiro como um perigo. O objetivo do

debate foi apresentar os perigos que esse modelo de exploração traz aos territórios e propor alternativas, pois acreditamos que os financiamentos do BNDES devem ser direcionados às alternativas energéticas que incluem e valorizam os territórios e suas comunidades, promovendo a justiça climática e garantindo um desenvolvimento sustentável. Como futuro, almejamos uma Amazônia que barre o avanço da fronteira fóssil e que seja proibido o *fracking* no seu território, assim como no restante do território brasileiro. Barrar o avanço da fronteira fóssil na Pan-Amazônia e proibir o *fracking* no território pan-amazônico é instrumento-chave como parte do projeto de mitigar os impactos das mudanças climáticas. Salientamos que a demarcação e titulação das terras indígenas e quilombolas ajudam a fortalecer a luta pela vida na Amazônia e pela não exploração de recursos não convencionais.

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Sala 4.**

**Público: 60 pessoas.**

**Organização proponente: Fiocruz, Museu Paraense Emílio Goeldi, Instituto Mamirauá, Saúde Alegria e Universidade Federal Rural da Amazônia.**

**Nome:** O papel estratégico das tecnologias sociais para o alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável - ODS da Agenda 2030 na Amazônia.

**Síntese:** Foi identificada grande necessidade de se discutir, entre academia e comunidades tradicionais, o papel das tecnologias sociais para a perpetuação das comunidades tradicionais e do conhecimento empírico difundido pelas populações ocupantes da Amazônia.

**Desafio:** integração entre conhecimento científico e conhecimentos tradicionais e protagonismo regional. Queremos um futuro com responsabilidade social, respeitando e seguindo os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Entre as políticas públicas, é necessário maior investimento nos órgãos de pesquisa e fomento tecnológico e ligação entre eles e as comunidades tradicionais, com políticas "de baixo para cima". Entre as ações coletivas, discutiu-se um maior apoio às comunidades, com investimento da reaplicação das tecnologias sociais. Desejamos o fortalecimento do protagonismo local, com a produção de alimentos

de forma saudável, criando métodos para erradicação da fome e pobreza. A degradação da floresta preocupa o mundo inteiro, no entanto, as comunidades não são ouvidas, é preciso levar melhorias a essas localidades, não apenas as enxergando como objetos de estudo, mas como atores protagonistas para a preservação da Amazônia.

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Sala 6.**

**Público: 80 pessoas.**

**Organização proponente: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, Brasil).**

**Nome:** Os desafios da Amazônia: integração regional, ciência, tecnologia, inovação, transição energética e financiamento ao desenvolvimento – Contribuições da Revista Tempo do Mundo, do Ipea.

**Síntese:** O debate sobre o desenvolvimento sustentável da Amazônia se renova e ganha relevância. O maior desafio é compatibilizar as necessidades e os limites ambientais do planeta com o uso adequado de sua biodiversidade e a garantia de uma vida digna para os 37 milhões de pessoas que nele vivem. Nossa América do Sul, onde está localizado o principal ativo ambiental do mundo, apresenta necessidades imediatas de recuperação econômica concomitantes com desafios estruturais de mudanças na matriz energética e gestão mais eficiente dos recursos hídricos. Essa situação desenvolve-se num contexto global de forte polarização entre grandes potências e num quadro regional de fragmentação política, desintegração comercial e crise de governação sul-americana. A pandemia da Covid, que começamos a superar, demonstrou mais uma vez a necessidade de uma cooperação intrarregional que deve envolver os oito países amazônicos. Integrar e conhecer. Passada a fase de conhecer, passa-se para algo maior: a consciência da necessidade de integração. Essas duas frases de Thiago de Mello, ou talvez de dois poetas amazônicos, resumem a importância dos Diálogos Amazônicos e a necessidade de cooperação e integração regional.

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Auditório SPU.**

**Público: 22 pessoas.**

**Organização proponente: InovAction.**

**Nome:** Startups na Amazônia – Solucionando desafios locais, resolvendo problemas globais.

**Síntese:** Foram discutidas as dificuldades e desafios dos empreendedores, inovadores e startups locais em conseguir apoio para o seu desenvolvimento. Temas como a necessidade de abertura do mercado local e do governo em contratar soluções locais e a desburocratização do acesso aos recursos de investimentos, assim como a abertura de mais linhas de apoio a iniciativas de empreendedores não acadêmicos. Queremos apoio para o desenvolvimento socioeconômico de maneira sustentável, diversa e inovadora, onde o empreendedorismo encontre oportunidades para o nascimento de novos negócios sustentáveis. Em pauta, solicitamos que o poder público apoie o desenvolvimento do ecossistema local de empreendedorismo, inovação e startups, a desburocratização do acesso a investimentos, a facilidade no acesso a verbas de fomento, na criação de oportunidades para os jovens empreendedores, a abertura dos governos na contratação de startups locais, na criação de um *sandbox* de políticas públicas. Propomos a criação de um comitê para a troca de experiência e oportunidade entre os empreendedores e startups amazônicos, entidades/hubs/ecossistemas/empresas.

---

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar - Sala 7.**

**Público: 100 pessoas.**

**Organização proponente: Coiab e Apib.**

**Nome:** Amazônia Livre de Petróleo e Gás – Conexão, Povos e Territórios.

**Síntese:** Zerar o desmatamento é fundamental para garantir a proteção da Amazônia, mas já não é suficiente. No momento em que a emergência climática produz ondas inéditas de calor e eventos extremos ao redor do globo, a redução imediata da exploração, produção e queima de combustíveis fósseis deve ser uma prioridade absoluta de todos. Se queremos evitar o ponto de não retorno da Amazônia e o colapso climático,

precisamos de uma política articulada de eliminação do uso dos combustíveis fósseis. Os países da Amazônia devem:

1. Garantir os direitos territoriais e a consulta, livre, prévia e informada de povos afetados.
2. Iniciar um plano de fechamento e remediação das áreas de exploração, com participação das populações afetadas.
3. Criar e efetivar mecanismos de compensação para as populações afetadas.
4. Gerar alternativas econômicas locais com respeito à economia indígena.
5. Redirecionar os recursos da produção de fósseis para o financiamento da restauração, recuperação florestal e produção de energias renováveis.
6. Iniciar uma transição energética justa, popular e inclusiva. Nós podemos liderar, a partir do sul global, o esforço mundial de criar "zonas de não proliferação dos combustíveis fósseis" e dar exemplo ao mundo ao parar de extrair petróleo e gás na Amazônia.

---

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Sala 11.**

**Público: 100 pessoas.**

**Organização proponente: Plataforma Cipó, Cebri, Flacso e Funag.**

**Nome:** Amazônia Sustentável: contribuições das ciências sociais, do multilateralismo e da sociedade civil. Como problemática e desafios, destacamos:

- a) o não reconhecimento da megabiodiversidade da Amazônia em termos ecossistêmicos e étnicos;
- b) o atraso na demarcação de terras indígenas e na criação de outras áreas protegidas;
- c) a falta de proteção e garantia à vida de ativistas dos direitos humanos;
- d) a dificuldade na construção de autonomia política, cultural e social indígena; e
- e) a falta de integração regional para promoção da bioeconomia.

Proposições para o Brasil que queremos:

1. Fortalecimento dos mecanismos de escuta e participação das comunidades tradicio-

nais na formulação e implementação de políticas públicas.

2. Criação de políticas públicas desenhadas e voltadas à juventude.
3. Criação de incentivos tributários, instrumentos financeiros, de crédito e assessoramento técnico adaptados às diferentes realidades.
4. Levar em consideração o bem viver das comunidades e da floresta em pé.
5. Garantir ampla participação da Assembleia dos Povos da Terra pela Amazônia.
6. Valorizar a produção científica na Amazônia e da Amazônia.
7. OTCA Social: criação de um conselho composto por representantes dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

---

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Sala 5.**

**Público: 50 pessoas.**

**Organização proponente: Alana Foundation.**

**Nome:** Tecnologia para a conservação da biodiversidade, proteção e promoção de direitos das populações e comunidades amazônicas.

**Síntese:** Atualmente, observa-se uma economia que valoriza mais a floresta derrubada do que a floresta em pé e viva. A biodiversidade tem um valor imensurável e um conhecimento ainda limitado de toda a sua vida e possibilidades de uso sustentável. Além disso, povos indígenas e comunidades tradicionais dependem dessa biodiversidade para viver.

**Proposições:**

1. Implementação do marco global da biodiversidade pelos países da Pan-Amazônia.
2. Garantia da proteção de propriedade intelectual dos povos indígenas e comunidades tradicionais.
3. Garantia da rastreabilidade dos dados da biodiversidade e repartição dos benefícios do patrimônio genético da biodiversidade amazônica.
4. Fomento a prêmios de inovação tecnológica e de apoio às iniciativas das comunidades tradicionais e povos indígenas.
5. Fóruns para compartilhamento de conhecimento científico e tradicionais.



6. Fomento à cooperação técnico-científica entre os países da Pan-Amazônia.
7. Políticas de fomento a uma economia da sociobiodiversidade às comunidades tradicionais e de valorização dos seus conhecimentos.
8. Observatório da economia das sociobiodiversidades.
9. Redes de fomento ao conhecimento tradicional e tecnologias sociais.
10. Redes de jovens para fomento à economia para a sociobiodiversidade e por justiça climática.
11. Rede de pesquisadores, em especial, pesquisadores indígenas, de inovação tecnológica e saberes tradicionais.

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Sala 5.**

**Público: 55 pessoas.**

**Organização proponente: IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.**

**Nome:** Mapeamento e acesso de dados geoespaciais para entender a Amazônia.

**Síntese:** Destacamos a falta de dados geoespaciais atualizados afetando comunidades vulneráveis devido a atividades destrutivas e a falta de informação disponível. Queremos uma Amazônia que possa ser vista de dentro para fora com as geotecnologias, e para o futuro queremos um desenvolvimento tecnológico com respeito às variáveis socioambientais que garantam a preservação da Amazônia, reconhecendo e valorizando os povos tradicionais. Isso envolve políticas sociais, ambientais e econômicas efetivas que respeitem os modos de vida das comunidades locais.

**Propostas:**

1. Programa de Desenvolvimento Sustentável Geoespacial da Amazônia (PDGEO) que visa implementar dados geoespaciais, formação, combate ao desmatamento e regularização fundiária e criar um websig integrando pelo governo.
2. Programa de Preservação Amazônica e Valorização Socioeconômica (PPAVS) visando integrar desenvolvimento equi-

brado a partir de diagnósticos territoriais baseados em mapeamento adequado.

3. Programa Pan-Amazônia Geointegrada (PanGeo) tem como objetivos a valorização das populações locais e seus territórios, integrar países amazônicos e conservar a biodiversidade.
4. A retomada da Concar – Confederação da Cartografia na Amazônia e um fórum permanente de mudanças climáticas.

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Auditório Censipan.**

**Público: 80 pessoas.**

**Organização proponente: Instituto Casa de Cinema da Amazônia.**

**Nome:** Seminário Cinema e protagonismo cultural como fator de desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

**Síntese:** O cinema pan-amazônico pode contribuir no contexto climático através da conscientização e disseminação de informações sobre a importância da preservação da Floresta Amazônica e a necessidade de combater as mudanças climáticas. No geral, o cinema pan-amazônico tem um papel importante em informar, conscientizar e mobilizar uma ampla audiência para agir em prol da sustentabilidade e da preservação do ecossistema amazônico, contribuindo para o combate às mudanças climáticas.

**Proposições:**

1. Criação de um fundo de incentivo ao cinema na Amazônia.
2. Ampliação da infraestrutura para produção cinematográfica na Amazônia.
3. Criação de um programa de incentivo fiscal para a produção audiovisual na região.
4. Criação de um programa pan-amazônico de promoção cultural com promoção da valorização e preservação das diversas manifestações culturais nas Amazônias.
5. Que haja maior integração entre os movimentos da sociedade civil para encontrarmos soluções coletivas para os principais problemas enfrentados na Amazônia.

Queremos que o cinema se constitua uma importante vertente de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, gerando emprego e renda para o seu povo. E constituindo-se também em espaço da construção de narrativas que promovam a proteção ambiental e condições de vida digna para todos os povos.

---

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Plenária B.**

**Público: 300 pessoas.**

**Organização proponente: Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).**

**Nome:** Seminário Desafios da Transição Energética Popular na Amazônia.

**Síntese:** Somos trabalhadores e trabalhadoras do campo, das cidades, das águas e das florestas. Somos o povo da Amazônia que trabalha e produz as riquezas do nosso imenso país, a maioria vivendo nas cidades e sobrevivendo nas piores condições de vida, com falta de moradia, sem água potável, saneamento, energia de qualidade e serviços públicos, ao mesmo tempo em que temos o maior aquífero e as maiores hidrelétricas, pagamos as maiores tarifas de energia, gás e demais serviços. A questão ambiental é, antes de tudo, fruto da produção burguesa, a destruição da Amazônia e o aquecimento global são produto das relações de produção e reprodução do capital. Denunciamos a violência do capital contra os que lutam em defesa da vida, a perseguição política, racismo ambiental, os assassinatos, as violações de direitos e o padrão nacional de violações de direitos dos atingidos por barragens. Denunciamos que o capital tem utilizado a situação climática e a grave crise da economia para reorganizar sua estratégia de poder e dominação, utilizando a região pan-amazônica como território vantajoso e oportuno à produção do capital. Denunciamos as falsas soluções do capital para o clima, como é caso do “capitalismo verde”. Nossa luta é para que a Amazônia tenha soberania popular. Para que se rompa com todas as estruturas injustas que oprimem e exploram o povo e destroem a natureza. Por condições dignas para trabalhar, produzir e preservar. Para que os frutos do trabalho sejam justamente distribuídos ao povo que ali vive, trabalha, produz e cuida. Para que possamos viver bem e ajudar a humani-

dade, nossa luta é por uma transição energética de caráter popular, que tenha soberania, distribuição da riqueza e controle popular. De imediato, devemos taxar os ricos e mudar a abusiva política de preços e tarifas no gás de cozinha e energia elétrica. Acreditamos que nossa organização é nossa força. Quanto mais povo organizado, mais forte é a luta. E quanto mais forte a luta, maiores são as chances de alcançar os nossos objetivos imediatos e de futuro frente às mudanças climáticas e aos dilemas da humanidade. Sem o protagonismo do povo não há solução. As saídas estão na criação heroica do povo. Esse é o caminho da vitória. Defender a Amazônia é defender a vida!

---

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Sala 7.**

**Público: 40 pessoas.**

**Organização proponente: Instituto Lula.**

**Nome:** Sustentabilidade e soberania no bioma amazônico do século XXI: entre o extrativismo e o digital.

**Síntese:** Problemáticas e desafios:

1. Digitalização como meio de ocupação territorial.
2. Geração de resíduos sólidos e a problemática da sustentabilidade.
3. Extrativismo digital de informações sensíveis das populações locais, causada pelo uso de redes de tecnologias desenvolvidas fora do território nacional e apropriação dessas tecnologias por atividades informais.

**Proposições:**

1. Políticas públicas visando o incentivo para educação e letramento digital.
2. Investimento em tecnologias para mitigação da poluição de resíduos sólidos.
3. Proteger as redes originárias de informação e de suporte para proteção ambiental, desenvolvimento sustentável integrado e justiça ambiental.
4. Incentivar o desenvolvimento de tecnologias nacionais e a supervisão de tecnologias internacionais.
5. Incentivo em ciência e tecnologia para a construção de redes de especialistas

locais, laboratórios, parques industriais e outras estruturas acadêmicas de tecnologias em nível pan-amazônico.

6. Ações para promover a ideia de sustentabilidade sob a ótica do digital, favorecendo a circulação de informação para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

**Dia:** 6 de agosto de 2023.

**Local:** Auditório UFPA.

**Público:** 15 pessoas.

**Organização proponente:** Proex/UFPA.

**Nome:** Transição da Matriz Energética no Brasil e seus Impactos Na Amazônia.

**Síntese:** Temos o desafio de realizar a transição energética de uma forma mais acelerada. Queremos uma matriz energética limpa, que sirva às diversas comunidades da região e integrada a ações da sociedade com o objetivo de preservação da Amazônia. Um futuro em que a transição energética possibilite a redução dos custos, de geração dos sistemas isolados, que seja integrada e que desonere a tarifa dos consumidores de energia.

#### Proposições:

1. Aumentar a participação de fontes renováveis na geração de energia em regiões em que a interconexão não seja uma opção.
2. O processo de transição energética deve ser abordado inicialmente pelo viés da educação.
3. Levantamento da demanda básica para a transição com a participação das comunidades para a formulação de uma política que, efetivamente, atenda aos interesses de preservação e desenvolvimento local.

**Dia:** 6 de agosto de 2023.

**Local:** Hangar – Sala 12.

**Público:** 31 pessoas.

**Organização proponente:** Instituto Internacional Arayara.

**Nome:** Um olhar sobre os efeitos das mudanças climáticas na costa Norte e Nordeste do Brasil.

**Síntese:** Considerar o avanço das fronteiras do petróleo no Brasil é dar seguimento ao agravamento das mudanças climáticas devido às emissões de CO<sub>2</sub>. Essa pauta, no que se refere ao aumento do nível do mar e ao consequente processo de salinização de águas em comunidades costeiras, não é um tema recorrente em debates, mas é um problema vivenciado principalmente na costa Norte do Brasil, o que acarreta o acesso limitado às fontes de água potável seguras, agravando problemas de saúde. Como desafio, temos: a criação de um projeto pan-amazônico que seja voltado para uma transição energética justa, que não considere o avanço de petrolíferas, mas sim adaptações às mudanças climáticas. Considerar a adoção de infraestrutura hídrica sustentável, assegurando que as comunidades tenham acesso à água potável segura e aos meios de permanência em seus territórios garantidos, a fim de não se tornarem refugiadas climáticas. Queremos uma Amazônia com a garantia de fontes de água potável seguras e não com o avanço de fronteiras de petróleo. Uma Amazônia sem petróleo e com a garantia dos territórios de comunidades assegurados com a adaptação à crise climática.

### ***Mudança do clima, agroecologia e as sociobioeconomias da Amazônia: manejo sustentável e os novos modelos de produção para o desenvolvimento regional***

As mudanças climáticas, o racismo ambiental e as soluções propostas pela ciência e pelos povos e comunidades tradicionais são os eixos para pensar o desenvolvimento sustentável.

## **Diagnóstico e discussão**

Os integrantes da mesa fizeram uma leitura muito similar em relação à gravidade da situação ambiental da Pan-Amazônia. Os discursos apontaram para o risco de a região alcançar o ponto de não retorno no que se refere às mudanças climáticas globais. Ficou clara a necessidade de ações imediatas para reduzir a emissão de gases do efeito estufa (GEE). As emissões de GEE precisam ser reduzidas em 43% até 2030 e em 60% até 2035. Essas reduções limitariam o aquecimento a 1,5 °C, evitando que 10 milhões de pessoas sejam atingidas de forma direta pelas mudanças climáticas.

Os primeiros a serem atingidos, caso medidas para redução da emissão de GEE não sejam tomadas de forma integrada e imediata, serão os indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Uma forma de aumentar a eficiência das medidas será a construção de novos paradigmas pelos países-membros da OTCA para superação dos modelos de desenvolvimento hegemônico na atualidade. Os novos paradigmas devem considerar formatos criativos de economia, de sistemas agroalimentares territorializados, democráticos, sustentáveis e justos.

Como aspectos agravantes dos impactos negativos dos modelos de desenvolvimento hegemônico na Amazônia, os integrantes da plenária listaram os seguintes: a impunidade nos casos de crimes ambientais e contra defensores dos direitos humanos; atividades de mineração e petroleira degradantes; ausência de regulação do mercado de carbono; a falta de uma tributação de bens e serviços que garanta a justiça ambiental e social. Para mudar essa situação e garantir também uma efetiva transição energética, é preciso

uma mudança de paradigma. É preciso pensar na construção de uma economia do cuidado, baseada nos conhecimentos multiculturais amazônicos e na inclusão de grupos sociais distintos, notadamente aqueles em situações de vulnerabilidade socioeconômica.

Para que se avance na construção de um projeto pan-amazônico a partir de um novo paradigma, é preciso propor mudanças na geopolítica mundial. É preciso enfrentar a crise da dívida externa dos países pan-amazônicos e propor uma nova arquitetura internacional para tratar da questão. Nesse sentido, faz-se necessário revisar e implementar recomendações da Primeira Cúpula Ministerial da América Latina e Caribe, que trata de uma tributação global inclusiva, sustentável e equitativa. Da mesma forma, é preciso implementar recomendações sobre economia elaboradas pela sociedade civil no marco da Cúpula Técnico-Científica de Letícia, na Colômbia, e do Pré-Fórum realizado em Rurrenabaque, Bolívia.

O avanço dessas estratégias depende da superação do isolamento e da capacidade de diálogo entre os Estados da Pan-Amazônia. A lacuna deixada pelos Estados está facilitando a ação de máfias, narcotraficantes, financiadores de desmatamento, mineração ilegal e grilagem de terras.

## **Proposições de políticas públicas**

- 1.** Política de demarcação dos territórios indígenas e consolidação de áreas protegidas.
- 2.** Política para redução do desmatamento causado por todos os setores da economia e eliminar todo e qualquer desmatamento ilegal até 2027.
- 3.** Política de recuperação das florestas degradadas por meio de sistemas agro-

florestais (SAF) nos quais predominem as espécies amazônicas, reconhecendo os agentes sociais dos territórios e suas necessidades, bem como a governança dos territórios até 2025.

4. Definir um marco técnico-legal para manutenção das florestas em pé por meio de um plano interministerial de mitigação de mudanças climáticas.
5. Políticas públicas para as áreas urbanas da Amazônia, em especial, as focadas na melhoria da qualidade das vias, água, saneamento, drenagem e energia elétrica.
6. Promover a integração e sinergia entre as unidades de conservação existentes.
7. Criar incentivos para reservas ambientais particulares.
8. Fortalecer as estruturas das estações meteorológicas para medir e acompanhar as variações climáticas.
9. Investir na inovação tecnológica de bioinsumos, biofertilizantes e biopesticidas como estratégia de substituição progressiva de processos baseados em combustíveis fósseis.
10. Fomentar bionegócios gerenciados por mulheres.
11. Criar mecanismos de financiamento para instituições de ensino e pesquisa para realização de pesquisas científicas desenvolvidas por pesquisadores da Amazônia.
12. Construir um plano estratégico regional de ação emergencial para a Amazônia.
13. Criar um selo amazônico com o objetivo de atestar a produção sustentável de produtos agropecuários, de mineração, bionegócios e energéticos para exportação.
14. Desenvolver acordos de cooperação e ações transfronteiriças de combate às práticas predatórias que contribuem para a expansão dos incêndios, do desmatamento e da contaminação.
15. Elaborar um plano de fortalecimento da OTCA, com objetivos, metas, resultados e indicadores mensuráveis.
16. Fomentar cadeias de valor verdes.
17. Promover um sistema internacional de incentivos e sanções aos países que subsciverem os acordos da COP-28.
18. Construir uma nova educação, ética e intercultural para todos (investimento no marco da juventude).

19. Financiar um centro de investigação público pan-amazônico onde possam ser geradas alternativas que regenerem a floresta e não a destruam.

## Proposições de ações coletivas

1. Consolidação de protocolos de consulta popular prévia e esclarecida às comunidades visando à instalação de projetos em territórios amazônicos.
2. Fomentar a construção de formas e consciência de consumo.
3. Construção de um sistema de informação por satélite articulado a plataformas colaborativas envolvendo múltiplos governos e comunidades locais dos mais distintos países da OTCA.
4. Construir redes de pesquisa-ação com foco regional, multicultural, transgeracional, transfronteiriço, transdisciplinar e participativo.
5. Fomentar discussão regional pan-amazônica para evitar o ponto de não retorno e garantir a preservação de pelo menos 80% da Amazônia até 2025.
6. Exigir o cumprimento do Acordo de Paris da COP-21.
7. Apoiar a realização do Fórum Social Mundial de Economias Transformativas na Colômbia em 2024.
8. Promover a economia social e solidária.
9. Conceber dispositivos de governança integrais, com as populações, por meio de alianças público-popular em cada um dos territórios.
10. Garantir a operacionalização do Acordo de Escazú.

## Atividades auto-organizadas relacionadas

**Dia: 4 de agosto de 2023.**

**Local: Auditório SPU.**

**Público: 10 pessoas (presencial) e 28 pessoas (on-line).**

**Organização proponente: Observatório do Código Florestal.**

**Nome: Transparência e governança florestal: como a abertura de dados contribui para o combate ao desmatamento.**

**Síntese:** Menos de 1/3 das informações ambientais essenciais para o controle ambiental na Amazônia estão disponíveis com qualidade para a sociedade (ICV, 2023). Além dessa dificuldade em obter dados dos governos estaduais e federal, as informações disponíveis não chegam às comunidades, dificultando uma atuação com base em informações seguras e estratégicas, que auxiliem na reprodução de seus modos de vida. Quanto aos dados das cadeias agropecuárias, seu acesso ainda não é democratizado, o que dificulta o monitoramento e a garantia de que os produtos não estão associados ao desmatamento ou violações de direitos. O acesso à informação é uma condição para a participação cidadã qualificada. É importante que governos estaduais da Amazônia e os órgãos federais disponibilizem as informações de forma acessível, garantindo que os dados cheguem às comunidades de base. A abertura de dados auxilia no combate à corrupção na área ambiental; planejamento ambiental, fundiário e rastreabilidade de cadeias agropecuárias; regularização ambiental e fundiária; combate ao desmatamento; combate à grilagem de terras; alcançar o desenvolvimento sustentável na Amazônia e fortalecer políticas de transparência de gestão ambiental e florestal.

---

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Sala Ver o Rio – Ibis Hangar.**

**Público: 27 pessoas.**

**Organização proponente: Instituto Internacional Arayara, Purpose Brasil, Instituto Mapinguari e Observatório do Marajó.**

**Nome: Adiar ou acelerar o fim do mundo? A ameaça do petróleo e do gás na Amazônia.**

**Síntese:** Foi debatida a importância de amplificar as vozes do Norte, denunciando as violações dos direitos dos povos da Amazônia e a forma predatória e insustentável com que a indústria dos combustíveis fósseis explora os territórios. A saúde da Floresta Amazônica é crucial para a regulação climática do planeta. Devido ao desmatamento, o bioma encontra-se hoje perigosamente perto do ponto de não retorno. A ausência dos Protocolos de Consulta da Convenção 169 da OIT, a forma como os governos impõem os projetos de desenvolvimento e quando os riscos da exploração se tornam impactos reais para a população, não há retorno por parte dos gover-

nos para as populações atingidas. Destacou-se a ausência de cumprimento dos protocolos de consulta para a exploração de petróleo na costa amazônica e na Amazônia, definidos pela Convenção 169 da OIT, o que impede que as populações diretamente atingidas pelos impactos da exploração de petróleo e gás possam decidir sobre os seus territórios, seu presente e futuro.

---

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Sala 9.**

**Público: 32 pessoas.**

**Organização proponente: Instituto Salvaterra – IS. Nome: Participação e Proteção dos Territórios: Qualidade da Água nos Reassentamentos Ribeirinhos da Montante da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu.**

**Síntese:** Considerando as diretrizes traçadas pelo Instituto Salvaterra, o futuro que queremos para a Amazônia é aquele em que todas as comunidades tenham acesso à água potável de qualidade, de forma equitativa e sustentável. Queremos um futuro em que a água seja monitorada regularmente, garantindo que esteja em conformidade com os padrões estabelecidos para consumo humano. Em síntese, o futuro que queremos para a Amazônia é aquele em que a água potável seja uma realidade acessível a todos, protegendo e preservando os recursos hídricos de forma sustentável. O Instituto Salvaterra tem como foco principal promover a potabilidade da água e a participação social nas comunidades amazônicas. Suas proposições incluem:

1. Promover a participação e a capacitação das mulheres nas decisões relacionadas à gestão da água.
2. Parcerias com instituições de ensino e organizações, e junto com a juventude, a busca por soluções sustentáveis para a gestão da água potável.
3. Equidade para populações negras e LGBTQIA+: garantir igualdade de acesso à água potável, combater a discriminação e desenvolver ações específicas para esses grupos sociais.
4. Populações urbanas: ampliar as ações para as comunidades urbanas vulneráveis, implementando sistemas de abastecimento de água seguros.

5. Respeito aos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais: reconhecer seu conhecimento tradicional, envolvê-los nas ações e respeitar suas práticas sustentáveis.

## Atividades auto-organizadas

**Dia: 4 de agosto de 2023.**

**Local: Auditório da OAB / Pará.**

**Público: 40 pessoas.**

**Organização proponente: Comissão de Relações Internacionais OAB/PA.**

**Nome:** A participação da sociedade civil na construção da política migratória da cidade de Belém como instrumento do desenvolvimento sustentável de migrantes e refugiados.

**Síntese:** Diagnosticamos que a defesa da proteção da população migrante e refugiada residente nos Estados integrantes da Amazônia é um desafio frente aos diversos problemas encontrados. Os deslocados forçados em função das mudanças climáticas e desastres naturais também surgem como um desafio para a Amazônia, à medida que os direitos dessas pessoas precisam ser garantidos.

### Proposições:

1. Priorizar as demandas de meninas e mulheres em situação de migração e refúgio e priorizar o acesso das famílias chefiadas por mulheres aos programas de inclusão, empreendedorismo e renda básica.
2. Política de integração e inclusão para migrantes e refugiados.
3. Que todos os agentes da sociedade ajam de forma cooperada para incluir, integrar e acolher esta população.
4. Simplificação e desburocratização para acessar: programas assistenciais de saúde, justiça, educação e emprego sem nenhum tipo de discriminação no atendimento.
5. Exige-se a desburocratização do reconhecimento dos diplomas dos migrantes e refugiados.

Além disso, faz-se urgente adotar medidas de empreendedorismo, serviços socioassistenciais, inclusão e diversidade, observada a identidade cultural.

**Dia: 4 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Sala 11.**

**Público: 87 pessoas.**

**Organização proponente: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA.**

**Nome:** Arranjos possíveis entre as sociobioeconomias da Amazônia e os mercados públicos e privados.

**Síntese:** A Amazônia tem potencial produtivo para produzir alimentos saudáveis com geração de renda, porém, o que encontramos é um cenário de insegurança alimentar. O governo brasileiro tem políticas públicas para fortalecer a comercialização e a segurança alimentar, contudo, elas ainda não estão operacionalizadas de forma adequada. A exposição da agricultura familiar e das comunidades tradicionais à expansão da economia não sustentável põe em risco os territórios e modos de vida tradicionais.

### Proposições:

1. Ampliar o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
2. Promover a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
3. Criação de espaços coletivos para discutir, aprimorar e implementar as políticas públicas.
4. Melhorar a cooperação internacional amazônica para fortalecimento dos produtos da sociobiodiversidade.
5. Estruturar empreendimentos comunitários e promover negócios sustentáveis.
6. Garantir o direito de acesso e regularização dos territórios.
7. Implementar a lei de pagamentos de serviços ambientais.
8. Promover uma sociobioeconomia inclusiva, sustentável, justa e com ênfase na valorização dos povos e comunidades tradicionais.
9. Operacionalização do Fundo Amazônia como indutor do desenvolvimento sustentável integrado.

---

**Dia:** 4 de agosto de 2023.

**Local:** Hangar – Sala 5.

**Público:** 60 pessoas.

**Organização proponente:** Coalizão de Economia Circular para América Latina e Caribe.

**Nome:** Economia circular na Amazônia: regeneração da natureza a partir do design e modelos de negócio.

**Síntese:** Por uma economia circular da Amazônia, precisamos de políticas públicas que promovam a regeneração da natureza para aumentar a renda das populações tradicionais e sequestrar carbono da atmosfera. Uma economia da floresta em pé na Amazônia é a chave para o desenvolvimento com inclusão socioprodutiva de suas comunidades. A economia circular oferece uma solução para desenhar os arranjos produtivos para a economia regenerativa na Amazônia: regenerativa dos ecossistemas e dos tecidos sociais das comunidades que nela habitam.

**Proposições:**

1. É preciso criar mecanismos para que a economia regenerativa seja mais viável economicamente do que os modos de produção linear e degenerativo da natureza.
2. As empresas devem aplicar o design circular para o desenvolvimento de produtos que permitam a transformação e criação das cadeias produtivas dos insumos e produtos da floresta.
3. Os governos precisam aplicar os mecanismos necessários para tornar viáveis essas cadeias produtivas e garantir a correta partição de benefícios nas cadeias de valor.
4. A integração entre empresas, comunidades da floresta, governo, organizações de apoio aos movimentos de base e instituições internacionais é necessária para colocar em prática a mudança sistêmica que propõe uma economia circular para a Amazônia.

Comunidades da floresta têm o papel crucial de aplicar seus modos de vida em modelos produtivos e manter os conhecimentos tradicionais que preservam de forma produtiva a floresta.

---

**Dia:** 4 de agosto de 2023.

**Local:** Hangar – Sala 10.

**Público:** 54 pessoas.

**Organização proponente:** EarthDay e Coalizão Brasileira pela Educação Climática (CBEC).

**Nome:** Educação climática para a Amazônia e o mundo.

**Síntese:** A educação é uma ferramenta fundamental para impulsionar ações eficazes de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Conscientes do papel crucial da Amazônia e preocupados com os impactos devastadores das mudanças climáticas, faz-se necessário promover o conhecimento e a compreensão da crise climática, capacitando indivíduos e comunidades a tomar medidas concretas para proteger o planeta.

**Problemática:** a falta de educação climática dificulta a compreensão do desenvolvimento sustentável e justiça ambiental, contribuindo para o racismo ambiental. Recomendamos respeitosa-mente aos países da Amazônia considerarem a inclusão da educação climática em suas NDCs. Precisamos de políticas que promovam a educação climática e sua disseminação para entendermos a importância da Amazônia, enfatizando práticas de desenvolvimento sustentável e justiça ambiental. Essas políticas devem combater o racismo ambiental e promover trabalhos sustentáveis. Propomos a união da sociedade em torno de ações coletivas que promovam a compreensão e o respeito ao clima, ao meio ambiente e à vida.

---

**Dia:** 4 de agosto de 2023.

**Local:** Hangar – Sala 5.

**Público:** 61 pessoas.

**Organização proponente:** Embrapa / Departamento de Políticas de Gestão Ambiental Rural – DGAR/SNPCT/MMA.

**Nome:** Inclusão socioprodutiva baseada em princípios agroecológicos para agricultura familiar, e povos e comunidades tradicionais no estado do Pará.

**Síntese:** Destacamos a falta de estratégias nas cadeias produtivas da sociobiodiversidade para combater o trabalho infantil e o racismo ambiental; baixa inserção, falta de escuta e invisibilidade



das mulheres, jovens e grupos vulneráveis; poucas oportunidades para a geração de trabalho e renda dificultando a permanência dos jovens no território; falta de financiamento adequado às realidades locais e modelo agroexportador com desenfreada exploração dos recursos ambientais.

### Propomos:

1. O desenvolvimento de capacidades locais no acesso às políticas públicas.
2. Priorizar a formação de jovens e novas lideranças de mulheres.
3. Criar mecanismos normativos para que o PAA, o PNAE e a Lei de Repartição de Benefícios alcancem as comunidades efetivamente.
4. Valorização do conhecimento tradicional e dos produtos da sociobiodiversidade.
5. Ações dos poderes público e privado em consonância com os serviços ambientais, sociais e político-econômicos.
6. Garantia de desenvolvimento com base agroecológica.
7. Acesso democratizado aos programas governamentais.
8. Criação de espaços tripartites conjuntamente com a sociedade para solucionar tais problemas e promover diálogos.

Desejamos que no futuro da Amazônia os governos e sociedade civil promovam o uso sustentável dos recursos naturais, com políticas públicas e estratégias destinadas à gestão ambiental rural, com mitigação das mudanças do clima e com serviços públicos para todos os povos e comunidades do campo, das florestas, dos rios e das cidades.

**Dia: 4 de agosto de 2023.**

**Local: Auditório SPU.**

**Público: 37 pessoas.**

**Organização proponente: Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB).**

**Nome: Manejo Florestal Comunitário na Amazônia brasileira: considerações para a retomada do Programa Federal.**

**Síntese:** O Programa Federal de Apoio ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar foi criado pelo Decreto 6.874/2009 mediante demandas apre-

sentadas pelo segmento da sociedade civil envolvido com o tema. O programa entra na agenda do PPCDAM e, a partir de então, foram estabelecidas frentes de diálogos com as organizações da sociedade civil visando sua retomada. Como proposição, queremos a retomada imediata do programa federal do MFCF; a atualização do diagnóstico das iniciativas do MFCF na Amazônia brasileira; o lançamento de editais de Ater compatível com o MFC; o lançamento de editais pelas agências de fomento; a adaptação e ampliação de linhas de crédito para o MFCF; a modelagem para o MFC a partir das normativas das concessões florestais; e a disponibilização de programas de formação para o fortalecimento organizacional dos empreendimentos comunitários responsáveis pela implementação de planos de manejo. Partimos do pressuposto de que os territórios de florestas comunitárias precisam estar habilitados e as famílias e suas organizações precisam ser fortalecidas e ter suas capacidades de gestão aumentadas para atuar nos três campos principais da gestão dos empreendimentos florestais, que são a organização, a produção e a comercialização. O aumento das capacidades organizacionais dos empreendimentos florestais pode assegurar que o manejo seja verdadeiramente comunitário e impulsionar o estabelecimento de arranjos de autogestão em todas as etapas do manejo.

---

**Dia: 4 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Plenária A.**

**Público: 180 pessoas.**

**Organização proponente: Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis MNCR/Pará.**

**Nome: Mobilização dos Catadores e Catadoras da Amazônia Legal.**

**Síntese:** Segundo o diagnóstico realizado em 2016, somos mais de 6 mil catadores e catadoras de materiais recicláveis no estado do Pará enfrentando dificuldades em desenvolver o trabalho de coleta seletiva e educação ambiental devido a fatores como a falta de pagamentos pelos serviços ambientais prestados e infraestrutura inadequada nos galpões. Queremos uma Amazônia sustentável, sem poluições plásticas, com coleta seletiva dos resíduos, que reconheça a categoria dos catadores e catadoras com políticas públicas de inclusão e direitos trabalhistas garantidos e em que a contra-

tação das cooperativas e associações de catadores seja uma política prioritária de governo.

---

**Dia: 4 de agosto de 2023.**

**Local: Auditório UFPA.**

**Público: 20 pessoas.**

**Organização proponente: UFPA.**

**Nome: Mudanças climáticas, capitalismo e as insurgências periféricas.**

**Síntese:** O protagonismo dos povos e comunidades da Amazônia ainda tem um alcance micro-político diante dos interesses das mineradoras, agronegócio e setores ligados às matrizes energéticas. Contudo, os modos de vida, a diversidade cultural, as espiritualidades, a educação popular, os movimentos de base, as universidades e as práticas democráticas são a resistência frente as pressões econômicas de desenvolvimento predatório nacional e internacional. Queremos um futuro para a Amazônia com: escuta ativa e diálogo equitativo com participação efetiva das instituições amazônicas e movimentos sociais; fortalecimento das pautas dos povos tradicionais; maior financiamento nas instituições universitárias; ampliação dos protagonismos, da autonomia e financiamento das políticas públicas na Amazônia e reconhecimento das pautas dos povos da região. Precisamos de uma articulação forte entre os povos da Pan-Amazônia para enfrentarmos juntos e de forma orquestrada os dilemas da região. Precisamos de acordos multilaterais que efetivamente considerem o bem viver das populações locais e que se tornem políticas implementadas e monitoradas. Queremos a ampliação de ações educativas e de pesquisa com mobilidade e financiamento conjunto na formação libertária dos povos com perspectivas de descolonização.

---

**Dia: 4 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Sala 7.**

**Público: 65 pessoas.**

**Organização proponente: Comitê DF/Ride/GO da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida.**

**Nome: Planos Municipais de Revitalização de Bacias Hidrográficas 2023/2030**

**Síntese:** Temos um cenário de avanço do crime organizado, desmatamento, verticalização incipiente, desvalorização das comunidades tradicionais, grilagem de terra, narcotráfico e mineração ilegal. Como desafios, o monitoramento eficiente, Forças Armadas preparadas para o enfrentamento e não para a participação em milícias e grupos de apoio ao crime. Proposições políticas para uma Amazônia que queremos:

1. Fornecimento de água tratada e efetivo saneamento básico.
2. Pelotões de Forças Armadas e a organização da Força Nacional de Defesa das Florestas em pé e produtivas com as pessoas protegidas.
3. Empoderamento fático das comunidades tradicionais, povos indígenas, ribeirinhos pela formação de uma verdadeira aliança entre os governos e os movimentos sociais para ações concretas de revitalização das áreas degradadas com o pagamento de bolsas verdes para guardiões das florestas e da preservação das matas ciliares, nascentes e igarapés aos povos que nas áreas vivem de modo tradicional.
4. Reforma agrária, regularização fundiária e destinação de áreas griladas aos povos amazônicos.
5. Ação da cidadania pan-amazônica com os recursos de financiamentos sem juros ou com rebatimento para quem promover a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

---

**Dia: 4 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Sala 4.**

**Público: 60 pessoas.**

**Organização proponente: Secretaria da Agricultura Familiar e Agroecologia do Ministério do Desenvolvimento Agrário – SAF/MDA.**

**Nome: Roda de conversa: Perspectivas para uma rede Ater amazônica.**

**Síntese:** As políticas de Ater precisam ser estruturadas no contexto dos povos e comunidades da região, considerando as diferentes realidades dos países em relação aos acúmulos de conhecimentos produzidos, tecnologias sociais desenvolvidas, estratégias de governança da política, condições

de acesso, financiamento etc., mas é preciso conceber, junto à Ater, um conjunto de outras políticas estruturantes para a agricultura familiar, em especial, as de acesso à terra, ao crédito adequado, aos mecanismos e tecnologias sociais de produção e a comercialização como condição fundamental para que a Ater tenha impacto. Por isso, propomos:

1. A criação de uma rede de Ater amazônica como instrumento comum entre os países, capaz de promover a formação dos agentes de Ater, a qualificação de suas práticas, o intercâmbio de métodos, metodologias em Ater e tecnologias sociais que fortaleçam a produção agroecológica e a inserção socioeconômica da agricultura familiar amazônica.
2. Criação de linhas de crédito especiais:
  - 2.1. Microcrédito para agricultores familiares, extrativistas, ribeirinhos e PCTs;
  - 2.2. Faixa de custeio específico para financiamento dos produtos da sociobiodiversidade;
  - 2.3. Redução das taxas de juros e ampliação dos limites de crédito do Pronaf Floresta, Pronaf Agroecologia e Pronaf Bioeconomia.
3. Ampliar e articular políticas de estímulo à preservação da sociobiodiversidade, tais como as de cunho educativo, de produção de conhecimentos/ inovação e Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

**Dia: 4 de agosto de 2023.**

**Local: Auditório Embrapa.**

**Público: 67 pessoas.**

**Organização proponente: Anater – Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.**

**Nome: Os desafios e perspectivas da Ater, inovação e pesquisa na Amazônia.**

**Síntese:** Entre os desafios, destacamos:

- a) insegurança da posse da terra: problema generalizado na Amazônia;
- b) desmatamento desordenado, agravando o aumento da temperatura e da seca, reduzindo a capacidade de a Amazônia gerar umidade e precipitação; e

c) a falta de definição dos direitos fundiários abrange 28,5% da Amazônia Legal no Brasil.

**Desafio:** democratizar o acesso à Ater. Proposições para o Brasil que queremos:

1. Aumentar o acesso e a capacidade de atender às necessidades básicas de alimentos, energia e água para consumo humano e para a agricultura familiar.
2. Promover o aumento da renda dos agricultores familiares por meio de práticas sustentáveis de produção.
3. Ampliar o valor agregado e o mercado dos produtos agroflorestais e da sociobiodiversidade.
4. Construir as políticas públicas com as comunidades e manejo das florestas.
5. Assegurar a gestão integrada: produção da agricultura familiar, florestal e de serviços ambientais.
6. Pensar e construir a Ater e inovação e pesquisa desde o chão da floresta.
7. Promover a assistência técnica em uma perspectiva territorial, considerando as áreas de uso de bem comum, focada no bem viver dos nossos povos e populações.
8. Criar um ambiente sinérgico entre os extensionistas, instituições de ensino e pesquisa.
9. Reestruturação das entidades públicas de Ater.

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Auditório UFPA.**

**Público: 10 pessoas.**

**Organização proponente: Proe/UFPA.**

**Nome: A Nova Economia da Amazônia (NEA): atores, arenas e desafios.**

**Síntese:** Desafios: construção de uma economia adequada à Amazônia; respeito às comunidades quilombolas e às diversas culturas presentes na Amazônia.

**Proposição:** fomento de um modelo de economia que altere o modo de produção e que zere a geração e emissão de CO<sub>2</sub>, gerando commodities desses ativos para os amazônidas. Queremos um futuro em que as comunidades tradicionais tenham seus territórios preservados e que todos consigam coexistir juntamente com a floresta; uma terra na

qual os direitos dos povos originários sejam automaticamente respeitados, sem que tenham que recorrer à justiça; uma terra em que os direitos dos povos negros, quilombolas e indígenas sejam respeitados e sua cultura, preservada. Queremos um futuro coeso, com ações efetivas dos Estados. Que os países da Pan-Amazônia tenham e possam propor soluções para a garantia da terra dos povos originários, respeitando a especificidade ambiental e cultural de cada país.

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Sala 12.**

**Público: 71 pessoas.**

**Organização proponente: Instituto Peabiru.**

**Nome:** Agroecologia na assistência técnica rural a agricultores familiares da Amazônia: compartilhamento de práticas e estratégias para ampliar a capilaridade.

**Síntese:** Problemáticas e desafios:

- a) ausência de linha de assistência técnica voltada às mulheres;
- b) valorização das sementes-commodities (produto) e desvalorização de sementes (alimento) que nutram população e fauna brasileiras;
- c) ausência de infraestrutura adequada para produção, beneficiamento, armazenamento e transporte no território;
- d) dificuldade de acesso aos mercados; e
- e) impacto negativo da descontinuidade de programas federais.

Proposições para a Amazônia do futuro próspero:

- 1. Promoção de acesso à energia solar e outras fontes de energia sustentável.
- 2. Apoiar a diversidade produtiva e não o monocultivo.
- 3. Fortalecer, garantir acesso e promover transparência dos programas de aquisição de alimentos PAA e PNAE.
- 4. Promover regularização fundiária.
- 5. Manter incentivo para a produção sustentável e orgânica.
- 6. Equipar a Emater e demais instituições para o trabalho com comunidades tradicionais.
- 7. Fomentar o manejo florestal comunitário.
- 8. Linha de Ater voltado para mulheres.

- 9. Política pública para promoção da pedagogia da alternância.
- 10. Promoção de espaços de diálogo entre movimento social, instituições de assistência técnica, centros de ensino, pesquisa e extensão.
- 11. Política de apoio à conservação das sementes crioulas como patrimônio genético e cultural brasileiro.
- 12. Expandir plantios agroflorestais e agroecológicos.
- 13. Criação de unidades demonstrativas de sistemas economicamente e ecologicamente viáveis para a realidade amazônica.

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Sala 12.**

**Público: 75 pessoas.**

**Organização proponente: Ministério do Meio Ambiente / SNPCT / Depto. de Recursos Hídricos.**

**Nome:** Falando sobre a gestão das águas na Amazônia.

**Síntese:** Nosso desafio é desenvolver, junto com PCTs, modelos de gestão de bacia hidrográfica transfronteiriça da Amazônia levando em consideração as características naturais, os povos tradicionais, as peculiaridades regionais e as necessidades de proteção, recuperação e uso das águas no contexto das mudanças climáticas: hidrodiplo-macia. Modelos que tenham como pilar central a equidade, utilizando o acesso à água, em quantidade e qualidade, como ferramenta de justiça social para todas as pessoas da Amazônia: cidadania hídrica.

**Proposições:**

- 1. Garantir cidadania hídrica para todos.
- 2. Instalação de mecanismos de hidrodiplo-macia, gestão e resolução de conflitos pelo uso da água na Pan-Amazônia.
- 3. Criação/fomento de GTs para pensar e propor modelos participativos de gestão das águas.
- 4. MoU, no contexto da OTCA, de incorporação da dimensão “pessoa” nos sistemas de informação hidrometeorológico e com compromisso pela promoção da cidadania hídrica.

5. Rede multissetorial, com capilaridade internacional, de prevenção, alerta e mitigação de riscos à cidadania hídrica da Amazônia.
6. Fóruns de cidadania hídrica de base territorial.

Os eventos climáticos impactam o ciclo hidrológico, trazendo prejuízos sociais, econômicos e ecológicos para a sociedade, a maioria deles associado às inundações, secas e/ou tempestades, necessitamos de planos de contingência de crises hídricas por território hídrico e desenvolvimento de mecanismos financeiros para mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Sala 8.**

**Público: 65 pessoas.**

**Organização proponente: Olhos da Floresta.**

**Nome: O manejo sustentável e a geração de renda e desenvolvimento para os povos da floresta como mecanismos para manter a floresta em pé.**

**Síntese:** A fome e a falta de saneamento básico afetam o desenvolvimento e a saúde das comunidades e povos da floresta. Manter a floresta em pé, gerar renda e desenvolvimento para os povos e comunidades é o desafio, que pode ser alcançado com a parceria entre governos, iniciativa privada, comunidades e instituições de técnicas e de ensino. As políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia e de seus povos precisam observar algumas premissas: educação ambiental, acesso desburocratizado ao crédito para os pequenos produtores (manejo sustentável), assistência técnica da Embrapa e parcerias entre governos, comunidades, iniciativa privada e instituições de ensino. Queremos um futuro com preservação da floresta e com emprego, oportunidades, geração de renda, saúde e educação para os povos e comunidades locais. Acreditamos que as parcerias entre governos, empresas, bancos públicos, sociedade civil e instituições técnicas e de ensino são a forma mais efetiva de se lograr êxito.

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Auditório UFPA.**

**Público: 18 pessoas.**

**Organização proponente: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.**

**Nome: Recursos hídricos na Amazônia: medidas de adaptação para a mudança do clima.**

**Síntese:** O acesso precário à água de qualidade ameaça a segurança hídrica. Mudanças climáticas intensificam eventos extremos, afetando a população com perdas econômicas e sociais. Os desafios incluem integração de políticas transfronteiriças, envolvimento das comunidades locais, abordagem integrada considerando diversos setores, visibilidade das águas subterrâneas, justiça social por meio da água, participação pública nas decisões, marcos legais e monitoramento interoperável. É preciso combater o desmatamento e promover a restauração de ecossistemas degradados para aumentar suas resiliências. É necessário promover a integração de políticas transfronteiriças, envolver comunidades locais e considerar impactos em diversos setores. Fortalecer a fiscalização, incluindo participação pública nas decisões de gestão. A água deve ser incorporada em marcos legais e políticas nacionais para proteção e uso justo. A água é um agente de justiça social e cidadania, impulsionando políticas e acordos internacionais. Por isso, é importante promover ações para assegurar a governança e gestão participativa dos recursos hídricos pelos atores governamentais, sociedade civil, setor privado e povo/comunidades tradicionais.

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Aldeia Cabana.**

**Público: 50 pessoas.**

**Organização proponente: Coalizão Florestas & Finanças, Conexão Água, Repórter Brasil, Amazon Watch.**

**Nome: Sistema financeiro e os riscos sobre a Floresta Amazônica.**

**Síntese:** Destacamos como problemas e desafios:

- a) a falta de regularização do setor financeiro para proibir o financiamento do desmatamento e da violação de direitos;

- b)** a falta de responsabilização do setor financeiro pelos impactos financiados; e
- c)** a falta de financiamento de modelos de produção alternativos agroecológicos que garantem a sociobiodiversidade.

Propomos que haja:

- 1.** Aprimoramento das regras socioambientais para o setor financeiro. Entre outros, assinatura do Acordo de Escazú.
- 2.** Responsabilização do setor financeiro.
- 3.** Diálogo com a sociedade civil – criar um conselho nos moldes do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) – com participação de governos de diferentes esferas, especialistas, pesquisadores e sociedade civil – para discussão de um sistema financeiro mais sustentável.
- 4.** Criação e adoção de regras e critérios relevantes às transações financeiras no Brasil.
- 5.** Discutir como direcionar mais recursos para a economia sustentável.

---

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Sala 10.**

**Público: 40 pessoas.**

**Organização proponente: Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional.**

**Nome: Fronteiras pan-amazônicas.**

**Síntese:** As fronteiras da região amazônica compreendem uma vasta extensão de floresta tropical e biodiversidade única. O desenvolvimento sustentável da região fronteiriça é um desafio complexo que requer ações coordenadas dos governos, instituições de ciência e tecnologia, empresas e povos e comunidades tradicionais, valorizando e incluindo a população local, promovendo a conservação produtiva dos seus recursos naturais.

**Proposições:**

- 1.** Adaptar as políticas públicas para a realidade de fronteira.
- 2.** Buscar alternativas para dialogar com a realidade das comunidades;
- 3.** Garantia de terra e território para a segurança alimentar e comercialização de excedentes.

- 4.** Formatar linhas de crédito e outros instrumentos econômico-financeiros com a cara da Amazônia.
- 5.** Criação de parques científicos e centros regionais para criar um ambiente de inovação que apoie a fronteira brasileira e da Pan-Amazônia.
- 6.** Reforço dos comitês da fronteira.

Precisamos de um reposicionamento dos países da Pan-Amazônia em termos climáticos com pontos para atuação coletiva: formação de pessoas; reconhecimento das diferentes territorialidades; infraestrutura; reconhecimento de que o clima e as mudanças climáticas não respeitam fronteiras. Amazonizar, é preciso que a Amazônia seja capaz de construir uma narrativa própria sobre a Amazônia, por meio de seus centros de desenvolvimento, que são os que mais conhecem sua realidade.

---

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: UFPA – Mirante do Rio, sala 308.**

**Público: 5 pessoas.**

**Organização proponente: Proteção Animal Mundial e Mighty Earth.**

**Nome: Agronegócio e desmatamento na Amazônia – Consequências para o clima, fauna e saúde única.**

**Síntese:** O modelo convencional de produção dos sistemas alimentares causa ampliação do desmatamento, ocasionando perda de territórios das populações tradicionais, que são guardiões da fauna e flora nativas. Além disso, o crescente uso de antibióticos de forma preventiva em animais de produção, conjugado ao uso de defensivos agrícolas, contamina o meio ambiente ocasionando a inviabilidade de produções sustentáveis alternativas e inviabilizando o modo de vida. Como proposições, indicamos:

- 1.** Implementação de uma política antidesmatamento com rastreabilidade.
- 2.** Políticas públicas que promovam e protejam os povos da floresta como guardiões da fauna e flora.
- 3.** Mecanismos de proteção da fauna com rigor legal acentuado para coibir o desmatamento nos habitats protegidos.

4. Fortalecimento de redes locais para viabilizar denúncias do descumprimento da legislação nacional com vistas à promoção do bem-estar animal e da defesa da fauna e vida.
5. Produção de dados, a partir das escutas das comunidades locais, sobre as consequências do desmatamento.
6. Proibição de uso preventivo de antibióticos em animais de produção.
7. Criação de mecanismos de transparência que fortaleçam as populações locais na defesa de seus direitos.

---

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Sala Cultural – Sudam.**

**Público: 42 pessoas.**

**Organização proponente: Amachains.**

**Nome: Créditos de Carbono e Inovações Sustentáveis para as Cadeias Produtivas do Agronegócio e da Bioeconomia na Amazônia.**

**Síntese:** A falta de conhecimento, a complexidade e a magnitude dos temas ligados ao mercado de carbono e ao valor financeiro da sua biodiversidade dificultam o entendimento pelos povos e comunidades tradicionais da importância e do potencial de geração de riqueza que ele pode proporcionar. O maior desafio é levar de forma didática os conhecimentos e as opções mais seguras do ponto de vista da governança para que possam permitir que eles se apropriem desse mercado que pode trazer dignidade e sustentabilidade para suas vidas. Para o futuro, queremos uma Amazônia com convivência harmoniosa, justiça, paz, saúde, dignidade e prosperidade sustentável para produtores, povos e comunidades tradicionais. Acreditamos em políticas públicas que permitam construir projetos de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) com todos os mecanismos de fomento, financiamento e desenvolvimento, no qual os atores das cadeias produtivas do agronegócio e da bioeconomia amazônicas, unidos pelo interesse comum da mitigação dos riscos climáticos e para manter a Floresta Amazônica sempre fortalecida, se ajudem e se autossustentem através de seus projetos de PSA e de projetos de geração de créditos de carbono. Para esse último, a maior demanda é de um fundo garantidor.

---

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Auditório Sudam.**

**Público: 220 pessoas.**

**Organização proponente: Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA.**

**Nome: Desafios para o desenvolvimento das Amazônias: debates sobre clima, bioeconomia e modelos produtivos sustentáveis.**

**Síntese:** O Brasil está entre os 5 maiores emissores de gases do efeito estufa, sendo 61% das emissões provenientes de mudanças de uso de solo e desmatamento (Ipam, 2023). Muitos povos e comunidades tradicionais enfrentam situações de pobreza, em grande parte, causada pelo desmatamento, a poluição e a degradação ambiental que ameaçam seus meios de subsistência e cultura. A preservação de suas terras e recursos naturais é essencial para a sobrevivência dessas comunidades. Temos como proposições as seguintes:

1. Políticas públicas que fomentem estudos inovadores para integrar todos os elos das cadeias de valor inclusivas e sustentáveis.
2. Desenvolver o uso de ferramentas tecnológicas: inteligência artificial (IA) e bioinformática.
3. Criação da rede pan-amazônica de participação social, incluindo mulheres, juventude, população negra, pessoas LGBTQIA+, populações urbanas, povos originários e comunidades tradicionais.
4. Políticas públicas que criem sistemas de produção com maior produtividade e inclusão da mão de obra local, acesso à informação e crédito de investimento.
5. Leis que criem fomento para aproveitamento integral dos subprodutos.
6. Políticas públicas voltadas à redução da pobreza das comunidades originárias e demais povos amazônidas.
7. Um projeto pan-amazônico incluindo governança com comunidades tradicionais para o desenvolvimento sustentável.

---

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Casa do Cooperativismo OCB/PA.**

**Público: 150 pessoas.**

**Organização proponente: Sistema OCB Pará.**

**Nome: Direcionamentos do Programa de Sociobioeconomia Cooperativista do Estado do Pará – Qualificação de demandas e planos propositivos a partir dos povos que fazem a sociobioeconomia real.**

**Síntese:** Problemas e desafios:

- a)** o mercado institucional não absorve produtos da sociobioeconomia, como o mel e o cacau;
- b)** há pouca absorção de produtos em geral da agricultura familiar pelo mercado institucional;
- c)** cooperativas enfrentam dificuldades básicas na gestão, transporte, infraestrutura etc.; e
- d)** faltam incentivos à comercialização de produtos cooperativistas e entendimento de funcionamento dos mercados externos.

**Proposições:**

- 1.** Apoiar com Ater e gerar reais possibilidades de incluir produtos da sociobioeconomia na alimentação escolar.
- 2.** Estruturar e fortalecer a rede de cooperativas da sociobioeconomia.
- 3.** Atendimento ao pacto global do ODS 17.
- 4.** Desburocratização e garantia do acesso ao pagamento por serviços ambientais, assim como fomento ao protagonismo de jovens e mulheres.
- 5.** Integração de países da Pan-Amazônia fortalecendo a produção e comercialização dos produtos no mercado mundial.

---

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Auditório UFPA.**

**Público: 21 pessoas.**

**Organização proponente: Fundação Amazônia Sustentável.**

**Nome: Financiamento climático e desenvolvimento sustentável: como fazer para chegar à ponta?**

**Síntese:** Temos como problemáticas/desafios:

- a)** sensibilização dos financiadores;
- b)** facilitação de acesso a organizações menores;
- c)** participação e ingerência de governantes não alinhados à agenda climática;
- d)** falta de associações formais e de operadores financeiros;
- e)** falta de mecanismos financeiros para a adaptação climática;
- f)** não há planos de adaptação estaduais;
- g)** ausência de espaço qualificado às mulheres e jovens indígenas; e
- h)** ausência de instâncias de escuta formais e colegiadas das populações tradicionais.

**Propomos:**

- 1.** O federalismo climático: pacto federativo para transição de baixo carbono e adaptação climática.
- 2.** A abordagem sistêmica para endereçamento dos desafios.
- 3.** Políticas afirmativas e financiamento específico para regiões vulneráveis.
- 4.** PNAE conectado com sociobioeconomia.
- 5.** Compartilhamento de políticas em áreas de fronteira.
- 6.** Inclusão da biodiversidade dentro dos investimentos climáticos.
- 7.** Atuação em redes e aglutinação para acesso a financiamento e ganhos de eficiência.
- 8.** Garantir espaços de consulta formais e informais.
- 9.** Observatório ou plataforma transparente e acessível para acompanhamento de políticas públicas afirmativas para os povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas.
- 10.** Defeso (pesca) adaptado às mudanças do clima e safra.
- 11.** Intensificação na produção de protótipos/soluções às mudanças do clima e combate à injustiça climática.



**Dia:** 6 de agosto de 2023.

**Local:** Hangar – Sala 4.

**Público:** 70 pessoas.

**Organização proponente:** Instituto Juruá; Universidade Federal do Pará, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia; Florida International University; Programa Fulbright Amazônia.

**Nome:** No clima da colaboração internacional: Respostas transfronteiriças a desafios sem fronteiras na Pan-Amazônia.

**Síntese:** A proposta é promover uma colaboração interdisciplinar e transfronteiriça para integrar a justiça climática com as sociobioeconomias de povos indígenas e comunidades tradicionais da região. A meta é apoiar e sugerir políticas públicas transnacionais e plurais que mitiguem impactos para além das fronteiras políticas, impostos tanto pelas mudanças climáticas quanto pelas atividades ilegais, de forma a promover a valorização econômica dos recursos florestais e aquáticos, aliada à segurança e justiça climática.

#### Proposições:

1. Criação de um fluxo informacional que permita a assimilação pública das dificuldades das populações rurais, mais vulneráveis aos impactos e ilícitos ambientais, para a elaboração de políticas públicas.
2. Integração da base de dados dos países da Pan-Amazônia sobre os impactos climáticos na região, considerando as peculiaridades de cada região.
3. Fomento à sociobioeconomia nos países da Pan-Amazônia.
4. Fortalecimento de alianças “multi-nível” de diálogos entre atores (públicos, privados e comunitários), sob pena de tensões setoriais e incremento de conflitos.
5. As universidades e centros de pesquisa devem ser subsidiados com políticas que viabilizem os recursos necessários à conversão de estudos em instrumentos de governança e resistência local.
6. As políticas de segurança transfronteiriça devem ser (re)formuladas.

**Dia:** 6 de agosto de 2023.

**Local:** Hangar – Sala 10.

**Público:** 234 pessoas.

**Organização proponente:** Ideflor-Bio.

**Nome:** O manejo florestal como estratégia para manter o equilíbrio ambiental.

**Síntese:** No manejo florestal, apesar de incluir em seu processo técnicas e práticas inclusivas para povos e comunidades tradicionais, o resultado das iniciativas em curso ainda não alcançam números relevantes desses atores que vivem à margem das atividades. É preciso fortalecer as organizações sociais do entorno das unidades de manejo para que passem a participar de forma efetiva e tenham resultados mais eficientes.

**Problemas:** muitas atividades ilegais de exploração dos recursos naturais que comprometem a legalidade do manejo florestal. Desafio: agregar valor aos produtos não madeireiros (PNM) e manter a floresta viva.

#### Proposições:

1. Formação prática em manejo florestal para povos e comunidades tradicionais.
2. Estruturar as cadeias de produção e fortalecer todos os elos até o mercado final.
3. Rede de pesquisas para obtenção de bens e serviços das florestas.
4. Criação de núcleo de gestão de florestas para manejo florestal por comunidades e povos tradicionais.
5. Desenvolvimento de tecnologias que melhorem os processos de colheita de produtos.
6. Regulamentar políticas de preços mínimos para produtos não madeireiros.
7. Incluir a madeira de manejo florestal como parte das compras públicas.
8. Regulamentar o manejo florestal para PNM e serviços da floresta.
9. Inventário florestal da Amazônia.

---

**Dia:** 6 de agosto de 2023.

**Local:** Hangar - Sala 8.

**Público:** 91 pessoas.

**Organização proponente:** Associação Multiétnica Wyka Kwara.

**Nome:** Por que não queremos a exploração do petróleo na Amazônia?

**Síntese:** A Amazônia sempre foi explorada desde a colonização, nunca os povos originários desse território protagonizaram os projetos organizados e implementados pelo Estado. A maioria das cidades são empobrecidas, pois não há retorno do investimento para as pessoas amazônicas. Existem inúmeras formas sustentáveis de investir na Amazônia, mas a exploração de petróleo não é uma delas, pois traz riscos aos habitats e nichos ecológicos, podendo ser fatais aos biomas e seus ecossistemas.

#### **Proposições:**

- 1.** Investimento em ações educativas e socioambientais nas comunidades e cidades para ações sustentáveis: valorização das águas e dos rios para a sobrevivência da humanidade.
- 2.** Reeducação de práticas e sentidos, inserção das populações indígenas nas áreas diversas.
- 3.** Criação, nas cidades, de leis efetivas para garantir o direito das populações indígenas em todas as áreas (saúde, educação, trabalho etc.).
- 4.** Investimento em pesquisas para conhecer a sabedoria tradicional e, a partir dela, construir um desenvolvimento realmente sustentável.
- 5.** Criar estratégias de sobrevivência no meio urbano.

### **Amazônias negras – racismo ambiental, povos e comunidades tradicionais**

Objetivo geral: reunir as Amazônias negras, discutir o racismo e colher propostas de combate ao racismo e eliminação da discriminação racial, particularmente o racismo ambiental que acomete os povos negros e comunidades tradicionais da Pan-Amazônia.

O futuro e o presente da Amazônia passam pela vida, pelas análises e pelas questões levantadas pelo povo negro da região. Esta plenária se constrói como forma de apresentar uma posição do povo negro sobre os temas que lhes são mais caros para pensar o desenvolvimento da região. Ela ocorreu como um manifesto por visibilidade, por reconhecimento e pelo fim do racismo.

### **Diagnóstico e discussão**

Em que pesem avanços como os ocorridos no Brasil e Colômbia, onde pessoas negras assumiram postos nas estruturas de poder, onde políticas públicas foram elaboradas para a garantia de direitos, os povos afrodescendentes da Pan-Amazônia continuam sendo desrespeitados pelo Estado e negligenciados do ponto de vista das políticas. O racismo ambiental, entendido como qualquer política, prática ou diretiva que afete ou prejudique de maneira diferenciada (intencional ou não) indivíduos, grupos ou comunidades com base em raça ou cor, continua marcando as relações nos espaços públicos e privados.

A degradação socioambiental gerada pelo modelo de desenvolvimento que desrespeita os interesses dos povos do território e a ação de empresas predadoras geram desigualdades socioambientais que afetam as populações negras das cidades e das áreas rurais e precisam ser urgentemente reparadas. Em todos os países da OTCA, as populações negras lutam para que os governos promovam a igualdade de direitos aos povos afrodescendentes e a erradicação do racismo, garantam a segurança alimentar, o empoderamento do povo negro e cuidem do meio ambiente.

Do ponto de vista internacional, verifica-se o desrespeito a mecanismos internacionais como a Declaração de Durban, documento elaborado

na III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas. A falta de políticas que garantam os territórios das populações negras, que reparem a dívida social, econômica e ambiental, aumenta a situação de fragilidade dessas populações. Sem garantia dos territórios, as populações negras serão vulnerabilizadas frente as mudanças climáticas que se intensificam.

A escola, no contexto da Pan-Amazônia, não tem sido local de construção de respeito à diversidade étnico-racial e diversidade religiosa, e não tem cumprido com a obrigatoriedade do ensino da história da África, do povo negro nas Américas e dos povos indígenas. Há racismo na formação e atuação policial e na atuação do Judiciário, levando ao encarceramento do povo negro. As universidades precisam criar políticas inclusivas para gerar oportunidades para as populações negras, indígenas e outras que foram vulnerabilizadas pelos processos históricos.

As manifestações dos inscritos nas plenárias corroboraram com os problemas apontados pelas falas dos integrantes da mesa. Apontaram que o pensamento uniformizador e rentista é a fonte inicial dos problemas socioambientais, do desrespeito aos direitos humanos e a autonomia dos povos negros e indígenas. Condenaram o viés desenvolvimentista que pensa a Amazônia apenas como uma matriz de insumos e produtos. Alerta-

ram para o fato de que a maioria dos discursos sobre bioeconomia estão calcados numa perspectiva de monetarização dos recursos naturais e, principalmente, da floresta.

## Proposições de políticas públicas

1. Investimento em infraestrutura de saneamento básico e de acesso à água potável.
2. Agir com responsabilidade socioambiental no processo de autorização e implantação de empreendimentos que possam causar danos ambientais: consulta prévia, regulação e fiscalização contínua das atividades, com punição às infrações.
3. Fortalecimento das instituições de ensino como espaços de transformação social: livros didáticos contendo a história da África, do povo negro nas Américas, do povo quilombola, da diversidade cultural e o respeito às diferenças étnico-raciais, religiosas, culturais e de tradições; bolsas/ auxílio de permanência para estudantes negros, incluindo graduação e pós-graduação; criar instrumentos educacionais e normativos para eliminar o racismo e demais violências na atuação policial.
4. Reconhecimento e titulação de territórios quilombolas e demarcação de terras indígenas, com programa de apoio à agricultura familiar.
5. Promoção da reforma agrária, com programa de apoio à agricultura familiar com transição agroecológica.
6. Montar núcleo da Fundação Palmares em uma capital da Amazônia.
7. Montar um núcleo do Ministério da Igualdade Racial em uma capital da Amazônia.
8. Com apoio do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, criar o Instituto Afro-Pan-Amazônico, com sede em uma cidade amazônica de um dos países da Pan-Amazônia e com um núcleo em cidades amazônicas de todos os outros países dessa macrorregião.
9. Reconhecer e combater o racismo em decisões do Judiciário.
10. Regulamentação/aprovação do marco Potmas – Povos Tradicionais de Matriz Africana.
11. Ampliar e fazer cumprir dispositivos legais ligados às trabalhadoras domésticas.
12. Criar programa de inclusão digital.
13. Programa de moradia que atenda todas as famílias sem teto.
14. Busca do pleno emprego.
15. Respeitar o laicidade do estado brasileiro. Estado brasileiro: art. 5º, incisos VI, VII e VIII; art. 19, inciso I; art. 143, §1º; art. 150, inciso VI, alínea b; art. 210, § 1º; e art. 226, § 2º.
16. Governo enviar Proposta de Emenda Constitucional para criar cotas de 40% de cadeiras no parlamento a serem ocupadas por pessoas negras e 40% por mulheres.
17. Agilizar a transição da matriz energética para energia limpa e paralisação da utilização de combustíveis fósseis (petróleo), inclusive na bacia amazônica.
18. Taxar as grandes fortunas e heranças.
19. Aprovar mecanismos que impeçam que os bancos continuem com privilégios para fazer transações ligadas ao capital improdutivo.
20. Ajustar o Plano de Adaptação Climática com participação de organizações do movimento negro.
21. Mudança de modelo econômico, levando em conta o bem viver – Ubuntu – Teko porã – Decrescimento – Florestania – Feminismo decolonial: não à mercantilização de elementos da natureza (água, minérios, madeiras); não ao tráfico de órgãos e de pessoas; não ao consumismo; cooperação acima da competição, respeito à ancestralidade crítica, economia subordinada à ecologia etc.
22. Adotar o paradigma do cuidado: cuidar de si (autocuidado, alimentação, saúde, educação, espiritualidade etc.); cuidar dos outros – não só de seus parentes e amigos –, fortalecendo órgãos do sistema público de educação, saúde e segurança pública que possam atender inclusive estrangeiros; cuidar do planeta (transição dos combustíveis fósseis para energia limpa); proteger florestas de desmatamento e queimadas.

## Proposições de ações coletivas

1. Criação do Comitê de Monitoramento da Amazônia Negra e enfrentamento ao racismo ambiental.
2. Incentivar a juventude a se organizar para atuar nos fóruns/espços de decisão.
3. Colocar no centro do debate o encarceramento da juventude negra.

## Atividades auto-organizadas relacionadas

**Dia:** 4 de agosto de 2023.

**Local:** Hangar – Sala 5.

**Público:** 60 pessoas.

**Organização proponente:** Coordenação das Associações das Comunidades Remanescente de Quilombos do Estado do Pará (Malungu)

**Nome:** Autonomia e proteção territorial quilombola: conflitos trabalhistas e a integridade espacial das comunidades quilombolas no estado do Pará/Brasil.

**Síntese:** A morosidade na tramitação dos processos administrativos referentes à regularização fundiária das comunidades quilombolas, assim como a ausência da consulta livre, prévia e informada, têm acirrado os conflitos nos territórios quilombolas, configurando uma série de violações dos direitos dessas populações tanto no âmbito estadual quanto federal. Desse modo, propõem-se a:

1. Efetivação do direito à titulação quilombola, disposta no artigo 68 do ADCT.
2. Desburocratização dos procedimentos da Fundação Cultural Palmares para fins de emissão da certificação às comunidades quilombolas.
3. Efetivação do direito à consulta livre, prévia e informada determinada na Convenção 169 da OIT.
4. Canais de participação efetivos das comunidades quilombolas nas discussões que envolvam seus direitos: à titulação, à saúde, à educação, à moradia, à segurança alimentar, entre outros.

**Dia:** 4 de agosto de 2023.

**Local:** Hangar – Sala 12.

**Público:** 32 pessoas.

**Organização proponente:** Instituto Ramagem

**Nome:** Diálogos inter-religiosos em defesa do meio ambiente.

**Síntese:** Desafios: formação cidadã, mobilização popular, ações coletivas para que os povos e comunidades possam conhecer e defender coletivamente seus direitos. Problemas: desinformação sobre as temáticas – racismo ambiental e desequilíbrio entre as dimensões econômica e social. Diagnóstico: falta de diálogo entre religiões e povos da floresta (principalmente as institucionalizadas); etnocentrismo cultural e religioso – culmina na intolerância.

**Proposições:**

1. Políticas públicas para combater a intolerância religiosa e para o enfrentamento às desigualdades sociais.
2. Criação de uma rede de coletivos voltados para garantir o direito às comunidades viverem seu sagrado à sua maneira, cultura e saberes. Políticas públicas de valorização dos sujeitos.
3. Políticas públicas de reconhecimento das diversidades.
4. Políticas públicas de formação inter e transdisciplinar em todos os níveis de educação.
5. Políticas públicas de qualificação profissional com ênfase à justiça e racismo ambiental.
6. Criação do Comitê Inter-religioso Pan-Amazônico.
7. Promoção do diálogo inter-religioso no currículo da educação básica.

**Dia:** 4 de agosto de 2023.

**Local:** Hangar – Sala 6.

**Público:** 70 pessoas.

**Organização proponente:** Pogust Goodhead Law Firm.

**Nome:** O papel da justiça climática na preservação da biodiversidade e dos direitos étnico-raciais.

**Síntese:** Após as discussões estabelecidas durante o evento, ficou claro que diversas comunidades ribeirinhas, tradicionais, indígenas e quilombolas são violadas por grandes empresas que atuam na região amazônica. Queremos um futuro com a Amazônia preservada, em que a busca pelo lucro não destrua o meio ambiente e nem o modo de vida dos povos e comunidades tradicionais. Os governos federal e estadual precisam aumentar a fiscalização dessas atividades econômicas, coibir fortemente as ações predatórias que destroem o meio ambiente e proteger os modos de vida tradicionais. Proteger o povo e a natureza da Amazônia representa a proteção da alma do brasileiro. Queremos um futuro em que todos os brasileiros conheçam o valor da Amazônia em pé, protegida e limpa. Proteger a Amazônia é um dever de todos. A sociedade civil organizada deve fomentar campanhas de conscientização para o uso responsável dos bens naturais amazônicos e, além disso, deve denunciar e cobrar das autoridades competentes mais firmeza no combate aos crimes ambientais cometidos no território amazônico. Nossas proposições são:

1. Ações educativas na temática das mudanças climáticas.
2. Fiscalização para coibir empresas e indivíduos que degradam o meio ambiente.
3. Preparar ações de conscientização com a população em geral.

---

**Dia: 4 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Sala 7.**

**Público: 60 pessoas.**

**Organização proponente: Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH).**

**Nome: Territórios quilombolas do estado Pará: diagnóstico, necessidades e prioridade.**

**Síntese:** A dificuldade de efetivação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 e a lotação de profissionais da educação habilitados a trabalhar com comunidades quilombolas foram alguns dos problemas apresentados na atividade auto-organizada. A principal dificuldade relatada pelos representantes quilombolas foi a não titulação coletiva das terras, uma vez que a titularidade individual não condiz com o uso coletivo da terra praticado pelas comunidades tradicionais. O futuro que queremos é: concessão de titularidade

coletiva e a aplicação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

---

**Dia: 4 de agosto de 2023.**

**Local: UFPA – Setorial Básico, Bloco P, Sala PB5.**

**Público: 24 pessoas.**

**Organização proponente: Acrepa – Associação dos Cientistas da Religião do Pará.**

**Nome: Educação, Religião, diversidade e laicidade.**

**Síntese:** Desatacamos como problemas e desafios:

- a) a violência racial em diversos níveis: racismo, racismo religioso, racismo ambiental, racismo institucional etc.;
- b) esquecimento e desvalorização da história das comunidades negras e indígenas no espaço escolar;
- c) retomada de políticas públicas que prestem assistência continuada à saúde das populações de terreiro;
- d) promoção da educação escolar urbana multilíngue e intercultural;
- e) migração forçada;
- f) epistemicídio das populações afro-indígenas;
- g) negatização e invisibilização das identidades afro-indígenas; e
- h) desmatamento, tráfico, exploração mineral, genocídio, escravidão e exploração dos povos tradicionais, aumento da temperatura climática, da criminalidade, contaminação dos rios, solo, fauna etc.

**Proposições:**

1. Criação de cotas para contratação de indígenas brasileiros e estrangeiros e populações afro-diaspórica e com garantia de capacitação da mão de obra.
2. Garantir a horizontalidade dos saberes e a desconstrução da educação ocidentalizada.
3. Criação de uma rede política de povos da Pan-Amazônia.
4. Criar diretrizes curriculares específicas para o ensino religioso laico.
5. Promover atividades e eventos que estimulem o diálogo inter-religioso entre estudantes, professores e membros da comunidade.
6. Estímulo à afirmação da identidade negra e indígena.

---

**Dia:** 5 de agosto de 2023.

**Local:** Hangar — Sala 3.

**Público:** 41 pessoas.

**Organização proponente:** Afaia.

**Nome:** Quem são os Potmas de terreiro no contexto da sustentabilidade amazônica.

**Síntese:** Racismo ambiental, religioso e estrutural; ausência de saneamento básico e falta de regularização dos terreiros estão entre as principais problemática enfrentadas pelos Potmas na Amazônia. Uma das soluções, com reflexo no futuro que almejamos para a Amazônia, está em: desenvolver educação ambiental e religiosa nos diferentes espaços da sociedade, respeitando os Potmas e suas tradições; organizar os povos tradicionais com ações de formação; manutenção das tradições; incentivar pesquisas acadêmicas acerca dos saberes tradicionais dos Potmas; ter direito a cultivar a religiosidade de forma digna; avançar nas políticas públicas. Cuidar e respeitar a Amazônia é um papel de todos.

---

**Dia:** 5 de agosto de 2023.

**Local:** Hangar — Sala 8.

**Público:** 50 pessoas.

**Organização proponente:** Arquia – Associação Remanescente da Comunidade Quilombola da América.

**Nome:** Rede de lideranças quilombolas dos Caetés na luta pela educação escolar quilombola.

**Síntese:** Entre os problemas e desafios estão: estradas em péssimas condições; falta de transporte escolar; péssimas estruturas ou inexistência de escolas nos quilombos; ausência ou não implementação do PPQ e PPPQ; ausência de currículo escolar quilombola; insegurança nas escolas; racismo policial; funcionários que não são quilombolas; ausência de elementos culturais locais; merenda escolar quilombola; falta de consulta prévia às comunidades; modalidade de ensino multisseriado; falta de entendimento do poder público em relação às leis; racismo institucional e falta de energia elétrica no Itamoari. Queremos: merenda escolar culturalmente adequada e proveniente do trabalho de agricultores locais; federalização da rede escolar quilombola fundamentada no art. 5º, inciso I, da Constituição Federal; concursos

específicos/PSS para os quilombolas; extinção do ensino multisseriado; formação continuada antirracista e sobre direitos; titulação dos territórios quilombolas; saneamento e saúde; implantação de secretarias de igualdade racial nos municípios; movimentos quilombolas no Legislativo; valorização do conhecimento tradicional de parteiras e benzedoras, uso de ervas e medicina tradicional; construção coletiva de PPPQ; materiais didáticos com a realidade sociocultural local; audiências públicas; capacitação para promotores de justiça e outros servidores de órgãos públicos sobre educação antirracista e anti-LGBTfobias e a Resolução 08/2012; entendimento e implementação das leis e garantias de direitos das comunidades quilombolas.

---

**Dia:** 5 de agosto de 2023.

**Local:** Hangar — Sala 8.

**Público:** 71 pessoas.

**Organização proponente:** Cáritas Brasileira.

**Nome:** Direito Fundamental à Consulta e Consentimento: Experiências de Povos e Comunidades Tradicionais da Amazônia.

**Síntese:** As lideranças de comunidades tradicionais da Amazônia relataram como problemas: a ausência e violação do direito à consulta prévia, livre e informada; a falta de titulação dos territórios tradicionais e a farsa dos grandes projetos na Amazônia ao se revestirem como sustentáveis, mas que causam graves impactos ao modo de vida das comunidades tradicionais e, conseqüentemente, à natureza. Foram mencionados casos de assédio, invasão, grilagem de terras, ameaças e outras violações de direitos humanos por empresas e pelo próprio Estado. O futuro desejado pelas comunidades tradicionais amazônicas deve respeitar e promover: o direito fundamental à consulta prévia, livre e informada e aos protocolos comunitários-autônomos de consulta; o resgate da identidade; a forma de gestão e governança das comunidades sobre seus territórios, em âmbitos territoriais e ambientais. As comunidades querem determinar a gestão de seu território, segundo um conceito verdadeiramente sustentável e de preservação da natureza, com seus conhecimentos ancestrais e respeitando seu modo de vida. Os povos e comunidades tradicionais têm a natureza e o território como uma

extensão de seus corpos, por isso, a protegem e a salvaguardam. Para garantir que as mudanças climáticas sejam freadas a partir da preservação da Amazônia, é necessário garantir a existência dessas e das futuras gerações das comunidades.

---

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: CASA DAS ARTES.**

**Público: 100 pessoas.**

**Organização proponente: Carimbozeiros.**

**Nome: Carimbó, patrimônio da Amazônia viva.**

**Síntese:** Os fazedores de cultura, por meio da arte e da cultura popular realizam transmissão e salvaguarda das manifestações e das tradições populares. Precisamos de incentivo para esse tipo de ativismo e educação ambiental. A falta de políticas públicas para o patrimônio imaterial do Estado; as dificuldades de diálogos com gestores e a falta de investimentos são alguns dos problemas enfrentados. Queremos ser ouvidos, participar das decisões de políticas públicas para o setor cultural, pois decisões de gestões unilaterais não geram políticas públicas e muito menos democracia. Propomos a: criação da comissão do patrimônio imaterial do Estado; criação do centro de referência dos patrimônios imateriais; investimento no setor cultural material e imaterial. Temos o desafio de fortalecer os comitês de representação dos patrimônios imateriais e consolidar a participação social.

---

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar — Sala 12.**

**Público: 37 pessoas.**

**Organização proponente: MNU e Cesi.**

**Nome: ESG (environmental, social and governance):**  
O futuro que queremos (e precisamos) é amazônida.

**Síntese:** Desigualdade social baseada no racismo estrutural e ciclos econômicos históricos. Esse cenário cria dificuldade em áreas ambientais de saúde, fundiárias, acesso, permanência e progresso na formação acadêmica, barreiras no acesso ao trabalho e, portanto, nega o direito à dignidade da pessoa humana. Problemática: o projeto de desenvolvimento atual da Amazônia opera na desconstrução, invisibilização e não valorização

dos modos de vida dos habitantes. O garimpo, as commodities, a agropecuária e a mineração não respeitam nossos corpos-territórios.

**Proposições:**

1. Incentivo à agricultura familiar e às mulheres agricultoras.
2. Incentivo à pesquisa e extensão de ações educativas de diagnóstico e combate ao racismo, das séries iniciais à pós-graduação.
3. Implementação de mecanismos de fomento ao empreendimento negro.
4. Garantia de participação consultiva e deliberativa do movimento negro na definição das políticas públicas.
5. Incentivos aos sistemas agroflorestais, retirada de subsídios para as commodities de soja, pecuária e mineração.

Queremos uma Amazônia como catalisadora da descarbonização da economia, que cumpra os tratados e acordos internacionais e nacionais já pactuados, como OIT 169, com fortalecimento da participação social, que combata a biopirataria, o desmatamento, a exportação de madeira e o narcotráfico.

---

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar — Sala 3.**

**Público: 100 pessoas.**

**Organização proponente: Ministério do Turismo e Embratur.**

**Nome: Turismo sustentável como ferramenta de empoderamento das comunidades tradicionais amazônicas.**

**Síntese:** É preciso pensar para o turismo um modelo sustentável, regenerativo e de base comunitária de biosocioeconomia circular que coloque o poder nas mãos das comunidades tradicionais, para que estas possam viver e gerar renda a partir de atividades ligadas ao turismo, ao mesmo tempo em que conservam seus biomas e ecossistemas. Desafio: precisamos ampliar o olhar sob o potencial de geração de renda, empregos e conservação do planeta. Seguimos encarando como um problema que outras gerações deverão encarar, ao contrário de abraçar suas potencialidades e os ganhos.



## Proposições:

- 1.** Programa de qualificação com foco no turismo sustentável, inclusão social e governança do turismo nos entes subnacionais.
- 2.** Incentivos fiscais e financeiros para comunidades locais que desenvolvem o turismo sustentável e regenerativo.
- 3.** Incentivos para permitir que os povos tradicionais vivam das atividades turísticas que desempenham.
- 4.** Incentivos às tecnologias para aprimorar a experiência do turista, melhorar a gestão e promoção de destinos turísticos.
- 5.** Criar rotas turísticas transnacionais.
- 6.** Usar a inovação para adotar práticas responsáveis de preservação ambiental, valorização da cultura e patrimônio locais.
- 7.** Elaborar e apoiar metodologias específicas voltadas para o fomento do turismo em comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas.
- 8.** Subsidiar investimentos em tecnologias verdes que ajudem a calcular e reduzir a pegada de carbono do turismo.

### Os povos indígenas das Amazônias: um novo projeto inclusivo para a região

#### Diagnóstico e discussão

A reflexão da plenária começa reconhecendo o esforço do atual governo brasileiro para atender às demandas dos povos indígenas. A criação do Ministério dos Povos Indígenas, a indicação de uma mulher indígena para ocupar a pasta e a indicação de uma mulher indígena para a presidência da Fundação Nacional dos Povos Indígenas são sinais inequívocos do cuidado do atual governo com os povos indígenas. No entanto, o quadro no qual essas instituições precisam atuar é complexo. O governo anterior desenvolveu uma estratégia anti-indígena, negligenciando a política de educação escolar indígena, a política de saúde indígena, especialmente no que se refere à pandemia de Covid-19 que matou cerca de 1.000 pessoas indígenas e representou o projeto de continuidade do genocídio indígena no Brasil.

É preciso urgência para garantir a desintrusão, a demarcação, a preservação e a autonomia dos territórios indígenas. Nesse sentido, a resistência e o protagonismo dos povos indígenas organizados foram fundamentais para o enfrentamento e defesa dos territórios tradicionais, das culturas e das línguas historicamente atacados por diversas frentes econômicas desenvolvimentistas que afetam nossos modos de vida, tais como hidrovias, ferrovias, rodovias, hidrelétricas, linhas de transmissão de energia, garimpo ilegal, ameaças petrolíferas, entre outras.

A Amazônia foi considerada em várias falas como a grande mãe, na concepção ancestral, a *patcha mama*, a Terra como mãe, a mãe de todos os povos. Os povos indígenas pertencem à mãe Terra, são seus filhos, por isso, a mãe Terra não pode ser vendida e nem violentada. A defesa dos territórios indígenas é a defesa da própria Amazônia e a garantia do bem viver. O bem viver significa compreender e respeitar, sem o que a

Amazônia se converterá em lugar de violência. O Estado precisa atuar na proteção dos territórios indígenas, na proteção da *patcha mama*. Sem a proteção efetiva dos territórios indígenas pelos Estados Nacionais, abre-se espaço para a invasão de grupos armados ilegais, do narcotráfico, do aliciamento e tráfico de pessoas, da criminalidade e, por consequência, o enfraquecimento das culturas e, em casos extremos, a extinção dos povos originários. A demarcação dos territórios indígenas é estratégica para a garantia de vida e do bem viver.

#### Proposições de políticas públicas

1. Demarcação de todos os territórios indígenas até 2025 e titulação dos territórios quilombolas reivindicados (destaque para os Xiquitanos do Mato Grosso, na fronteira da Bolívia com esse estado).
2. Dizemos não ao marco temporal.
3. Acesso direto ao financiamento de todas as fontes, incluindo bancos multilaterais de desenvolvimento, e reconhecendo mecanismos financeiros próprios dos povos indígenas.
4. Garantir políticas públicas de proteção e desintrusão dos territórios, de saúde e educação escolar intercultural e de qualidade, sem os quais não será possível pensar estratégias de enfrentamento das mudanças climáticas.
5. Criação da Secretaria Nacional de Educação Escolar Indígena do Brasil.
6. Criar políticas de sociobioeconomia e economia indígena que considerem os conhecimentos ancestrais e a sociobiodiversidade indígena.
7. Elaborar e implementar políticas públicas para os povos indígenas que vivem em contextos urbanos, considerando o aumento expressivo da população indí-

gena em contextos urbanos e o não atendimento dos direitos fundamentais indígenas das pessoas que vivem nas cidades.

8. Elaborar e implementar políticas de valorização e fortalecimento das línguas indígenas, com a co-oficialização das línguas indígenas nos estados e municípios e tradução da Constituição Federal e outros instrumentos jurídicos nas línguas indígenas.
9. O Estado brasileiro deve garantir políticas efetivas de combate ao garimpo ilegal e à contaminação mercurial nos territórios indígenas.
10. Elaboração de programas de gestão dos territórios indígenas e protocolos de consulta como ferramenta de proteção de direitos diante dos assédios de latifundiários e das empresas que negociam créditos de carbono.
11. Criação de grupo de trabalho para a demarcação das terras indígenas.
12. Elaboração de uma agenda dos órgãos de governo com os povos indígenas de Roraima.
13. Viabilização da participação direta dos povos indígenas nos recursos do Fundo Amazônia e outras formas de financiamento que fomentem a preservação da Amazônia.
14. Os Estados Nacionais devem assumir compromisso com a transição energética e ecológica, garantindo a produção de energia limpa como estratégia para não impactar os territórios indígenas com a construção de hidrelétricas ou exploração de petróleo.
15. Garantir a continuidade e ampliação das políticas de ações afirmativas asseguradas na Lei 12.711, de 2012.
16. Fomento das políticas e programas para a educação para as relações étnico-raciais específicas para o contexto indígena.
17. Políticas públicas de financiamento de programas e ações que contemplem as demandas indígenas específicas para a educação básica, ensino superior e pós-graduação.
18. Políticas de financiamento para a luta e apoio à educação escolar indígena, inclusive para as organizações indígenas. É preciso fortalecer a educação escolar indígena para as futuras gerações.

19. A plenária defende uma política de Estado para garantir o financiamento da permanência de estudantes indígenas no ensino superior de acordo com as suas especificidades.
20. Criação da Secretaria Nacional de Educação Escolar Indígena, com garantia do sistema próprio de educação indígena escolar, pois a sustentabilidade passa por pedagogias indígenas diferenciadas e ancestrais.
21. Rever a Política Nacional de Saúde e Educação Escolar Indígena para garantir o atendimento das pessoas indígenas que vivem nas cidades.
22. Pactuação de programas e ações políticas concretas dos países da Pan-Amazônia para frear as mudanças climáticas e para que não cheguemos ao ponto de não retorno.
23. Retirada imediata dos invasores dos territórios indígenas: madeireiros, garimpeiros, grileiros de terras, entre outros, com recuperação das áreas degradadas e reparação e mitigação dos impactos causados.
24. Ampliação das políticas de fiscalização e proteção dos territórios indígenas de invasores, grupos armados ilegais, do narcotráfico, tráfico de pessoas, criminalização e assassinato de lideranças indígenas.

## Proposições de ações coletivas

1. Mobilização das juventudes indígenas para a conscientização sobre a valorização das ancestralidades e das ciências indígenas.
2. Fortalecimento dos movimentos indígenas e dos mecanismos de participação social em todas as instâncias.
3. Elaborar e implementar uma política de educação indígena pautada em princípios da especificidade, diferença, interculturalidade e bilinguismo que possa contribuir para a promoção da conservação e do uso sustentável da Floresta Amazônica.
4. Superação dos currículos escolares que ainda ignoram a proteção ao meio ambiente, o respeito à biodiversidade e a defesa dos direitos dos povos indígenas.

5. Formar lideranças indígenas para atuarem em espaços políticos de poder governamentais e não governamentais.

## Atividades auto-organizadas relacionadas

---

**Dia:** 6 de agosto de 2023.

**Local:** Hangar — Sala 10.

**Público:** 120 pessoas.

**Organização proponente:** Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.

**Nome:** Nunca mais um Judiciário sem nós! O protagonismo da advocacia indígena sobre a proteção territorial e climática.

**Síntese:** A advocacia indígena destaca o avanço da tese do marco temporal no Poder Judiciário e no Poder Legislativo como um dos principais desafios a serem enfrentados. A morosidade na demarcação territorial é outro desafio que se impõe sobre os povos indígenas brasileiros. Os últimos quatro anos de governo anti-indígena prejudicaram profundamente as estruturas de garantia de direitos para a população indígena. Para que o direito à vida e à saúde dos povos indígenas seja garantido, é fundamental que a tese do marco temporal seja enterrada e rechaçada por todas as esferas e poderes do Estado e que as terras indígenas sejam demarcadas. O fortalecimento de mecanismos de proteção ambiental é uma das demandas do movimento, e a advocacia indígena, a união e o apoio do movimento à advocacia indígena fortalecem a atuação e garantem a continuidade dos principais processos em favor da Amazônia brasileira. Segundo Ivo Makuxi: “Nós, advogados, somos uma flecha, mas quem nos lança é o movimento indígena”. O movimento indígena tem formados advogados e advogadas altamente capacitados, mas essa presença ainda é escassa no sistema judiciário. A implementação do direito ao território, à educação, à saúde e à segurança são o passo inicial para que mais profissionais indígenas possam ter formação técnica e combiná-la com a formação política no território. A emergência climática é uma realidade e afeta diretamente os povos indígenas. Impossível, portanto, pensar em soluções para esse desafio sem falar em demarcação de terras indígenas. O Brasil deve assumir o compromisso com a demarcação

territorial como um compromisso climático. Para isso, deve haver uma priorização orçamentária da política indigenista, como pontuou a presidente da Funai, Joênia Wapichana. A Ministra Sônia Guajajara frisou a importância de se construir alternativas de proteção da Amazônia a partir dos direitos culturais e dos modos de vida dos amazônidas. A demarcação de terras indígenas garante a preservação da sociobiodiversidade local e global e é o instrumento mais potente de combate às mudanças climáticas ao alcance do governo federal. Nunca mais um Judiciário sem nós! Nunca mais um Brasil sem nós!

## Atividades auto-organizadas

---

**Dia:** 4 de agosto de 2023.

**Local:** Hangar – Sala 10.

**Público:** 100 pessoas.

**Organização proponente:** Earthday.

**Nome:** Educação climática para a Amazônia e o mundo.

**Síntese:** Desafio: a educação climática deve ser incluída nos currículos das escolas e NDCs dos países; juventude indígena rural e urbana integral motivadas para escolas e universidades verdes.

### Proposições:

1. Juventude integralmente firmada em educação climática para gerar empregos verdes.
2. Paz, igualdade de oportunidades, trabalhos justos e conservação do bioma e povos indígenas.
3. Educação sustentável, igualdade social e inovação para empregos verdes e proteção da flora, fauna, etnias, línguas e conhecimentos originais.
4. Transformar experiências exitosas e conhecimentos tradicionais em políticas de Estado.

Queremos uma Amazônia com igualdade e qualidade de vida justa, saúde humana e para o bioma.

---

**Dia:** 5 de agosto de 2023.

**Local:** Hangar — Sala 6.

**Público:** 70 pessoas.

**Organização proponente:** Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

**Nome:** Proteção social sob a perspectiva dos povos indígenas.

**Síntese:** Como panorama geral, ressaltamos a estratégia central para territorialização e adaptação das políticas e normas do SUAS às especificidades indígenas, a consulta livre, prévio e informado (CLPI) como processo de diálogo constante, devendo ser incorporada às etapas de planejamento, decisão, implementação e monitoramento das políticas de proteção social no Brasil.

#### Proposições:

1. Aplicação da CLPI para aprimoramento à proteção social indígena.
2. Versão comentada da Resolução nº 20/2020, do Conselho Nacional de Assistência Social.
3. Alterar as regras de execução de recursos direcionados às Lanchas da Assistência Social (LAS).
4. Alterar a NOB-RH/Suas para incluir representantes indígenas nas equipes volantes dos Cras, sem a obrigatoriedade do nível médio.
5. Expandir o serviço de equipes volantes nos municípios.
6. Criar um formulário específico para povos indígenas no CadÚnico.
7. Garantir os direitos de povos indígenas em contexto de migração.
8. Reconhecer as práticas ancestrais de saúde dos povos indígenas venezuelanos, em especial, o cuidado e uso de plantas medicinais.
9. Reconhecer títulos de formação profissional dos povos migrantes, revalidar os diplomas.
10. Apoiar a construção de protocolos de consulta.
11. Fortalecer as instituições representativas dos povos indígenas para incidência e diálogo com os órgãos do Estado.

---

**Dia:** 4 de agosto de 2023.

**Local:** Hangar — Sala 12.

**Público:** 50 pessoas.

**Organização proponente:** Sedati/MPI.

**Nome:** Seminário sobre o desafio sobre a proteção de povos e territoriais indígenas.

**Síntese:** Terras indígenas invadidas, criminalização ambiental, conflitos e assassinatos de lideranças por conflitos de terras são alguns dos problemas enfrentados na Amazônia. Propomos a criação:

1. Fórum de Segurança da Amazônia Indígena de direitos transfronteiriços compartilhados no combate de criminalidades e combate a mudanças climáticas e aquecimento global.
2. Mecanismo direto de investimentos.

Queremos uma Amazônia protegida e seus povos com segurança pública garantida, que haja o aumento das penalidades aos invasores, garantia de investimentos à implantação dos PGTA dos povos indígenas, reestruturação da política indigenista com recursos financeiros e humanos suficientes. Buscamos como futuro a participação nas construções coletivas de soluções para reconstrução do bem viver. Ressaltamos que os povos habitantes da Amazônia precisam viver com dignidade, sem medo, livres de atividades ilegais, manejando e protegendo a Amazônia com segurança pública, assegurado penalidades máximas aos criminosos sobre amazônidas e contra seus povos.

---

**Dia:** 5 de agosto de 2023.

**Local:** Hangar – Plenária B.

**Público:** 300 pessoas.

**Organização proponente:** OTCA, Grupo de Trabajo internacional para Protección de Piaci, Ministerio de Povos Indigenas, Sesai, Funai, OPS, OIT, Filac, OACNUDH, Coiab, Raisg.

**Nome:** Modelos de cooperação e perspectivas de Proteção dos Povos Indígenas em Isolamento e Contato Inicial (Piaci).

**Síntese:** Existem registros da presença de 185 Piacis nos países da bacia amazônica, dos quais 66 estão confirmados. Apesar das políti-

cas públicas para sua proteção, são comuns as ameaças, com o/a: avanço de fronteira agropecuária, extração de hidrocarburos, infraestrutura, exploração de madeira e recursos naturais, desmatamento, queimadas, mineração, proselitismo religioso, falta de vontade política, invasão de terras, narcotráfico e crime organizado, iniciativas legislativas que questionam sua existência e proteção. É urgente que os países da bacia amazônica reconheçam a existência de Piacis e implementem programas e políticas públicas articuladas para a proteção de seus direitos. Nesse sentido, recomendamos que isso ocorra em diversos níveis intra e interinstitucionais em cada país e regionalmente na Pan-Amazônia.

### Proposições:

1. Criar espaços participativos para monitorar a implementação das políticas de proteção dos Piacis.
2. Reconhecer as diferentes políticas indígenas de proteção dos Piacis.
3. Garantir a segurança dos defensores de direitos humanos e ambientais.
4. Fortalecer espaços de diálogo existentes.
5. Reconhecer, demarcar e segurar os territórios sob os princípios de integralidade, intangibilidade e conservação das terras com presença de PIA confirmados e não confirmados, povos em contato inicial Piaci e daqueles povos colindantes.
6. Buscar alternativas para agilizar os processos de demarcação dos territórios indígenas.

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar — Sala 5.**

**Público: 70 pessoas.**

**Organização proponente: Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito.**

**Nome: A presença evangélica entre os povos das florestas e das águas.**

**Síntese:** Os processos de evangelização e colonização dos povos originários é um problema enfrentado até hoje pelos povos indígenas. A aculturação e assimilação dos princípios ocidentais reproduzindo lógicas machistas, homofóbicas, racistas etc. também se caracteriza como uma

problemática. Queremos como futuro para a Amazônia que os indígenas evangélicos autônomos tenham as suas escolhas religiosas respeitadas; e que no âmbito da governança do Estado se restrinja a presença de missões religiosas nos territórios indígenas que tenham vínculos com práticas que neguem o pleno direito e a autonomia dos povos originários.

### Proposições:

1. Transformação dos biomas em sujeitos de direitos, sendo as associações, igrejas, organizações indígenas etc. responsáveis legais por garantir juridicamente os direitos dos biomas.
2. Criação de uma rede de formação do observatório da presença evangélica nos territórios.
3. Propor um acordo entre os países para restringir missões religiosas que neguem a autonomia dos povos pan-amazônicos.
4. Garantir diálogos na região pan-amazônica com lideranças indígenas evangélicas.

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar — Plenária B.**

**Público: 300 pessoas.**

**Organização proponente: Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai)/Ministério dos Povos Indígenas (MPI).**

**Nome: A Política de Gestão Ambiental e Territorial Indígena – PNGATI como perspectiva para garantia da posse plena das terras indígenas.**

**Síntese:** Criada por meio do Decreto 7.747/2012, a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI) teve sua implementação paralisada nos últimos anos. No momento atual, de sua retomada, os principais desafios são de financiamento e aumento da institucionalidade, de modo a favorecer seu enorme potencial em termos de integração entre as políticas indigenista e ambiental, construção de estratégias de desenvolvimento sustentável nos biomas brasileiros e contribuição para o enfrentamento às mudanças do clima. Propomos que haja:

1. A Aprovação dos projetos de lei referentes à instituição da PNGATI (PL 4.347/2021) e à regulamentação da atividade indígena de gestão ambiental e territorial de terras indígenas (PL 2.936/2022).
2. Fortalecimento de redes pan-amazônicas de gestão territorial e ambiental de terras indígenas.
3. PNGATI como instrumento de combate às mudanças climáticas.
4. Políticas públicas para a valorização, reconhecimento e incentivo às ações de sociobioeconomia para a sustentabilidade dos territórios indígenas.
5. Criação de unidades de conservação no entorno de terras indígenas.
6. Reconhecimento e protagonismo dos povos indígenas na preservação e conservação dos recursos naturais por meio da gestão ambiental e territorial.
7. Garantir, fortalecer e ampliar o protagonismo das mulheres indígenas nas ações de gestão ambiental e territorial e enfrentamento às mudanças climáticas.

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar — Plenária B.**

**Público: 300 pessoas.**

**Organização proponente: Funai.**

**Nome: As demarcações de terras indígenas no Brasil.**

**Síntese:** Nos últimos anos, a política de reconhecimento dos territórios indígenas no Brasil sofreu o seu pior ataque desde a redemocratização, em 1988. A última gestão não reconheceu nenhuma terra indígena, apesar do grande número de reivindicações fundiárias. Atualmente, o governo brasileiro se esforça para a retomada dessa política pública, com a criação do Ministério dos Povos Indígenas e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Destacamos dois grandes desafios para a Amazônia: gestão do ordenamento fundiário e segurança aos povos e populações.

## **Proposições:**

1. Orçamento adequado para a Funai executar a demarcação e proteger as terras indígenas.
2. Garantia de um quadro técnico de servidores na Funai e no MPI.
3. Garantia de orçamento e recursos humanos para a desintrusão das terras indígenas.
4. Posição contrária à tese do marco temporal.
5. Realização de campanhas e manifestações a favor das demarcações e da proteção das terras indígenas.
6. Apoio com financiamento público e privado para as iniciativas de gestão ambiental e uso sustentável pelos povos indígenas e seus territórios.
7. Estabelecimento de parcerias entre governo, movimento indígena e sociedade civil não indígena para a realização de estudos de identificação e delimitação de terras indígenas.
8. Garantia da proteção das terras indígenas, do usufruto exclusivo indígena e punição dos invasores com identificação dos mandantes.

---

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Parque dos Igarapés.**

**Público: 150 pessoas.**

**Organização proponente: Federação dos Povos Indígenas do Estado do Pará.**

**Nome: Deslocamento Forçado de Povos Indígenas na América do Sul — Sociobioeconomia ancestral como estratégia de defesa dos territórios.**

**Síntese:** Os deslocamentos/retiradas dos povos indígenas são motivados por perseguições políticas, desastres ambientais, invasões das terras originárias, perda de colheitas, escassez de gêneros alimentícios, busca por atenção médica e impossibilidade de geração de renda. Problemáticas e desafios: moradia; acesso à documentação, à saúde e à educação diferenciada; trabalho digno; racismo e xenofobia; barreiras linguísticas; rompimento de laços familiares; reelaboração de estruturas políticas e de parentesco; insegurança alimentar; impossibilidade de geração de renda.

## Propomos:

1. Inclusão de indígenas refugiados e migrantes no escopo de atuação da Funai na Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, na Educação Escolar Indígena e programas habitacionais.
2. Garantia do acesso à justiça.
3. Ações de aproximação entre indígenas venezuelanos e brasileiros.
4. Garantia do direito de consulta, livre, prévia e informada.
5. Inclusão de parteiras e médicos tradicionais nas redes locais de saúde.
6. Criação de espaços de valorização da medicina tradicional.
7. Inclusão e participação de adolescentes indígenas no Projeto Jovem Aprendiz.
8. Apoio na formação de organização de artesãs, de modo que possam concorrer a editais sem a ajuda de intermediários.

**Dia:** 6 de agosto de 2023.

**Local:** Hangar — Sala 10.

**Público:** 60 pessoas.

**Organização proponente:** Coiab.

**Nome:** Planos de ação para Proteção aos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato.

**Síntese:** Pensar políticas públicas para povos indígenas e proteção aos povos indígenas isolados e de Recente Contato – Piacis.

**Problemas:** Existem políticas dos estados amazônicos, mas não existem políticas transfronteiriças que garantam a proteção dos Piacis em áreas de fronteira, conjuntura que gera uma estabilidade à proteção dos povos. Como os Piacis dependem de um ambiente saudável para sua sobrevivência, acabam sofrendo com mais impacto os efeitos das mudanças climáticas. Por esses fatores, é necessário que sejam cumpridos os princípios de não contato e respeitar a autonomia dos Piaci e que haja a promoção de acordos entre os países pan-amazônicos para respeitar tais princípios. Os Piacis precisam de maior contemplação na questão da proteção do território que garanta seu direito à vida conforme suas escolhas, para isso, as organizações indígenas precisam ter uma maior participação na construção de políticas que validem essa proteção.



## “Amazônias urbanas”

O tema Amazônias Urbanas teve grande centralidade em várias atividades ligadas a outros temas, como juventude, Amazônias Negras, entre outros, que se colocou como pertinente ter um espaço específico para o tema a partir das atividades auto-organizadas.

Por isso, a apresentação do conteúdo desse tema será primeiro as auto-organizadas e depois a análise feita pelos relatores e relatoras.

A equipe de relatores foi coordenada pela professora Ana Claudia Cardoso, da UFPA.

### Atividades auto-organizadas

**Dia: 4 de agosto de 2023.**

**Local: Auditório da UFPA.**

**Público: 100 pessoas.**

**Organização proponente: GTA.**

**Nome: Infraestrutura, territórios e direitos socioambientais.**

**Síntese:** Superar a ideia de que infraestrutura é sinônimo de grandes obras de engenharia, caríssimas, altamente visíveis, definidas e executadas pelo governo e por grandes empresas, sem a necessidade de diagnósticos aprofundados sobre riscos socioambientais, viabilidade econômica e alternativas, com transparência e participação ativa da sociedade. Essa abordagem equivocada ainda pode ser observada em casos como o Inventário Hidroelétrico da Bacia do Rio Madeira, que propõe a construção de uma grande barragem binacional na fronteira Brasil e Bolívia.

#### Proposições:

1. Bens e serviços da infraestrutura voltados para melhoria da qualidade de vida, à luz da Agenda 2030.
2. Suspensão de planos para a construção de novas hidrelétricas na Amazônia, considerando seu alto risco socioambiental.

3. Estimular e fortalecer comitês participativos e independentes de monitoramento de impactos de grandes obras e de gestão de território.
4. Garantia do direito à consulta livre, prévia e informada (CLPI).
5. Fortalecer os instrumentos de planejamento participativos.
6. Fortalecer políticas de infraestrutura às cadeias produtivas da sociobiodiversidade.

**Dia: 4 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Sala 12.**

**Público: 70 pessoas.**

**Organização proponente: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da UFPA.**

**Nome: Matapy de ideias insurgentes para o diálogo pan-amazônico.**

**Síntese:** Desafio: soberania e autonomia na gestão do território pan-amazônico. Problemas: o aprofundamento das desigualdades sociais e regional no Brasil e a falta de integração na Pan-Amazônia.

#### Proposições:

1. Construção de um fórum paralelo à COP-30 que permita aprofundar as questões socioambientais e políticas sobre a Pan-Amazônia.
2. Avançar nas políticas de ação afirmativas nas instituições universitárias.
3. Melhorias nos indicadores educacionais.
4. Agenda de articulação dos povos da floresta e desenvolvimento de políticas de preservação socioambientais.
5. Consolidação de uma agenda de desenvolvimento inclusiva. Importante construir com os movimentos sociais e as instituições democráticas um fórum permanente e paralelo que possa permitir amplas discussões críticas sobre o processo de

desenvolvimento socioambiental contemporâneo e indicar novas proposições para as questões climáticas.

**Dia: 4 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar — Sala 4.**

**Público: 60 pessoas.**

**Organização proponente: Rede ODS Brasil.**

**Nome:** Como incorporar a gestão de riscos e resiliência nos municípios amazônicos para mitigar os impactos da mudança do clima e da pesca predatória na saúde e na segurança alimentar e nutricional.

**Síntese:** Os desastres são obstáculos ao desenvolvimento sustentável e aos direitos à vida. Na região amazônica, o aquecimento global induz a uma maior frequência de eventos climáticos extremos e doenças infecciosas, impactando as florestas e a produtividade agrícola e pecuária. Os riscos de desastres não respeitam fronteiras e se propagam através dos territórios e dos setores, gerando falhas em cascada e sistemática. Logo, as cidades não podem desenvolver sua resiliência de maneira isolada às mudanças do clima. É preciso aumentar a compreensão dos governos municipais amazônicos sobre os riscos que enfrentam as comunidades e consolidar suas capacidades de formular políticas públicas de resiliência a desastres. A elaboração de planos locais de resiliência deve ser feita a partir de uma abordagem multissetorial e participativa, que inclui a saúde pública e a segurança alimentar, em alinhamento com o marco de Sendai para a redução do risco de desastres e a Agenda 2030. A sociedade civil e as comunidades são atores essenciais da gestão de riscos. Os saberes ancestrais da população amazônica precisam coexistir com os dados científicos sobre mudança do clima na elaboração de políticas de resiliência. A solidariedade intermunicipal pan-amazônica é essencial para não deixar nenhum território e nenhuma comunidade para trás na construção de cidades resilientes e sustentáveis.

**Dia: 4 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar — Sala 11.**

**Público: 60 pessoas.**

**Organização proponente: Conferência Nacional das Favelas.**

**Nome:** PAC frente à emergência climática: alternativas para saneamento, habitação e transporte na região amazônica.

**Síntese:** Podemos destacar como problemas:

- a) falta de integração entre as políticas públicas de desenvolvimento;
- b) falta um olhar integral, não discriminatório e participativo, de modo a territorializar as políticas públicas;
- c) ausência de informação e participação.

**Desafio:** o PAC deve garantir adaptação, mitigação e resiliência nas infraestruturas urbanas a partir das particularidades locais da Amazônia, sem deixar de levar em consideração as questões de especulação imobiliária e gentrificação. Proposições para o futuro que queremos:

1. Políticas de saneamento básico sustentáveis, com respeito às particularidades das comunidades locais.
2. PAC com planejamento e participação social.
3. Diálogo com as periferias multissetoriais – infância, justiça racial e climática, direito à cidade.
4. Política habitacional que atenda às expectativas das pessoas.
5. Menos concreto e mais floresta.
6. Transporte e saneamento sustentável e de qualidade, considerar o empreendedorismo local das populações locais.
7. Maior articulação entre as redes da sociedade civil e maior diálogo com o setor público.
8. Construção de políticas públicas que viabilizem a noção de progresso a partir de um olhar de justiça ambiental e com respeito às comunidades amazônicas.

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: UFPA, sala 308 Mirante do Rio.**

**Público: 23 pessoas.**

**Organização proponente: UFPA e UFRA.**

**Nome: Avenida Perimetral da Ciência: diálogos sustentáveis na Amazônia.**

**Síntese:** Temos como desafio a integração interinstitucional e comunitária.

**Proposições:**

1. Fomentar a criação de políticas públicas para implantação de hortas escolares comunitárias garantindo segurança alimentar.
2. Elaboração de políticas públicas para capacitação em educação patrimonial.
3. Criação de estratégias de comunicação para fortalecer a articulação interinstitucional e a participação comunitária.
4. Implantar a educação ambiental formal e não formal à luz dos ODS: água e vida silvestre.

Queremos um futuro em que seja estabelecida uma cultura de pertencimento na Avenida Perimetral. A Avenida Perimetral da Ciência é uma possibilidade de tornar o conhecimento ambiental pertinente, contextualizado e real.

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Auditório Arlindo Pinto — UFPA.**

**Público: 60 pessoas.**

**Organização proponente: Fase Amazônia, Fundo Dema, UFPA e Observatório Amazoniçdades.**

**Nome: Cidades sedentas cercadas por águas e outras amazoniçdades.**

**Síntese:** Como diagnóstico, realçamos os problemas de saúde decorrentes do contato com água contaminada; a presença insuficiente do atendimento à saúde entre os ribeirinhos (carência de consultas e de remédios); desconsideração total do processo participativo na revisão do Plano Diretor de Santarém; a adequação da lei aos interesses do setor empresarial e a penalização de agentes sociais que denunciam contaminação por mercúrio, ocorrência da doença da urina preta. A juventude reporta ecoansiedade e informa

que populações periféricas, LGBT+, indígenas e negras são as mais afetadas pelos direitos negados e pelo racismo ambiental. As políticas públicas devem levar em conta as sub-bacias hidrográficas. As práticas dos territórios devem ser reconhecidas e adotadas para inovação nas cidades. Necessidade de articulação entre políticas urbanas e rurais. Não permitir a privatização do saneamento. Os grupos vulneráveis à contaminação querem ações de descontaminação para que possam continuar vivendo onde estão. Acidentes portuários contaminam o ecossistema. Construção colaborativa de estratégias de proteção do território. Diálogo entre as autoridades do Executivo e o movimento social. Controle do risco de ruptura das barragens de rejeitos. Aumento da organização do movimento social para construir ações das mulheres, da juventude e fortalecer o turismo comunitário. Uso da cultura popular como mecanismo de mobilização social. Os jovens são cidadãos e precisam ocupar espaços de decisão. Para garantir a justiça climática, é preciso garantir saúde de corpos e mentes. As mulheres devem se organizar para ocupar mais espaços na política. É preciso internacionalizar a luta para ampliar sua potência.

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Parque Ecológico de Belém.**

**Público: 30 pessoas.**

**Organização proponente: Gape.**

**Nome: Conscientização para preservação do meio ambiente e da vida.**

**Síntese:** Entre os desafios, estão: preservação das áreas verdes na cidade, profissões com consciência ambiental e união das nações amazônicas. Queremos um futuro com: cidades sustentáveis; ambiente integral; empregos e desenvolvimento sustentável; atividades coletivas de preservação e luta pela Amazônia.

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar — Sala 3.**

**Público: 85 pessoas.**

**Organização proponente: Laboratório da Cidade.**

**Nome: Águas e Cidades na Amazônia: Caminhos para um Desenvolvimento Urbano Sustentável.**

**Síntese:** Infraestrutura, saneamento, mudanças climáticas, desmatamento, vulnerabilidades urbanas, urbanização e especulação das áreas naturais e tradicionais são problemáticas, assim como as desigualdades socioambientais, exploração de recursos, conflitos territoriais e racismo ambiental. A falta de governança inclusiva, mudanças climáticas, educação ambiental, inclusão social e racial, participação social, proteção dos territórios e conhecimentos tradicionais são desafios a superar para alcançarmos desenvolvimento sustentável, justiça ambiental e equidade na Amazônia. Acesso à água e saneamento também demandam atenção. Enfrentar essas questões é essencial para um futuro próspero e equitativo na região. Queremos uma Amazônia com: desenvolvimento sustentável das Amazônias urbanas, considerando a diversidade das cidades e o respeito aos saberes tradicionais; garantia de participação ativa da sociedade civil, ativistas e grupos sociais focais (mulheres, juventude, população negra e urbanas) nas decisões e projetos; inclusão de processos participativos desburocratizados; investimentos em infraestrutura sustentável e saneamento básico. Propomos ações coletivas que promovam:

1. Inclusão social e territorial, garantindo os direitos, protegendo a biodiversidade e considerando os saberes tradicionais como inspiração para o desenho de soluções inovadoras.
2. Investimentos em infraestrutura de saneamento baseado na natureza.
3. Fortalecimento da educação ambiental para engajar a sociedade na proteção da Amazônia.
4. Combater o racismo ambiental e promover a inclusão socioeconômica das populações tradicionais.
5. Fortalecer a governança democrática.
6. Investimentos em pesquisa, tecnologia e energia limpa são essenciais.
7. Projeto pan-amazônico que enfrente os impactos das mudanças climáticas de forma integrada.

**Dia:** 5 de agosto de 2023.

**Local:** Hangar — Sala 9.

**Público:** 33 pessoas.

**Organização proponente:** Fórum Parawara de Indígenas em Contexto Urbano.

**Nome:** Apagamentos e Ressurgimentos da Presença Indígena no Contexto Urbano.

**Síntese:** Nem todos os indígenas vivem nos territórios, também resistimos à violência colonial no contexto urbano ou periurbano. Viemos em busca de atendimento médico, educação ou colocação profissional, fomos forçados a migrar pela perda de nossos territórios, pelos assédios, pelas tentativas de integração forçada a uma sociedade na qual sofremos com a exclusão, os apagamentos e o racismo. Tratados como invasores em nosso próprio território, viemos para as periferias das cidades da Amazônia passando a sofrer com a miséria, a falta dos direitos básicos e o racismo ambiental.

**Proposições:**

1. Ações emergenciais que assegurem aos Warao: segurança alimentar, aprendizado da língua portuguesa e inclusão no mercado de trabalho.
2. A criação de um cadastro estadual de indígenas em contexto urbano, com gestão participativa.
3. A inclusão, no SasiSUS, do atendimento ao indígena em contexto urbano.
4. A criação de uma rede de assistência social voltada a indígenas em contextos urbanos.
5. Educação escolar indígena acessível aos indígenas em contexto urbano.
6. Elaboração de um plano estratégico institucional de promoção e valorização das línguas e culturas indígenas.
7. Inclusão de representantes indígenas em contexto urbano nos conselhos gestores e fóruns públicos.

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Sala 10.**

**Público: 100 pessoas.**

**Organização proponente: Ministério do Desenvolvimento Social, Assistência, Família e Combate à Fome.**

**Nome: Sistemas alimentares nos espaços urbanos amazônicos.**

**Síntese:** Entre os problemas e desafios, destacamos: fome, insegurança alimentar e nutricional e violações do direito humano à alimentação adequada e saudável; crescimento desordenado das cidades; sistema alimentar hegemônico que prioriza a produção de commodities. Precisamos ter garantia de acesso à terra, água, produção sustentável de alimentos, renda, assistência técnica, compra pública de alimentos, organização das cidades, acesso a alimentos saudáveis nas cidades, produção e consumo de alimentos saudáveis com mitigação dos efeitos climáticos, produção sustentável de alimentos, proteção da população para o não consumo de alimentos ultraprocessados.

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Sala 8.**

**Público: 60 pessoas.**

**Organização proponente: Ministério de Portos e Aeroportos.**

**Nome: Transporte hidroviário como mecanismo de integração dos povos da Amazônia e de desenvolvimento sustentável.**

**Síntese:** Um dos maiores desafios é garantir uma infraestrutura, como é o caso das hidrovias, que não cause impactos nos rios e na vida dos ribeirinhos, mas que garanta circulação.

**Proposições:**

1. Criação e fomento às organizações dos usuários dos transportes hidroviários.
2. Passe livre para o transporte hidroviário.
3. Rede conectada de portos.
4. Programa de escuta e criação de conselhos dos usuários desse modal de transporte.
5. Geração de novos portos para que a população possa ter acesso a serviços públicos.

6. Criação de rotas, renovação das balsas e barcos de transporte de passageiros.
7. Amazônia integrada e que permita a circulação dos povos que a habitam.
8. Utilização de protocolo de consulta.

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Plenária A.**

**Público: 600 pessoas.**

**Organização proponente: Coiab.**

**Nome: Cúpula da Amazônia.**

**Síntese:** A questão do mercado livre do carbono tem se apresentado como uma problemática e ao mesmo tempo como um desafio, bem como a organização de ação deliberativa para políticas públicas de inclusão de uma rubrica no orçamento da União.

**Proposições:**

1. Garantia de uma Secretaria Federal de Educação Diferenciada e Indígena.
2. Organização de professores da Amazônia e Conselho Deliberativo de Educação Indígena.
3. Políticas públicas de educação.
4. Secretaria de Educação Indígena.
5. Conselho internacional de controle social no qual os indígenas estejam presentes.
6. Ação deliberativa para as questões judiciais, legislativas e executivas para a organização de políticas públicas de indígenas.

Queremos uma Amazônia cuidada a partir do olhar de quem sempre cuidou dela, os indígenas.

---

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Auditório SPU.**

**Público: 8 pessoas.**

**Organização proponente: PPGAU com colaboração da Associação dos Moradores da Vila da Barca.**

**Nome: As vozes da comunidade: reconhecendo a Vila da Barca e os desafios no morar.**

**Síntese:** As ações de projetos habitacionais, como o que está em curso na Vila da Barca, apesar de

relevante à garantia da moradia de qualidade, atrela a perspectiva de melhorias às construções que diferem daquelas a que os moradores estão habituados, dada a ausência de soluções aplicadas às palafitas. Nesse sentido, espera-se por políticas públicas que se adequem a este modo de morar, isto é, que respeitem as dinâmicas sociais e culturais intrínsecas ao lugar em questão. Desejamos que as comunidades urbano/ribeirinhas, não só da Vila da Barca, tenham acesso a moradias de qualidade sem que, para isso, precisem necessariamente desprender-se de suas culturas; e que ocorram ações de valorização dos conhecimentos aplicados à realidade amazônica. Gradativamente, é estruturada a ideia de que o ideal está distante das formas de morar tradicionais. Como futuro, precisamos aprender e progredir sem perder de vista a nossa essência, os conhecimentos próprios da Amazônia; precisamos que as cidades amazônicas vejam o progresso nos conhecimentos tradicionais e não os tornem algozes de problemas urbanos, e é urgente reconhecer de forma coletiva o valor cultural que os diferentes modos de morar possibilitarão a um olhar mais abrangente sobre as diferentes realidades amazônicas e o traçado de novos caminhos.

---

**Dia: 5 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Plenária B.**

**Público: 200 pessoas.**

**Organização proponente: FNEEI-Coiab-Diálogos Amazônicos-Apyeufpa-Fepipa-Ceeind**

**Nome: Educação indígena na Amazônia: estratégias para a agenda global do clima.**

**Síntese:** O princípio básico do desenvolvimento sustentável é a garantia de uma educação própria dos povos indígenas, com práticas ancestrais que garantam a preservação do território e o bem viver indígena. Problema e desafios: os povos indígenas ainda encontram dificuldades em participar na elaboração e na avaliação de políticas públicas para enfrentar os impactos das mudanças climáticas. Os livros didáticos, na sua maioria, dificultam os ensinamentos locais. Não há materiais didáticos específicos nas escolas indígenas que apresentem a sociobiodiversidade e a história contada pelos indígenas. Defendemos um sistema de educação específico que possa garantir as condições necessárias para

fortalecer a educação escolar indígena como um esforço público e um bem comum.

**Proposições:** políticas de educação-saúde-território para que se possa tratar das questões climáticas, sendo resistência. Uma educação de qualidade com direito dos povos, revolucionária que mude as mentes (reflorestarmentes), que possa valorizar os nossos conhecimentos, pois sabemos preservar a natureza e defender a Amazônia. Sistema próprio de ensino em prol de uma educação escolar indígena diferenciada, pois não se pode falar de sustentabilidade quando o aluno bebe água de rio contaminado. Política com a Amazônia que reconheça a nossa história, nossos saberes, nossas línguas. Investimentos de recursos na educação escolar indígena que prepare as futuras gerações para o desenvolvimento sustentável. É importante a participação dos educadores em debates sobre as questões climáticas, com formação contínua e continuada.

---

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Hangar – Plenária A.**

**Público: 200 pessoas.**

**Organização proponente: Avaaz.**

**Nome: Evitando o ponto de não retorno: colocando a Amazônia no centro das metas ambientais globais e garantindo o acesso direto ao financiamento aos povos indígenas.**

**Síntese:** São problemáticas enfrentadas no território: o avanço dos empreendimentos, atividades mineradoras, pecuária e agronegócio nas terras indígenas; enfrentamento de violência de gênero; falta de representatividade; falta de reconhecimento dos valores de ciência ancestral e das mulheres indígenas; envenenamento das florestas, rios, solo e biodiversidade e da alimentação pelos agrotóxicos. Propomos que haja o reconhecimento dos saberes das populações tradicionais como mecanismo para evitar o avanço do desmatamento; união da ciência das universidades com a dos povos das florestas; importância da floresta viva e não somente da floresta em pé; ampliação e disponibilidade dos recursos aos povos tradicionais; sensibilizar as pessoas que vivem no entorno das áreas de proteção sobre a importância dos povos tradicionais no combate ao desmatamento e à proteção da

biodiversidade; a não discriminação das mulheres indígenas; promover recursos e disponibilizá-los aos povos da floresta; demarcação imediata das áreas indígenas; segurança política dos povos originários; erradicar o envenenamento dos rios e dos demais corpos hídricos; fortalecer os povos tradicionais e erradicar a pecuária extensiva e a aceleração da soja na Amazônia.

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Auditório SPU.**

**Público: 20 pessoas.**

**Organização proponente: Coletivo Muiraquitã.**

**Nome: Perspectivas ambientais e de saúde nas periferias das Amazônias urbanas.**

**Síntese:** Os territórios urbanos sofrem com o apagamento da identidade amazônica e, ao não se identificarem com os problemas ambientais do território, suas saúdes são afetadas. As mudanças climáticas afetam principalmente as populações periféricas. Nesse contexto, os sistemas de plantação nas cidades funcionam como uma salvaguarda da biodiversidade local, além de afetarem positivamente o clima da região e o bem-estar. Precisamos de políticas públicas que incentivem a plantação nas cidades, seja de hortas urbanas, sistemas agroflorestais ou criação de animais (como é o caso das abelhas sem ferrão), por meio de financiamento de baixo custo e técnicas de manejo para área urbana. O empoderamento da comunidade passa pelo coletivismo e economia solidária. Portanto, precisamos unificar os saberes de maneira coletiva e integrada, a fim de trocar conhecimentos sobre as diversas realidades da Amazônia. As hortas urbanas no contexto periférico são o ponto inicial para a transformação dos diversos espaços habitados pelas populações amazônicas, principalmente no contexto periférico, resgatando o conhecimento ancestral que desde sempre foi o responsável pela notável diversidade de vida animal ou vegetal na Amazônia.

**Dia: 6 de agosto de 2023.**

**Local: Av. Romulo Maiorana 700 Ed. Vitta Office.**

**Público: 40 pessoas.**

**Organização proponente: Instituto Amazônico de Planejamento e Gestão Urbana e Ambiental.**

**Nome: Planejamento urbano, trabalho social e movimentos sociais na Amazônia: metodologias participativas como apoio aos planos diretores e setoriais dos municípios.**

**Síntese:** Como garantir a participação nos processos de planejamento em territórios urbanos e rurais? Que as populações tradicionais da Amazônia sejam incluídas nos processos de planejamento, de forma que os instrumentos de planejamento sejam efetivamente executados e onde os diálogos entre as populações amazônicas e as instituições será permanente. Como possibilitar a participação das populações nas decisões de planejamento socioambiental nas cidades amazônicas?

- 1.** Criar mecanismos de participação popular de forma efetiva.
- 2.** Restabelecer os fóruns de participação de deliberação coletiva.

**Problemáticas:** desmatamento, garimpo, enchentes, racismo ambiental, desrespeito aos direitos sociais.

**Proposição:** criar um programa nacional de desenvolvimento sustentável. Vislumbramos um futuro em que a região seja respeitada com possibilidade de participação popular, desenvolvimento inclusivo e sustentável.

**Dia:** 6 de agosto de 2023.

**Local:** Auditório UFPA.

**Público:** 60 pessoas.

**Organização proponente:** ESA – Escolas de Samba Associadas.

**Nome:** Carnaval sustentável.

**Síntese:** A necessidade natural de sobrevivência e a lógica capitalista não estabelecem limites para a exploração de territórios de comunidades tradicionais. Garantir os direitos diante de um mundo autoritário e perversamente acumulador é o desafio. Para os povos da floresta, o uso da terra vai além da necessidade de sobrevivência e renda. É também pertencimento cultural e de tradições religiosas. A manutenção da floresta viva como sobrevivência das suas comunidades e preservações climáticas é uma luta pela própria existência.

### Proposições:

1. Políticas públicas consistentes, permanentes, educativas e coercitivas.
2. Investimento em cultura popular nas suas múltiplas linguagens como um caminho libertador.
3. Preservação das tradições culturais com ações da sociedade que estimulem e enalteçam essas manifestações com pertencimento.
4. Promover o Carnaval sustentável em Belém com ações efetivas para não só minimizar o impacto ambiental como também gerar renda para instituições cooperativas de reciclagem.



## Síntese dos debates das Amazônias Urbanas

Texto construído a partir da sistematização da professora Ana Claudia Cardoso, da UFPA.

### Diagnóstico e discussão

Na Amazônia, vilas e territórios sempre estiveram articulados entre si e com as cidades, e hoje formam um espaço periurbano estendido que não é reconhecido por políticas públicas. As políticas urbanas brasileiras seguem a referência hegemônica euroamericana e são orientadas pela dicotomia urbano-rural, favorecendo a visão da floresta como terra disponível, supostamente vazia. A pressão da indústria extrativa sobre os territórios periféricos e periurbanos promove a contaminação de águas e solos e coloca em risco a subsistência das populações. Sem esses bens primários, os povos da floresta são transformados em pobres periféricos nas cidades.

As cidades foram historicamente organizadas a partir dos modelos externos e sempre desprezaram rios e matas, transformaram rios internos em canais, impermeabilizaram e reduziram áreas vegetadas, potencializando inundações, perdas para populações que vivem nas áreas informais (aquelas rejeitadas pelo mercado por serem vulneráveis às inundações) e o aumento de temperatura. Há o registro de doenças por qualquer tipo de contato com águas contaminadas por rejeitos de mineração, agrotóxicos, antibióticos, esgotos, resíduos. Há populações com sede por falta de filtros e tecnologias de descontaminação.

A juventude urbana apresenta o diagnóstico de ecoansiedade, pela falta de perspectivas de futuro, para pessoas racializadas e LGBTQIA+. As comunidades periurbanas e periféricas são submetidas a custos elevados e jornadas longas de mobilidade por falta de solução de transporte intramunicipal. Quando forçados a mudar para as periferias das cidades (desterritorializados, vítimas de conflitos etc.), ocupam lotes exíguos em áreas não desejadas pelo mercado (várzeas, encostas, aterros sanitários) e se tornam miseráveis. Nas cidades, não há espaços que permi-

tam a produção de alimentos ou a aplicação de conhecimentos próprios da floresta.

Os repertórios adotados nas cidades são importados de outros contextos e negam o ecossistema (formas de morar e prover infraestrutura, formas de lazer, formas de trabalhar). As administrações públicas priorizam soluções de curto prazo e dentro de portfólios já conhecidos, carecem de informação e de capacitação para inovar, não são capazes de imaginar soluções porque não dialogam com os territórios. Habitantes de áreas urbanas consolidadas agem como se vivessem em outro contexto socioambiental, enquanto nas periferias e áreas periurbanas as mudanças são rápidas e trágicas. Há uma história de perdas e danos.

A situação é muito grave. Há duas lógicas sobrepostas na Pan-Amazônia, a da urbanização hegemônica, que destaca as cidades e a logística, e hoje é sustentada pelo grande extrativismo. Deste ponto de vista, há reclamação do isolamento político e geográfico das cidades e busca por financiamento para superação de carências nas periferias. De outro ponto de vista, existe uma urbanização de baixa densidade capaz de coexistir com a floresta, na qual não há isolamento, há uma articulação entre vilas, localidades e cidades, que, no passado, permitiu a drenagem de produtos da floresta para as cidades.

Hoje, está em curso uma transição das formas de produzir milenares para o grande extrativismo e as cidades da região são periferias distantes dos grandes centros de comando. Dentro dos países, as populações amazônicas são uma sub-representação e contam com muitas dificuldades de articulação interna e regional e transnacional. A violência contra corpos humanos, flora, fauna e rios é banalizada. Grandes rios, como o Amazonas, têm suas fontes afetadas pela mineração. A contaminação de rios dentro e fora das cidades é progressiva. Os protocolos dos países de origem das empresas

deveriam ser aplicados nas suas áreas de atuação na Amazônia. O problema das cidades é a ponta de um iceberg que esconde racismo ambiental, uma perspectiva antropocêntrica que não se sustenta diante das crises já colocadas neste século e aparatos de poder opressores.

## Proposições de políticas públicas

1. Elaborar políticas públicas que articulem cidade, campo, floresta e rios e que superem a dicotomia urbano e rural.
2. Investir nos centros de pesquisa e ensino para melhorar os mecanismos de levantamento, armazenamento, sistematização e disponibilidade de dados confiáveis sobre a realidade dos municípios.
3. Investir em programas e políticas para viabilizar o ordenamento territorial considerando, entre outros aspectos, a gestão da água.
4. Elaboração de um estatuto das cidades para os municípios amazônicos.
5. Elaborar políticas públicas ajustadas ao contexto amazônico, intensivas em sociotecnologias, com atenção especial à água e com mecanismos de combate ao racismo ambiental.
6. Fomentar o diálogo com países ricos no sentido de incentivar a reciclagem e diminuir o consumo de produtos que aumentam a pressão sobre os territórios e os ecossistemas da Amazônia.
7. Priorizar programas e políticas que considerem o combate aos conflitos, a erradicação do extrativismo predatório, a erradicação do racismo ambiental e que

incentivem estratégias de reflorestamento para atendimento de necessidades locais como construção de moradias e embarcações, por exemplo.

8. Fomentar a pesquisa para subsidiar o planejamento e o diálogo com os territórios e a construção de políticas transfronteiriças que respeitem a cosmovisão de povos que não reconhecem fronteiras.

## Proposições de ações coletivas

1. Criar espaços de escuta e participação de todos os segmentos da sociedade, incluindo a juventude, as mulheres, as populações negras, as comunidades periurbanas e grupos organizados, que denunciam temas importantes como a contaminação das águas e a exclusão política.
2. Promover iniciativas desenvolvidas por movimentos sociais e comunidades da Amazônia sobre manejo florestal, manejo da pesca, uso de produtos da floresta para alimentação (ex.: cozinhas coletivas), fabricação de utensílios e artesanatos, uso de plantas e outros produtos na medicina popular.
3. Criar espaços de diálogos e trocas de experiências entre municípios da Pan-Amazônia.
4. Buscar apoio para a cooperação entre movimentos sociais e academia para acelerar a produção e sistematização de informações, o desenvolvimento de protocolos e sociotecnologias de monitoramento que tornem os processos em curso mais transparentes.

# Feira da sociobiodiversidade: intercâmbio de saberes, participação social e geração de renda nos diálogos amazônicos

Flávio Bezerra Barros<sup>3</sup>

Os chefes de Estado dos países que compõem a Pan-Amazônia, provocados pelo governo brasileiro, promoveram os Diálogos Amazônicos no contexto da Cúpula da Amazônia. O referido evento foi uma espécie de preparação para a realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que ocorrerá em Belém, no Pará, em novembro de 2025. Para o governo do Brasil, as pautas do clima e da proteção do meio ambiente têm sido de grande relevância para pensar uma governança ambiental em conexão com as políticas públicas de desenvolvimento, políticas internacionais, economia, combate à fome e às desigualdades sociais. É meta do GF zerar o desmatamento na Amazônia brasileira até 2030. Nesse contexto, considerando os Diálogos Amazônicos, que compôs um evento dentro da Cúpula, teve como objetivo reunir a sociedade civil em torno de temas estratégicos para a discussão das problemáticas comuns e distintas que afetam os países pan-amazônicos e propor caminhos possíveis.

Com efeito, fez-se necessário promover forte articulação com a sociedade civil com vistas a garantir a participação de todos e todas, ainda mais considerando que, nos últimos 4 anos, as políticas ambientais do Brasil não estavam promovendo ações de proteção da Amazônia e dos territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais, acarretando diversas consequências negativas às sociedades amazônicas, inclusive maculando a imagem do Brasil em esfera internacional, fragilizando relações bilaterais e de cooperação com (e entre) os países.

Para o desenvolvimento dos trabalhos, a convite da Secretaria-Geral da Presidência da República, foram conduzidas reuniões com a presença de representantes de diversos segmentos da sociedade e dos governos municipal (Belém), estadual (Pará) e federal. Tais reuniões tiveram como objetivo ouvir as demandas das organizações, tanto do campo como da cidade, em termos de logística e infraestrutura, metodologias das atividades auto-organizadas (aquelas propostas pelas organizações representativas dos movimentos sociais, mas também dos governos em diálogo com a sociedade) e demais formas de apoio.

Com efeito, surgiu nesse processo a proposição de organização de uma feira que pudesse agregar a participação de diversos grupos sociais das mais distintas partes da Amazônia para estimular o diálogo de saberes, trocas de experiências, aprendizados com geração de renda por meio da comercialização de produtos, além de promover a visibilidade e o contato de expositores com o público em geral. A essa atividade que integrou os Diálogos Amazônicos, chamamos de **Feira da Sociobiodiversidade**. Assim, esse componente do relatório tem como objetivo apresentar os resultados alcançados no âmbito da feira, ocorrida durante os Diálogos Amazônicos, no período de 4 a 6 de agosto, no Hangar – Centro de Convenções da Amazônia, em Belém, Pará.

## Contexto e metodologia

Por que Feira da Sociobiodiversidade? Sociobiodiversidade é um conceito que envolve a relação

<sup>3</sup> Professor Associado do INEAF/UFPA e Pesquisador do CNPq (Nível 2). Atuou como consultor da FAO/ONU para os Diálogos Amazônicos. E-mail: flaviobb@ufpa.br.

entre a diversidade biológica, os sistemas agrícolas tradicionais (agrobiodiversidade) e o uso e manejo desses recursos junto com o conhecimento e cultura das populações tradicionais e agricultores familiares. São “bens e serviços gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse de povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem” (Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade – MDA/MMA/MDS).

Esse conceito surge no Brasil a partir de uma agenda das comunidades e dos movimentos sociais com a finalidade de anunciar que a biodiversidade não se sustenta sem a coexistência humana e sem a participação do povo renovando, manejando e cuidando da natureza. Tal perspectiva é ancorada dentro dos princípios da agroecologia e, nesse contexto, políticas e programas foram adotados pelo governo brasileiro desde o início dos anos 2000, como, por exemplo, o Programa de Garantia do Preço Mínimo dos Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio) e o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade.

A proposição de organizar a referida atividade durante os Diálogos Amazônicos tem sua origem na reflexão e diálogo da Secretaria-Geral da Presidência da República, membros do Itamaraty e da consultoria contratada, com a finalidade de promoção de mais um espaço de participação e inclusão social dentro do evento.

Para tanto, adotamos estratégias fundamentais para conduzir o processo de participação das comunidades nesse empreendimento. Nesse contexto, os princípios e diretrizes adotados para a participação foram os seguintes: equilíbrio de gênero e geração estimulando a inclusão das mulheres e a diversidade geracional durante a feira; a diversidade territorial, de unidades da federação, de países e de etnias, justamente para permitir uma participação de todos e todas; a diversidade de produtos e de formação política e organizacional dos grupos participantes, pois a feira tinha a finalidade também de servir como arena de intercâmbio de saberes; a perspectiva da economia solidária e

criativa; a ancoragem na sustentabilidade a partir de relações harmoniosas com a natureza; e, por último e não menos importante, considerar o grau de vulnerabilidade de determinados grupos que seguem na luta pela defesa de seus territórios.

Partindo dessas diretrizes, mapeamos as comunidades e suas organizações para participarem da feira, adotando sempre a dinâmica de consultar e convidar duas pessoas representantes, a fim de permitir o revezamento e a possibilidade de os expositores participarem de outras atividades dentro dos Diálogos Amazônicos. Em seguida, partimos para o mapeamento de parcerias e apoiadores que pudessem financiar a participação dos grupos que viriam dos mais distintos lugares da Amazônia. Os referidos apoios incluíam passagens aéreas, fluviais, rodoviárias, alimentação e hospedagem. Todo esse processo envolveu ainda um cuidadoso esquema de comunicação para que os convidados e convidadas se apropriassem dos objetivos da atividade específica, mas também do contexto do evento maior.

A feira ocorreu no Hangar – Centro de Convenções da Amazônia, e contou com 40 barracas de palete que mediam 1 x 1,60 m, as quais foram doadas pela Secretaria de Estado de Cultura do Pará e Sebrae/PA. Ficaram dispostas num corredor estratégico, do lado direito da entrada do Hangar, permitindo que os participantes do evento, ao circularem pelo recinto, encontrassem os expositores. O Sebrae/PA também contribuiu com a qualidade visual da feira, doando as testeiras das barracas, que continham o nome da feira e logomarcas do evento, e a identificação de cada empreendimento (nome da organização e local). A beleza visual das barracas ficou por conta das comunidades, que as enfeitaram com toda a sorte de adereços, placas, cartazes, artesanatos e produtos.

Houve também um investimento na orientação aos expositores quanto à organicidade da feira, quando explicamos regras de segurança, dinâmica, horários e procedimentos para que tudo ocorresse a contento. Da mesma forma, também orientamos quanto às regras e procedimentos de voos e deslocamentos, quantidade e formas de organização dos produtos a serem expostos e comercializados para atender às normas de vigilância sanitária e do próprio Hangar, bem como prestação de contas, para que ninguém ficasse com pendências junto às instituições financiadoras.

Outro elemento importante guarda relação com a logística de traslados dos convidados em Belém. Neste caso, contamos com a colaboração importantíssima do Ideflor-Bio (Instituto do Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará), que viabilizou apoio de carros e micro-ônibus com combustível e motoristas para dar esse suporte aos participantes, levando-os do hotel ou alojamento ao Hangar e de volta, e também nos trechos aeroporto-rodoviária-hotel/alojamento-aeroporto/rodoviária. Quanto às hospedagens e alojamentos, além de contar com o apoio das instituições, contamos com a solidariedade de parceiros e amigos que acolheram alguns expositores em suas residências, fomentando a hospedagem solidária, uma vez que hospedagens, além de caras, estavam escassas durante o evento.

Outro elemento de cunho metodológico interessante que ocorreu durante a feira foi a realização de uma roda de conversa (05/08/23, pela manhã) com os participantes para que socializassem uma breve avaliação da feira, expondo os desafios, as experiências e a importância de uma iniciativa dessa magnitude para o fortalecimento de processos de valorização da produção, visibilidade e comercialização de produtos agroecológicos, biodiversos e culturais. A roda de conversa fora coordenada conjuntamente pelo MDA, GIZ – Cooperação Alemã e a curadoria da feira. Ao final, todos receberam uma cartilha sobre como potencializar a participação de comunidades em feiras dessa natureza, fortalecendo processos.

No decorrer do andamento da feira, outros grupos e movimentos sociais não oficialmente contatados apareceram reivindicando barracas para expo-

rem suas produções, o que não era mais possível àquela altura. Porém, conseguimos negociar com alguns setores do Hangar e com a produção do evento para, aos poucos e discretamente, ceder espaços no chão para que esses grupos, sobretudo de povos indígenas, pudessem expor suas produções. Assim, a feira foi tomando corpo e grandiosidade na medida em que os Diálogos Amazônicos seguiam seu transcurso. Via-se pelo chão uma diversidade de grupos étnicos, mulheres, homens e jovens comercializando e expondo os frutos de seu trabalho e identidades culturais emergidos dos mais distintos territórios amazônicos. As mulheres Kayapó roubaram a cena, atraindo gentes de todos os cantos para elaborarem suas pinturas com grafismos e motivos da cultura Kayapó, cujos preços variavam de acordo com o tamanho e desenho escolhidos.

## Resultados e metas alcançados

Ao todo, foram 40 barracas ocupadas por grupos comunitários, associações e movimentos sociais que vieram de várias partes da Amazônia brasileira, conforme quadro abaixo. Não tivemos participação de representantes dos demais países amazônicos. Avaliamos que a feira foi um sucesso, mas que esse êxito esteve atrelado a uma rede de colaboração que nasceu forte entre as instituições e a equipe organizadora. Houve muita gente empenhada para que o empreendimento desse certo. Além dos apoios financeiros para passagens, alimentação e hospedagem, conseguimos apoio para a confecção de camisetas para os participantes, como a Caixa Econômica Federal e a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp).

**Quadro 9: Grupos comunitários e organizações que participaram da Feira da Sociobiodiversidade durante os Diálogos Amazônicos (Dados: Flávio Barros.)**

Barraca	ESTADO	ORGANIZAÇÃO	APOIO FINANCEIRO
1	Mato Grosso	ArtGi – Empreendimento Sustentável	Secretaria de Cultura de Mato Grosso
2	Mato Grosso	Povos indígenas de diversas etnias de Mato Grosso	Secretaria de Cultura de Mato Grosso
3	Acre	Resex Chico Mendes – seringueiros e artesãos	ICMBio
4	Amazonas	Resex Médio Juruá – populações extrativistas	ICMBio
5	Rondônia	Resex Lago do Cuniã – populações extrativistas	ICMBio
6	Pará	Reservas Extrativistas da Terra do Meio - ribeirinhos	ICMBio
7	Maranhão	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu- MIQCB	GIZ –Cooperação Alemã
8	Amapá	Articulação de Mulheres Extrativistas do Amapá	GIZ –Cooperação Alemã
9	Amapá	Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB	MAB
10	Tocantins	Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB	MAB
11	Pará	Artesãos de Miriti	Prefeitura Municipal de Abaetetuba/PA
12	Pará	Artesãos de Limoeiro do Ajuru	Prefeitura Municipal de Limoeiro do Ajuru
13	Pará	Fazedeiras de Cuia	Prefeitura Municipal de Abaetetuba/PA
14	Pará	Grupo de Mulheres Girassol – PDS Esperança/ Anapu/PA	GIZ –Cooperação Alemã
15	Pará	Rede Bragantina/Ecrama	Sebrae/PA
16	Pará	Trançados do Arapiuns	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade/PA
17	Pará	Tranças de Ouro	Sebrae/PA
18	Pará	Sementes do Quilombo/Malungu	Sebrae/PA
19	Pará	Produtores de Farinha de Bragança	Prefeitura Municipal de Bragança
20	Pará	Cooperativa d’ Irituia	Sebrae/PA

21	Pará	Mulheres Indígenas Warao	Instituto Internacional de Educação do Brasil
22	Pará	Povos Indígenas do Xingu/Parakanã, Arara e Asurini	Funai
23	Pará	Articulação de Mulheres Extrativistas do Pará	GIZ –Cooperação Alemã
24	Pará	Filha do Combu	Prefeitura de Belém
25	Pará	Fibras da Amazônia	Prefeitura de Belém
26	Pará	Povos Indígenas Guarani e Tembé	Federação dos Povos Indígenas do Pará - Fepipa
27	Pará	Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes - Apacc	Apacc
28	Pará	Chocolates Xingu e Kakao Blumenn	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade/PA
29	Pará	Povos Indígenas do Xingu (Xipayá, Asurini e Arara)	Instituto Socioambiental (ISA)
30	Pará	Povos Indígenas do Xingu (Xipayá, Asurini e Arara)	Instituto Socioambiental (ISA)
31	Pará	Economia Solidária de Mulheres	Economia Solidária de Mulheres
32	Pará	Economia Solidária de Mulheres	Economia Solidária de Mulheres
33	Pará	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST	MST
34	Pará	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MS	MST
35	Pará	Articulação Pretas Paridas	Articulação Pretas Paridas
36		Articulação Pretas Paridas	Articulação Pretas Paridas
37	Pará	Movimento Camponês Popular – MCP	MCP
38	Pará	Cáritas/CNBB – Comunidades quilombolas e de agricultores familiares	Cáritas/CNBB
39	Pará	Conselho Indígena Tapajós-Arapiuns - Cita	Cita
40	Pará	Da Tribu	Da Tribu

Todas as 40 barracas foram ocupadas desde o primeiro dia da feira. A diversidade de participantes compreendeu grupos de mulheres, representantes de povos indígenas e comunidades tradicionais, além de agricultores familiares e movimentos sociais. Para alguns grupos, essa foi a primeira experiência de participação em feira, como, por exemplo, as fazendeiras de cuia de Abaetetuba, que estão em processo de reconhecimento de sua categoria social enquanto povos tradicionais.

A atividade proporcionou experiências muito ricas de troca de saberes entre os participantes, que puderam demonstrar usos diversos da sociobiodiversidade na elaboração de alimentos, óleos, cosméticos, remédios, artesanatos, entre outros. Essas experiências também disseram respeito aos processos de desenvolvimento dos produtos, desafios de comercialização e agregação de valor e outros elementos de êxito e fragilidades. Uma das imagens mais marcantes registradas durante a feira foi o encantamento das mulheres Kayapó com os produtos das quebradeiras de coco babaçu.

No domingo, dia 6 de agosto/2023, um aglomerado de mulheres se formou em torno da barraca do MIQCB para conhecer, comprar e experimentar no cabelo e corpo o óleo orgânico de babaçu produzido pelas quebradeiras. Uma liderança Kayapó, Bepdjan Kayapó, se encarregou de traduzir a conversa entre as quebradeiras e as mulheres Kayapó, que acabaram por comprar diversas garrafas de óleo para levar para as aldeias no sul do Pará. Viam-se claramente as quebradeiras ensinando todo o processo, desde a coleta até a preparação do óleo e mesocarpo de babaçu.

Outro ponto colocado pelos convidados foi com relação ao sucesso de venda. No sábado (5/08/23), ao final da tarde, haviam grupos comunicando que já não tinham produtos para vender no domingo, tão grande o sucesso de vendas. Por exemplo, as mulheres indígenas da etnia Warao (refugiadas da Venezuela), que têm buscado reconstruir suas histórias de vida no contexto urbano da cidade de Belém, venderam R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) durante os 3 dias de feira, pois estão conseguindo adquirir as fibras de buriti (*Mauritia flexuosa*) em algumas regiões do interior paraense, próximas da capital, para reproduzirem seus artesanatos, como redes,

esteiras e utilitários. Usavam na Venezuela essa mesma palmeira, que igualmente ocorre lá. As mulheres da Ilha do Marajó venderam cerca de R\$ 2.500,00, quando sua expectativa era vender em torno de R\$ 300,00 em biojoias. Já o grupo de mulheres extrativistas do Amapá, que comercializaram produtos cosméticos, como sabonetes, óleos e pomadas de produtos da sociobiodiversidade, como andiroba, pracaxi, breu branco e copaíba, comercializaram R\$ 11.000,00. Muitos grupos se queixaram por não terem trazido mais produtos para atender as demandas.

As avaliações também envolveram relatos de amizade, o desafio de viajar pela primeira vez de avião, o fato de apresentarem seu produto e identidade cultural para pessoas de todo o Brasil e do mundo, a possibilidade de encontrar, conversar e conhecer pessoas famosas e importantes, como políticos, ministros, cientistas, lideranças indígenas e de camponeses, e poder fazer fotos com essas figuras. Muitos expositores, em face da qualidade de seus produtos e histórias de vida e relação sustentável com a Floresta Amazônica, receberam convites para participarem de outras feiras em outros estados, e até ministrar oficinas em outras partes do Brasil (Bahia) e do mundo, Nova York/USA, como foi o caso das mulheres do Grupo Girassol, de Anapu/PA, território onde fora assassinada a líder religiosa Dorothy Stang.



A seguir apresentamos alguns relatos de avaliação de participantes da feira.

“

*Bom dia. Sou Gleiciane. Não tem nem como expressar como foi bom essa feira da sociobiodiversidade aí na capital, Belém. Só temos a dizer muita gratidão. A avaliação foi 1.000. Amei demais. Nós amamos demais. Fico agradecida. A gente superou todas as expectativas. Eu acho que todo mundo ficou feliz. Aonde a gente passava nas bancas percebia que todo mundo estava feliz. Foi uma feira muito, muito boa. E que venha a acontecer mais eventos pra gente estar passando nossa cultura, nossos trabalhos, nossos artesanatos, não somente para nós, mas porque vem gente de fora, e acho que todo mundo levou isso como uma oportunidade que nos foi oferecida. Agradecer a toda organização pelo empenho, e que todos possam estar abrindo mais oportunidades e que a gente possa participar de mais eventos. Parabéns a todos. Estamos todos gratos.*

”

Gleiciane, Grupo Girassol, PDS Esperança, Anapu/PA, por WhatsApp.

“

*Boa noite, professor Flávio. Desculpe o horário. Pegamos as avaliações dos grupos representantes das organizações-membro que estiveram na feira. Também vai aqui a minha avaliação. Como aspectos positivos, destacaram os novos aprendizados, a experiência em vendas, principalmente da comunicação com o consumidor, de falar dos produtos, a máquina de cartão e o aplicativo do pix. A experiência de estar com os povos de outros países da Amazônia e ver a diversidade desses povos e de seus produtos, a oportunidade de discutir políticas públicas, principalmente para comunidades quilombolas. Outro aspecto positivo foi a avaliação dos consumidores, destacando a apresentação dos produtos, a embalagem, a qualidade dos produtos, o fato de conhecer e provar, como a castanha-do-pará e o beiju. O fato de estar apresentando vários membros da Rede Bragantina e que muitos gostariam dessa oportunidade e apenas alguns tiveram. Um desafio é a saída da comunidade para vir a Belém. Nesse caso, foi oportuno o apoio das instituições para viabilizar a participação de alguns representantes.*

”

Sra. Nazaré, da Rede Bragantina/Ecrama, região de Salgado/PA, por WhatsApp.

“

Boa tarde, professor Flávio. Aqui é a Josimary, a moça que participou junto com a Josineia. A minha opinião é que a nossa participação na feira foi muito boa para a visibilidade, as nossas vendas foram excelentes. A gente acabou tendo uma venda muito boa. Várias pessoas e muitos interessados. Houve muito contato. A visibilidade foi muito boa. Na parceria com o Sebrae, a gente teve um pouco de dualidade porque alguns estabelecimentos não tinham notas fiscais, então, foi um pouco difícil pra prestar contas com o Sebrae. As oportunidades de negócio que a gente teve, a parceria. Essa parceria com o Sebrae foi ótima. Sem esse apoio, a gente não conseguiria ter ido, porque os custos são altos. A gente viu que vai poder incentivar outras pessoas a partir daqui pra gente melhorar, pra ter uma demanda maior de peças. Vamos incentivar outras a participarem do grupo para que numa próxima tenhamos a chance de melhor a quantidade de peças. A gente também sabe que essas feiras acabam abrindo uma gama grande de oportunidades e vendas. Isso, pra gente, é uma oportunidade excelente. Saber que nosso trabalho está sendo visto no mundo todo e a questão não somente da venda, mas do visual. O acolhimento foi excelente. Quando chegamos à feira, fomos muito bem acolhidas. A limpeza estava excelente. Agradeço-lhe e muito obrigado pela oportunidade. Também agradeço à Josineia, porque ela poderia ter chamado outra pessoa, mas me chamou.

Josimary, do Grupo Fios de Ouro, Cametá/PA, por WhatsApp.

”

“

Oi, professor, é a Josineia. Eu gostaria de contribuir com uma avaliação da nossa participação na feira porque, através da feira, como a Meire já falou, nossos produtos terão mais visibilidade não somente no Pará, mas fora do Brasil, no mundo todo. Para nós, como pequenos artesãos, que estamos começando, pra nós, é importante porque através dessa feira podemos estar divulgando o projeto Tranças de Ouro, porque é um projeto, como o senhor sabe, começou através de apoio e agora está indo pra fora, que a Professora Meire nos apresentou pro senhor. Só temos a agradecer, pois fomos muito bem recebidos pelas pessoas que nos acolheram. Agradeço não somente a vocês, mas a Deus. E que nunca se esquece de nós... As portas estão se abrindo pra gente.

Josineia, do grupo Tranças de Ouro, Cametá/PA, pelo WhatsApp.

”

## Alguns apontamentos finais

Consideramos que a feira conseguiu atingir seu objetivo central de protagonizar a participação social com inclusão, geração de renda, promoção de diálogo de saberes e fortalecimento de experiências solidárias e agroecológicas entre as comunidades, suas organizações e os diversos setores da sociedade e dos governos. Apesar do pouco tempo para organização do empreendimento, com metodologias participativas, construção de redes de colaboração e engajamento social de todos os envolvidos, a feira trouxe um brilho especial para os Diálogos Amazônicos, sendo, sobretudo, um ponto de convergência e encontro de povos, experiências e produtos elaborados com justiça social, sustentabilidade e trabalho justo.

Como pontos de fragilidade, apontamos o pequeno espaço para exposição, a falta de mais tempo para uma melhor organização, a ausência e a falta de apoio dos estados amazônicos apoiando iniciativas das demais unidades da federação que compõem a Amazônia Legal.

A feira foi um laboratório e exercício para demonstrar a força dos povos e das culturas da Amazônia no que concerne aos processos de valorização e usos sustentáveis da floresta, gerando alimentos saudáveis, renda e soberania para a sociedade, colocando no centro do debate a necessidade de mais políticas públicas e ações de regularização fundiária, titulação de terras para assegurar os territórios de vida das comunidades, garantia da produção de alimentos saudáveis para a soberania e segurança alimentar e nutricional, bem como a geração de renda.

# Vozes da sociedade na Cúpula da Amazônia

Cada una das plenárias-síntese, e também a plenária transversal Amazônia Negras, contou com um porta-voz da sociedade civil que apresentou a síntese do resultado dos debates nelas ocorridos, em um pronunciamento perante os chefes de Estado na Cúpula da Amazônia, no dia 8 de agosto de 2023. Apresentamos aqui a transcrição de suas falas, na ordem em que ocorreram, em seu idioma original.

## 8.1. Pronunciamento de Pablo Solón (Bolívia)



**Porta-voz da Plenária 3 – Como pensar a Amazônia para o futuro a partir da ciência, tecnologia, inovação, pesquisa acadêmica e transição energética.**

Señores Presidentes,

Quiero empezar reconociendo al gobierno del Brasil por la iniciativa de los Diálogos Amazónicos y por este espacio de encuentro. Hablo por el Foro Social Pan amazónico, la Red Eclesial Panamazónica y la Asamblea Mundial por la Amazonía, pero en particular busco hablar ahora desde la perspectiva de la naturaleza.

De todas las muertes la más dolorosa es morir calcinado. Sentir que la piel se achicharra, que el fuego te invade hasta los tuétanos, gritar hasta que la voz se derrite. Después del holocausto nazi, ningún gobernante permite hornos crematorios para seres humanos. Sin embargo, en la Amazonía abundan las hogueras contra millones de seres vivos de la naturaleza.

Para el oso perezoso el punto de no retorno de la Amazonía ya está aquí. Cuando las llamas se acercan no hay diferencia entre el fuego legal o el fuego ilegal. Por eso la meta de cero deforestación ilegal para el 2030 es más que insuficiente. Es necesario proteger por lo menos el 80% de

la Amazonía para 2025. Esto implica hacer un alto en la deforestación y la degradación de los bosques, y empezar a recuperar y rehabilitar las tierras arrasadas por el fuego y los monocultivos.

Los ríos, los peces y los pueblos indígenas están siendo afectados por el petróleo, la minería y el mercurio. Existe suficiente evidencia de que los impactos ambientales y sociales del petróleo en la Amazonía son mucho más que los beneficios económicos. Para salvar a la Amazonía es necesario no ampliar la exploración y explotación petrolera en esta región esencial para el clima, el agua y la vida.

En Ecuador se llevará a cabo una consulta popular histórica sobre dejar bajo tierra el petróleo de una de las zonas más biodiversas, que es el Yasuní. En la plenaria donde yo estuve se consultó a todos los presentes como votaríamos si pudiéramos hacerlo este 20 de agosto. Todos dijeron “sí” al Yasuní levantando la mano. Nadie levantó la mano cuando se preguntó: “¿Quién dice no al Yasuní?”.

Frente a la minería ilegal ó legal, requerimos evaluaciones de impacto de medio término, a nivel ambiental y social para reforzar los planes de mitigación de estas empresas, y preparar su futuro cierre. Las zonas de minería se están convirtiendo en zonas de sacrificio en la Amazonía. El mercurio y la minería ilegal están contaminando los ríos, los peces y a los pueblos indígenas. Hay que ponerle un alto al mercurio, no en un tiempo indefinido, pero ahora.

El financiamiento que llega a las corporaciones que destruyen la Amazonía es diez veces superior al financiamiento que se da para prevenir la deforestación. Está en sus manos revertir esta situación.

Señores presidentes, desde aquí sumamos nuestra voz para que los países que más contribuyeron al cambio climático cumplan su compromiso, asumido hace más de una década, de aportar 100.000 millones de dólares anuales a los países

en desarrollo para una transición energética que debe ser justa, popular y socioecológica.

La Amazonía no es un objeto. La Amazonia no es fuente de materias primas. La Amazonía es en primer lugar vida. Son seres de la naturaleza que al igual que nosotros tienen derecho a existir, son ríos que tienen derecho a fluir. Lo que queremos es que se reconozcan los derechos de la Amazonía, de sus ríos y sus animales, no de forma discursiva ni lírica, sino que de una forma exigible. ¿Qué es el cambio de paradigma que debemos hacer para salvar a la Amazonía? Verla como un sujeto de derechos, y no como un objeto.

Para terminar, sé que la declaración ya está prácticamente lista, pero ustedes pueden cambiar algo fundamental. Nosotros tenemos una propuesta de crear una OTCA SOCIAL, un mecanismo permanente de participación de la sociedad civil, que incluya a pueblos indígenas y afrodescendientes, campesinos, ribereños y ciudadanos. Criemos un mecanismo para de forma constante dar seguimiento a lo que se decide, a lo que acordamos y, sobretodo, a salvar a la Amazonía. Muchísimas gracias.

## 8.2. Pronunciamento de Manuela Salomé Villafuerte Merino (Ecuador)



**Porta-voz da Plenária 1 — A participação e a proteção dos territórios, dos ativistas, da sociedade civil e dos povos das florestas e das águas no desenvolvimento sustentável da Amazônia. Erradicação do trabalho escravo no território.**

Saludamos a Presidentes, delegaciones de los Estados distintos de la Andino-Amazonía, esperamos que este sea un momento histórico para la Amazonía, que abra la puerta hacia puntos de encuentro reales entre propuestas gubernamentales y exigencias de los pueblos. Las mujeres de la sociedad civil, las organizaciones sociales, comunitarias, feministas, indígenas, quilombolas, campesinas, negras, por años hemos planteado la necesidad de que nuestras agendas sean escuchadas por los espacios gubernamentales de la región andinoamazónica.

A través de nuestra iniciativa de acción, hemos logrado construir, de manera colectiva y diversa, procesos de organización, lucha y resistencia, en contextos políticos y sociales adversos, de ofensivas fundamentalistas, militarización de las tierras y territorios, destrucción de formas de vida comunitarias y integrales, condiciones que sustentan y reproducen las violencias que se ejercen desde los estados y espacios privados contra los pueblos amazónicos y los cuerpos de las mujeres, siendo las mujeres indígenas y negras las más impactadas.

Queremos reafirmar la fuerza política de las mujeres y exigir ser parte de la construcción e implementación de propuestas, iniciativas, compromisos y políticas de los Estados para frenar los procesos de violación de derechos, y avanzar en la defensa y garantía de los mismos en todos nuestros territorios.

Las múltiples violencias – patriarcal, capitalista, colonial y extractivista – entiéndase: “exploração” – son problemas cotidianos de nosotras, las mujeres. Sobretodo, de las mujeres de pueblos y nacionalidades ancestrales, cuyos territorios son cada vez más despojados integralmente y las defensoras de cuerpos, tierras, territorios se encuentran perseguidas y asesinadas por defenderlos.

Las mujeres somos la primera línea de resistencia de estrategias expansivas de la toma de territorios, y por ello, quienes corremos más riesgos y violencias estructurales, legales e ilegales.

Nos reconocemos parte transversal de un proceso que apuesta por continuar ampliando y fortaleciendo alianzas y acuerdos para enfrentar el conflicto “capital versus vida”, y afirmar la construcción de una democracia que supere las dualidades que oprimen nuestros cuerpos, tierras y territorios.

Mujeres indígenas, campesinas, negras, populares, de las aguas y de la ciudad, mujeres de diversidades sexo-genéricas, somos fuerza base de expresión política en defensa de vida, biodiversidad, soberanía alimentaria, saberes ancestrales y comunitarios, salud integral, con énfasis en salud sexual y salud reproductiva.

Nuestras propuestas y demandas transversales son:

1. Garantizar el derecho de las mujeres a vidas dignas: soberanías de cuerpos – tierras – territorios. Principalmente de mujeres de pueblos indígenas y ancestrales.
2. Fortalecer e implementar políticas públicas para erradicar las múltiples violencias contra los cuerpos de las mujeres y niñas, respetando a las culturas, cosmovisiones, formas y planes de vida;
3. Autodeterminación de los pueblos, con énfasis en la protección de las defensoras de derechos, resistencias y manutención de los medios de vida.
4. Enfoque de género en la distribución y titulación de las tierras.
5. Exigencia de reconocimiento de las condiciones de vulnerabilidad de las comunidades andinoamazónicas, por todos los entes estatales.
6. Que, en los ámbitos formales de cooperación regional, Cumbres, OTCA, Pacto de Leticia, entre otros, existan espacios definidos para la participación vinculante, capacidad de toma de decisiones, de Pueblos y Nacionalidades, sociedad civil organizada, en la elaboración e implementación de políticas, programas y proyectos, así como para el ejercicio de veedurías y fiscalización de las mismas. Asegurando espacios específicos para nosotras, las mujeres.
7. Que todos los proyectos para la Amazonía constituyan y lleven a cabo los protocolos de Consulta Libre, Previa e Informada, y además, vinculante, según el Convenio 169 de la OIT, garantizando que mujeres de Pueblos – Nacionalidades sean parte activa y efectiva en la toma de decisiones.
8. Respeto a la autodeterminación de los pueblos amazónicos.
9. Apoyo e incidencia regional a la campaña popular por el “Sí a la vida. Sí al Yasuní”, en la consulta el 20 de agosto en Ecuador.

¡¡ La soberanía y la autodeterminación de nuestros cuerpos – tierras – territorios, con todas quienes nos anteceden, con todas quienes nos continúan: aquí estamos!!

### 8.3. Pronunciamento de Eslin Enrique Mata Landaeta (Venezuela)



#### Porta-voz da Plenária Amazônicas Negras: racismo ambiental, povos e comunidades tradicionais.

Quiero principalmente felicitar al presidente Lula da Silva por esta extraordinaria cumbre y a todos los presidente y presidentas presentes que se encuentran en este momento en esta cumbre extraordinaria y en los Diálogos Amazónicos.

Durante tres días en este pasado fin de semana hemos participado en los Diálogos Amazónicos y ahora quiero presentar los puntos destacados en los Diálogos sobre el tema Amazonia Negra, racismo ambiental, pueblos y comunidades tradicionales.

Los movimientos negros en América Latina han denunciado consistentemente el racismo ambiental y sus impactos en diferentes contextos. El racismo compromete la posibilidad de vida de las poblaciones negras, urbana y rural, al hacerlas las más afectadas por los desastres climáticos, por peores condiciones de vivienda, y amenaza los modos de vida de las poblaciones tradicionales.

El reconocimiento del racismo ambiental por parte de los países que integran la OTCA es un paso fundamental para que construyamos una agenda para la Amazonia de políticas públicas para enfrentar el racismo ambiental.

Entre los puntos clave de la agenda se encuentran:

1. La creación de instancias para el monitoreo de las condiciones de vida de las poblaciones negras y amazónicas;
2. Regularización de las tierras y territorios tradicionales, como el Quilombo;
3. Generación de políticas que reconozcan a la cultura y valores de las poblaciones negras y amazónicas como agentes destacados de la sociobiodiversidad;
4. Promoción de la economía forestal con acciones específicas dirigidas a la población negra;

Y principalmente, quiero terminar diciendo algo fundamental: debemos cuidar de nuestra Amazonia, cuidar de nuestro ambiente. Quiero parafrasear algo que decía nuestro Cimarrón Mayor de Venezuela, que hoy ya no se encuentra con nosotros en los movimientos sociales de Venezuela, pero que se encuentra espiritualmente con nosotros, Aristóbulo Isturiz Almeida. Él decía: tenemos la razón, ahora vayamos y construyamos la fuerza.

Yo les pido, a cada uno de los países, por todos los movimientos sociales, que nos ayuden, que nos acompañen a cuidar de nuestro ambiente, a cuidar nuestra Amazonia que es afro, es indígena y es negra.

Muchas gracias.

#### 8.4. Pronunciamento de Ruth Consuelo Chaparro (Colômbia)



**Porta-voz da Plenária 4 — Mudança do clima, agroecologia e as sociobioeconomias da Amazônia: manejo sustentável e os novos modelos de produção para o desenvolvimento regional.**

Señores Mandatarios de la Cuenca Amazónica, que alegría verlos juntos!

Un saludo en nombre de la sociedad civil de la Panamazonia organizada en grandes redes REPAM, FOSTA y AMA.

Es un honor para nosotros como sociedad civil ser parte activa de este momento histórico en que hemos sido convocados por la naturaleza a repensar el rumbo de nuestros caminos, a repensar la forma como estamos habitando la selva y a repensar la forma como se han gobernado estos territorios.

La naturaleza ya declaró la emergencia climática, estamos esperando que los gobiernos y las sociedades de cada país también la declaren.

Estos territorios han sido saqueados, quemados, deforestados por falta de presencia de estado y por falta de gobiernos visionarios.

Celebramos que hoy ustedes están reunidos, los mandatarios de la Cuenca Amazónica. Hoy no tenemos duda de que la Amazonia hace parte de

la agenda de los gobiernos que ustedes dirigen y que preservarla es una de sus prioridades.

Desde la plenaria IV que se ocupó del tema Cambio climático, agroecología y sociobioeconomía, estamos entregando un documento con propuestas, resultado de largos debates, reuniones, diálogos y foros. Hemos llegado a varios consensos y estamos contrayendo un lenguaje común. Esperamos que ustedes y sus equipos técnicos encuentren en estas propuestas una oportunidad para avanzar más rápido y con menos equivocaciones.

Tenemos el temor de que los acuerdos en el marco de la OTCA se queden en el papel y sean un acto fallido entre muchos otros. Por lo mismo se debe fortalecer la OTCA de manera efectiva para poder exigir resultados. No podemos esperar 14 años para volver a reunirnos. Necesitamos que éste tratado sea vinculante. Que desde la sociedad civil podamos hacer veedurías y control social permanente para que se cumplan los acuerdos establecidos por ustedes en nombre de sus Estados.

1. Debe haber un sistema de información de la Amazonia actualizado, confiable, permanente y de acceso público articulando la información con los gobiernos y las comunidades locales.
2. Debemos verificar que al 2025 realmente hemos conservado el 80% de la Amazonia en cada país. Será necesario verificar el número de hectáreas de territorios indígenas y áreas protegidas, demarcados, ampliados, saneados, legalizados y protegidos efectivamente.
3. Monitorear efectivamente la disminución de la deforestación
4. Verificar la reducción de la explotación minera y de hidrocarburos como petróleo y gas en la Amazonia.
5. Poder medir el avance en el establecimiento de sistemas agroforestales amazónicos, la cocina nativa, el procesamiento y la comercialización sostenible de productos amazónicos.
6. La reducción de la inseguridad alimentaria, la desnutrición y la mortalidad infantil en los pueblos amazónicos será un indicador fundamental que permite medir el avance del buen vivir de los pueblos amazónicos. La escasez en el plato de los gobernados

es la escasez en la mente de quienes han gobernado.

7. Definir mecanismos de información, supervisión investigación y control que vinculen a la sociedad civil, a los movimientos sociales de los pueblos amazónicos, a la academia y a los medios de comunicación.
8. Definir un sistema de estímulos y sanciones para los países según avances o no en la implementación del tratado.
9. Seguiremos insistiendo en que se cumpla el convenio 169 de la OIT, el acuerdo de ECAZU
10. Queremos que incidan en la efectividad de las COP teniendo en cuenta una tributación global inclusiva.
11. Los cambios se deben hacer de la mano con la gente, no tengan miedo trabajar con la sociedad civil y los movimientos sociales. Cuenten con nosotros, no en calidad de invitados sino en calidad de actores, anfitriones, protagonistas, corresponsables.
12. Los cambios se deben hacer ya, el tiempo se agotó, el cambio climático no espera, llegó la hora de hablar menos y actuar más.

## 8.5. Pronunciamento de Pablo Neri (Brasil)



**Porta-voz da Plenária 2 — Saúde, soberania e segurança alimentar e nutricional na região amazônica: ações emergenciais e políticas estruturantes.**

Bom dia a todos e todas. Trago aqui uma saudação de luta e resistência dos camponeses e camponesas da Amazônia que estiveram presentes nos Diálogos Amazônicos e se organizam na Via Campesina. São mais de vinte organizações camponesas que compõem os trabalhos que discutiram saúde, soberania e segurança alimentar e nutricional.

A Terra, para nós, é sagrada nas mãos de quem trabalha a terra. Há muito, a humanidade já sabe o caminho da abundância e da saúde genuína. A Floresta Amazônica é prova e testemunha disso. Isso demonstra que a fome na Amazônia é política. Se a política persistir em privilegiar a produção para exportação, ao invés de uma agricultura camponesa e indígena, não lograremos êxito na batalha contra a fome.

Para garantir saúde, soberania, segurança alimentar e nutricional em nossos países, é preciso enfrentar os interesses corporativos da indústria da alimentação, que exerce poderosa pressão para padronizar a dieta alimentar do planeta. Qualquer perspectiva de desenvolvimento justo e sustentável depende de uma política responsável de produção e distribuição de alimentos, que considere as diferenças culturais, étnico-raciais e de gênero.

É necessário combater a monocultura e o uso dos agrotóxicos na Amazônia, que estão diretamente ligados às mudanças climáticas.

Devemos impor à economia de commodities os sacrifícios da transição econômica e ecológica. Nossos países devem praticar uma política tributária justa. Os países também devem fazer um rígido controle dos processos de exploração dos bens comuns da natureza. Defendemos que se estabeleça que os recursos hídricos sejam considerados como um bem de domínio público e controle social, bem como as sementes e a riqueza biogenética da nossa floresta.

A sociedade civil denunciou os danos causados à saúde pela alimentação baseada nos ultraprocessados, em especial, a alimentação baseada em ultraprocessados na primeira infância.

É preciso pontuar que não adianta adotar soluções neoliberais na Amazônia. A austeridade e a redução do Estado ampliam a desigualdade porque impedem o acesso às políticas públicas, em especial, às comunidades mais isoladas.

Para um desenvolvimento sustentável da Pan-Amazônia, é preciso avançar na regularização fundiária, que garanta os direitos aos territórios dos camponeses, das populações indígenas, quilombolas e tradicionais. É essencial a demarcação das terras indígenas, a regularização dos territórios quilombolas e a ampliação de um processo de reforma agrária popular.

Defender a soberania e a segurança alimentar é defender nossos territórios, é defender nossos corpos. A fome não pode ser normalizada na região pan-amazônica, nem a partir da dificuldade do acesso, nem a partir de alimentos inadequados. Os Diálogos Amazônicos, em vários espaços, lan-



çaram uma campanha contra a fome na região que tenha na sua base a participação social como uma estratégia de enfrentamento da fome, rumo à soberania alimentar.

A liberdade da terra não é assunto de lavrador. A função social da terra não é assunto de políticos, intelectuais e juristas. A liberdade e a função social da terra são assuntos de todos, quando se alimentam dos frutos da terra. Por isso, fazemos coro e exigimos que haja uma OTCA Social para que sigamos debatendo a soberania alimentar e todos os temas que sejam pertinentes à defesa da Amazônia. Muito obrigado!

## 8.6. Pronunciamento de Toya Manchineri (Brasil)



### Porta-voz da Plenária 5 – Os povos indígenas das Amazônia: um novo projeto inclusivo para a região.

Agradeço o espaço concedido aos povos indígenas da Amazônia brasileira.

Senhores presidentes, senhoras presidentas, vivemos um grande momento dos povos indígenas no Brasil, quando temos a oportunidade de construir um projeto inclusivo para a Amazônia e os povos indígenas.

Um exemplo disso é a criação do Ministério dos Povos Indígenas, o fortalecimento da Fundação Nacional dos Povos Indígenas e da Secretaria Especial de Saúde Indígena, e a recomposição da participação social.

Tudo isso é possível pelo esforço e pelo comprometimento do senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem agradecemos muito.

A Cúpula da Amazônia, sendo realizada no Brasil, em uma cidade amazônica, possibilitou a participação de mais de 800 lideranças indígenas da Amazônia brasileira e da bacia amazônica.

Senhores presidentes, senhoras presidentas, o resultado dessa participação está contida no relatório que sintetiza o resumo da participação das lideranças indígenas e seus olhares sobre a Amazônia que pensamos e queremos para hoje e para o futuro das gerações.

Senhores presidentes, senhoras presidentas, reafirmamos que o futuro da Amazônia e de outros biomas passa pelo conhecimento dos povos indígenas. Portanto, é necessário que o Estado proteja o direito dos povos indígenas.

Finalizo dizendo que proteger o futuro da Amazônia passa pelo respeito aos conhecimentos ancestrais e ao direito à participação dos povos indígenas, assim como pela ampla proteção aos povos indígenas em isolamento voluntário.

Muito obrigado.

# 9

## Registros fotográficos



Bruno Peres

Abertura



SEAUD/SECOM-PR

Plenária Amazônias Negras



Abertura



Abertura



Entrada do evento



Plenária de Mulheres



Amazônias Negras



Atividade Auto-organizada – Mulheres e Bem Viver



Plenária de Juventude



Feira



Lançamento do Plano Safra Amazônico



Lançamento do Plano Safra Amazônico



Feira



Feira









[www.gov.br/dialogosamazonicos](http://www.gov.br/dialogosamazonicos)



SECRETARIA-GERAL DA  
PRESIDÊNCIA DA  
REPÚBLICA

